

EDMAR AUGUSTO VIEIRA

DESIGUALDADE E POBREZA EM PERSPECTIVA: O CASO DE MATO GROSSO

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia, no programa de pós-graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Grasel

CUIABÁ - MT

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)

Vieira, Edmar Augusto

Desigualdade e pobreza em perspectiva: o caso de Mato Grosso / Edmar Augusto Vieira. — 2009.

160f. ; 29 cm.

Mestrado. – Universidade Federal de Mato Grosso. Faculdade de Economia. Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Grasel

1. Economia Regional. 2. Mato Grosso. 3. Desigualdade de Renda. 4. Pobreza. I. Título. II. Autor. III. Orientador.

CDU: 330:623 (817.2)

EDMAR AUGUSTO VIEIRA

DESIGUALDADE E POBREZA EM PERSPECTIVA: O CASO DE MATO GROSSO

Dissertação submetida à Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Economia, no programa de pós-graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Dr. Dirceu Grasel

UFMT/ Faculdade de Economia

Profª. Dra. Maria de Souza Rodrigues

UFMT/ Departamento de Serviço Social

Prof. Dr. XXXXXXXXXXXX

UFPR/ yyyyyyyyyyyyyyy

Data da defesa: 25/05/2009

*À minha esposa e companheira Evânea,
pelo carinho, apoio e compreensão.*

*Aos meus pais,
em memória.*

Agradecimentos

*Ao professor Dr. Dirceu Grasel,
pela competente e dedicada orientação;*

*Aos professores membros da banca examinadora,
pela leitura paciente e sugestões ao trabalho;*

*Aos colegas do curso de mestrado,
pela amizade e companheirismo;*

*Aos professores do curso de mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional,
pela contribuição significativa à minha formação profissional;*

*À Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso,
pelo apoio e incentivo.*

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

construir uma sociedade livre, justa e solidária;

garantir o desenvolvimento nacional;

erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

*promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e
quaisquer outras formas de discriminação.*

Constituição Federal, art. 3º

*“Vivemos um mundo de opulência sem precedentes, mas também de privação e opressão
extraordinárias. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as
escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão”*

Amartya Sen

RESUMO

Este estudo procurou traçar um panorama abrangente da desigualdade e da pobreza em Mato Grosso, tomando por base microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnad, IBGE). A preocupação central foi investigar evidências que permitam explicar o comportamento ou a tendência da desigualdade e da pobreza no Estado. Constatou-se que a pobreza (definida como insuficiência de renda) e a desigualdade estão em declínio em Mato Grosso (como no Brasil) e é possível que essa tendência se sustente (não livre oscilações), em função de alguns fatores econômicos, sociais e demográficos observados no estudo.

Em primeiro lugar, houve melhorias quantitativas e qualitativas no crescimento econômico, que vem retomando níveis mais robustos e menos instáveis, num ambiente mais favorável em termos macroeconômicos e institucionais. O estudo verificou que o breve período 2004-2006 foi particularmente propício a uma queda mais pronunciada da desigualdade e da pobreza no Estado, acentuando uma tendência que se verificou após o Plano Real (1994). Ficou evidente que o crescimento econômico tem contribuído para a redução da pobreza, mas, no conjunto do período analisado (1981-2006) esse impacto foi limitado pela elevada desigualdade, pela instabilidade econômica e pela baixa diversificação da economia estadual, dentre outros fatores.

Constatou-se, em segundo lugar, que as políticas de transferência de renda (que incluem previdência social, Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada, dentre outros) contribuem significativamente para reduzir a pobreza e a desigualdade no Estado. Sem essas transferências, os níveis de pobreza e desigualdade seriam 35,7% e 7,7% superiores, respectivamente. Deve-se ressaltar que as transferências governamentais fornecem maior proteção social contra choques adversos provenientes da instabilidade econômica. A participação dessas transferências na formação do rendimento domiciliar tem permanecido constante desde 2002, sugerindo que a redução da pobreza e da desigualdade se apóia, sobretudo, em fatores estruturais, não apenas nos programas assistenciais.

Terceiro, o mercado de trabalho exhibe alguns sinais que apontam para a redução da desigualdade e da pobreza, movimento este favorecido por tendências sócio-demográficas de médio e longo prazos, destacando-se a redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho (em 8,8%, entre 2002 e 2006), a redução da desigualdade educacional da força de trabalho, a diminuição do número médio de filhos por mulher, o aumento da participação feminina na força de trabalho e a transição de gerações (a desigualdade, inclusive em termos étnicos e de gênero, é menor nas novas gerações do que naquelas com mais de 60 anos).

Finalmente, constatou-se que o acesso aos bens públicos (com exceção do ensino fundamental) é significativamente crescente com a renda. Ou seja, os mais pobres são proporcionalmente mais excluídos do consumo de tais bens. Essa situação vem se modificando nos últimos anos, em direção a um nível de acesso mais equitativo. Entretanto, ainda persiste significativa desigualdade (extremamente elevada no ensino superior), o que, por outro lado, aponta para um potencial não suficientemente explorado e que pode ser posto à disposição de um esforço mais intenso de redução da desigualdade social e da pobreza em Mato Grosso.

Palavras-chave: desigualdade; pobreza; crescimento econômico, mercado de trabalho; políticas públicas.

ABSTRACT

Sumário

ÍNDICE DE FIGURAS	12
ÍNDICE DE TABELAS	14
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	16
1.1. Problema e justificativas.....	16
1.2. Objetivos	23
1.3. Hipóteses	24
1.4. Estrutura do trabalho	25
CAPÍTULO 2. DESIGUALDADE E POBREZA: UMA REVISÃO	26
2.1. Desigualdade de renda.....	26
2.1.1. A corrente estruturalista	26
2.1.2. Langoni e a teoria do capital humano.....	29
2.1.3. Críticas à teoria do capital humano	31
2.1.4. Bacha e os salários da classe média ampliada.....	32
2.1.5. O debate sobre desigualdade a partir dos anos 90	33
2.2. Pobreza	37
2.2.1. Mensuração da pobreza	39
2.2.2. Causas da pobreza	42
2.2.2.1. Crescimento, escassez e desigualdade.....	42
2.2.2.2. Desemprego, mercado de trabalho e pobreza.....	47
2.2.2.3. Amartya Sen: a pobreza como privação de liberdades.....	47
2.2.2.4. Soto e os direitos de propriedades (negados) aos pobres	49
2.2.2.5. Políticas públicas, desigualdade e pobreza.....	50
2.3. Considerações finais.....	52
CAPÍTULO 3. METODOLOGIA	56
3.1. Medidas de desigualdade.....	56
3.1.1. Desigualdade de Theil (L).....	56
3.1.2. Decomposição do índice L de Theil	57
3.1.3. Desigualdade de Gini	57
3.2. Medidas de pobreza.....	62
3.2.1. Incidência da pobreza	62

3.2.2. Intensidade da pobreza	62
3.2.3. Índice de pobreza de Sen.....	63
3.2.4. Índices de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke (FGT)	64
3.3. Crescimento e pobreza	65
3.5. Base de dados e definições das variáveis utilizadas	68
CAPÍTULO 4. CRESCIMENTO, DESIGUALDADE E POBREZA.....	73
4.1. Desempenho econômico recente	73
4.2. A renda no nível do domicílio: crescimento e distribuição	78
4.3. Crescimento e pobreza	87
4.3.1. Evolução da pobreza.....	87
4.3.2. Elasticidade-renda da pobreza	90
4.4. Crescimento, desigualdade e pobreza: algumas simulações para 2006-2016.....	93
4.4.1. Cenário otimista: crescimento com redução da desigualdade.....	94
4.4.2. Cenário mais pessimista: crescimento sem distribuição	98
4.5. A difusão territorial do crescimento	101
4.6. Considerações finais.....	106
CAPÍTULO 5. TRANSFERÊNCIAS DE RENDA, DESIGUALDADE E POBREZA	109
5.1. Formação do rendimento domiciliar: a contribuição do trabalho e de outras fontes	109
5.2. Impactos das transferências de renda sobre a pobreza e a desigualdade	113
5.3. Considerações finais.....	117
CAPÍTULO 6. PARTICIPAÇÃO, RENDIMENTO E DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO .	120
6.1. Participação, rendimento e desigualdade de gênero (I): o peso das gerações.....	121
6.2. Participação, rendimento e desigualdade de gênero (II): o valor da escolaridade.....	125
6.3. Participação, rendimento e desigualdade étnica (I): o peso das gerações.....	128
6.4. Participação, rendimento e desigualdade étnica (II): o valor da escolaridade	130
6.5. Desigualdade e “pobreza” educacionais no mercado de trabalho	133
6.6. Considerações finais.....	137
CAPÍTULO 7. BENS PÚBLICOS, DESIGUALDADE E POBREZA.....	143
7.1. Características da amostra e algumas estimativas populacionais	144
7.2. Atendimento a crianças de 0 a 3 anos (creches) e de 4 a 6 anos (pré-escolas)	145
7.3. Atendimento escolar a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.....	149
7.4. Atendimento escolar a adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	150
7.5. Outras características do atendimento escolar em Mato Grosso	151
7.6. Atendimento escolar aos jovens de 18 a 24 anos	154
7.7. Acesso ao saneamento básico.....	156

7.7.1. Esgotamento sanitário adequado	157
7.7.2. Água proveniente da rede geral	158
7.8. Considerações finais	159
CAPÍTULO 8. CONCLUSÕES	163
CAPÍTULO 9. BIBLIOGRAFIA	167

ÍNDICE DE FIGURAS

Capítulo 3

Figura 3.1. A curva de Lorenz e a dedução do índice de Gini.....	58
--	----

Capítulo 4

Figura 4.1. Taxas anuais e médias trienais móveis de crescimento do Produto Interno Bruto: Brasil, 1981-2007.	75
Figura 4.2. Taxas anuais e médias trienais móveis de crescimento do PIB <i>per capita</i> : Brasil, 1981-2007, em %..	76
Figura 4.3. Taxas anuais e médias trienais móveis de crescimento do PIB <i>per capita</i> : Mato Grosso, 1986-2005, em %.....	77
Figura 4.4. Taxas anuais e médias trienais de crescimento do PIB <i>per capita</i> : Santa Catarina, 1986-2005, em %.	78
Figura 4.5. Taxas anuais de variação do rendimento domiciliar <i>per capita</i> (Brasil, 1982-2006, em %).	80
Figura 4.6. Taxas anuais de variação do rendimento domiciliar <i>per capita</i> (Mato Grosso, 1982-2006, em %).	80
Figura 4.7. Taxas anuais de variação do rendimento domiciliar <i>per capita</i> (Santa Catarina, 1982-2006, em %).	81
Figura 4.8. Evolução do rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> por decil: Mato Grosso, 2006 contra média de períodos selecionados (%).	82
Figura 4.9. Mato Grosso: evolução da participação relativa, por decil, no rendimento domiciliar total (valores de 2006 relativos à média de períodos selecionados, em %).	84
Figura 4.10. Razão entre as rendas médias de estratos selecionados: Mato Grosso, 1981 a 2006 (em %).	85
Figura 4.11. Distribuição do rendimento domiciliar <i>per capita</i> por decil: Mato Grosso, 1981-2006 (em %).	86
Figura 4.12. Razão entre a renda média de cada decil e o decil anterior (Mato Grosso, 1981-2006).	86
Figura 4.13. Incidência de pobreza no Brasil, 1981-2006 (em %).	88
Figura 4.14. Incidência de pobreza em Mato Grosso, 1981-2006 (%).	89
Figura 4.15. Incidência de pobreza em Santa Catarina, 1981-2006 (%).	89
Figura 4.16. Elasticidades-renda da pobreza para o conjunto das unidades da federação: 1981-2006.	92
Figura 4.17. Elasticidades-renda da pobreza (unidades da federação selecionadas, 1981-2006).	93
Figura 4.18. Curvas de Lorenz e índices de Gini: valores observados para 2006 e simulações para 2010 e 2014 (Mato Grosso).	96
Figura 4.19. Trajetória da incidência de pobreza (H), com e sem efeito distributivo: Mato Grosso, valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016, conforme linha de pobreza (Z).	98
Figura 4.20. Trajetória do índice de pobreza de Sen (P) com e sem efeito distributivo: Mato Grosso, valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016, conforme linha de pobreza (Z).	99
Figura 4.21. Trajetória do índice de pobreza de FGT (2), com e sem efeito distributivo: Mato Grosso, valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016, conforme linha de pobreza (Z).	99
Figura 4.22. Mato Grosso: municípios, população e incidência de pobreza, conforme taxas de variação do rendimento médio global (Y) e do rendimento médio do quinto mais pobre (Y_p), 1991/2000.	102
Figura 4.23. Santa Catarina: municípios, população e incidência de pobreza, conforme taxas de variação do rendimento médio global (Y) e do rendimento médio do quinto mais pobre (Y_p), 1991/2000.	103

Capítulo 5

Figura 5.1. Evolução do índice de Gini e da razão entre as rendas médias dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos: Mato Grosso, 1996 e 2002-2006 (renda de todos os trabalhos da população de 10 anos ou mais com rendimento do trabalho não nulo).....	111
Figura 5.2. Curvas de Lorenz para o rendimento domiciliar <i>per capita</i> (todas as fontes e todos os trabalhos): Mato Grosso, 2006.....	116

Capítulo 6

Figura 6.1. Taxas de participação das pessoas de 10 anos ou mais no mercado de trabalho com rendimento, segundo os grupos de idade e o sexo (Mato Grosso, 2006).....	122
Figura 6.2. Rendimento médio de todos os trabalhos da população de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a idade e o sexo: Mato Grosso, 2006 (em salário mínimo de set./2006).	124
Figura 6.3. Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a escolaridade e o sexo: Mato Grosso, 2006 (sal mín. set. 2006).....	128
Figura 6.4. Rendimento médio de todos os trabalhos da população de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a cor ou raça e a faixa etária: Mato Grosso, 2006 (em salário mínimo de set./2006).....	130
Figura 6.5. Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais, segundo a escolaridade e a etnia: Mato Grosso, 2006 (salário mínimo de set./2006).....	132
Figura 6.6. Anos de estudo da população de 10 anos ou mais com rendimento no mercado de trabalho, conforme percentual acumulado dessa população: Mato Grosso, 2006.	134
Figura 6.7. Índice de Gini da desigualdade educacional na população de 10 anos ou mais com rendimento do trabalho não nulo: Mato Grosso, 1996 e 2002-2006.....	135
Figura 6.8. Escolaridade média das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento do trabalho não nulo, por faixa etária, segundo algumas categorias sócio-demográficas: Mato Grosso, 2006 (em anos de estudo completos).....	136

Capítulo 7

Figura 7.1. Atendimento (creches) a crianças de 0 a 3 anos, segundo as faixas de rendimento domiciliar <i>per capita</i> : Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.....	147
Figura 7.2. Atendimento a crianças de 4 a 6, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> : Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.....	148
Figura 7.3. Atendimento escolar a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> : Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.....	150
Figura 7.4. Atendimento escolar a adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> : Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.....	151
Figura 7.5. Percentual de alunos de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio (ou acima) em relação ao total de alunos de 15 a 17 anos, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> : Mato Grosso, 1996 e 2006.....	154
Figura 7.6. Atendimento escolar a jovens de 18 a 24 anos no ensino superior (inclusive mestrado ou doutorado), segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> : Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.....	156
Figura 7.7. Percentual de moradores em domicílios permanentes com sistema adequado de esgoto sanitário, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> : Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.....	158
Figura 7.8. Percentual de moradores em domicílios permanentes com água canalizada proveniente da rede geral de distribuição, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> : Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.....	159
Figura 7.9. Relação entre as proporções de acesso a alguns bens públicos – população pobre <i>versus</i> população com renda acima de 2 salários mínimos <i>per capita</i> : Mato Grosso, 1996 e 2006 (em %).....	161
Figura 7.10. Níveis de acesso a alguns bens públicos - população total, população com renda inferior a ½ salário mínimo <i>per capita</i> (pobres) e população com renda superior a 2 salários mínimos <i>per capita</i> : Mato Grosso, 2006 (em %).	162

ÍNDICE DE TABELAS

Capítulo 4

Tabela 4.1. Evolução do rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> por decil: Mato Grosso, 2006 contra média de períodos selecionados (%).	82
Tabela 4.2. Mato Grosso: Evolução da participação relativa, por decil, no rendimento domiciliar total (Dados de 2006 relativos à média de períodos selecionados, em %).	83
Tabela 4.3. Índices de Gini do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , por estratos de renda: Brasil e Mato Grosso, 2006.	87
Tabela 4.4. Elasticidades-renda da pobreza e outros resultados estatísticos para o conjunto das unidades federativas estaduais: 1981 a 2006 e períodos selecionados.	91
Tabela 4.5. Elasticidades-renda da pobreza para unidades da federação selecionadas, 1981-2006.	93
Tabela 4.6. Alguns indicadores de desigualdade: valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016 (Mato Grosso).	95
Tabela 4.7. Distribuição da renda por décimos: valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016 (Mato Grosso).	95
Tabela 4.8. Trajetória dos indicadores de pobreza: valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016 (Mato Grosso, $Z = 120,00$ de set./2006).	97
Tabela 4.9. Trajetória dos indicadores de pobreza: valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016 (Mato Grosso, $Z = \frac{1}{2} SM = 175,00$ de set./2006).	97
Tabela 4.10. Variação simulada de alguns indicadores de pobreza entre 2006 e 2016, em cenário com e sem distribuição de renda (Mato Grosso, hipótese de crescimento de 2,87% a.a. no rendimento médio em ambos os casos) (%).	100
Tabela 4.11. Distribuição dos municípios e respectivas populações por classes de incidência da pobreza: Mato Grosso e Santa Catarina, 1991 e 2000.	105
Tabela 4.12. Evolução dos indicadores de desigualdade (L-Theil) inter e intra municipal: Mato Grosso e Santa Catarina, 1991/2000.	105

Capítulo 5

Tabela 5.1. Desigualdade de rendimento de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo: Mato Grosso, 1996 e 2002-2006.	110
Tabela 5.2. Formação do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , segundo as classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> e as fontes de rendimento: Mato Grosso, 2006 (%).	112
Tabela 5.3. Distribuição da população por classe de rendimento domiciliar <i>per capita</i> , segundo a fonte de rendimento: Mato Grosso, 2006.	113
Tabela 5.4. Indicadores de pobreza segundo as fontes do rendimento domiciliar <i>per capita</i> e a linha de pobreza (Z): Mato Grosso, 2006.	114
Tabela 5.5. Formação do rendimento domiciliar <i>per capita</i> médio, segundo as classes de rendimento e a fonte de rendimento: Mato Grosso, 2006 (em R\$ de set./2006).	115
Tabela 5.6. Distribuição e variação do rendimento por décimos da distribuição, segundo a fonte do rendimento domiciliar <i>per capita</i> : Mato Grosso, 2006.	117
Tabela 5.7. Razões entre o rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> , segundo a fonte de rendimento: Mato Grosso, estratos selecionados (2006).	117

Capítulo 6

Tabela 6.1. População de 10 anos ou mais com rendimento (todos os trabalhos) e taxa de participação, segundo a faixa etária e o sexo: Mato Grosso, 2006.....	122
Tabela 6.2. Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a idade e o sexo: Mato Grosso, 2006 (em salário mínimo de set./2006).	124
Tabela 6.3. População de 10 anos ou mais, segundo os grupos de anos de estudo, o sexo e a inserção no mercado de trabalho remunerado (Mato Grosso, 2006).	126
Tabela 6.4. População de 10 anos ou mais com rendimento não nulo como proporção da população de 10 anos ou mais, segundo os grupos de anos de estudo e o sexo (Mato Grosso, 2006).....	126
Tabela 6.5. Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a escolaridade e o sexo: Mato Grosso, 2006 (em salário mínimo de setembro de 2006).	127
Tabela 6.6. Rendimento médio de todos os trabalhos da população de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a cor ou raça e a faixa etária: Mato Grosso, 2006 (em salário mínimo de set./2006).....	129
Tabela 6.7. População de 10 anos ou mais ocupada com rendimento, segundo os grupos de anos de estudo e a etnia: Mato Grosso, 2006 (%).	131
Tabela 6.8. Taxas de participação das pessoas de 10 anos ou mais no mercado de trabalho remunerado, segundo escolaridade e a etnia.	131
Tabela 6.9. Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais, segundo a escolaridade e a etnia: Mato Grosso, 2006 (salário mínimo de set./2006).	132
Tabela 6.10. Indicadores de desigualdade educacional na população de 10 anos ou mais com rendimento não nulo na fonte “todos os trabalhos”: Mato Grosso, 1996 e 2002-2006.	133
Tabela 6.11. Escolaridade média e participação da população de 10 anos ou mais com rendimento do trabalho no nulo na distribuição dos anos de estudo completos, segundo os décimos da distribuição: Mato Grosso, 1996, 2002 e 2006.	134
Tabela 6.12. Escolaridade média das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento do trabalho não nulo, segundo o sexo e a etnia: Mato Grosso, 1996, 2002 e 2006.	135
Tabela 6.13. Indicadores de “pobreza” educacional na população de 10 anos ou mais com rendimento não nulo no mercado de trabalho: Mato Grosso, 1996 e 2002-2006.	137
Tabela 6.14. Rendimento médio e desigualdade de Gini entre as pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo na fonte “todos os trabalhos”, segundo as categorias sócio-demográficas: Mato Grosso, 2006.	142

Capítulo 7

Tabela 7.1. Composição da amostra da Pnad, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> e a faixa etária: Mato Grosso, 2006 (pessoas).	145
Tabela 7.2. Distribuição da amostra da Pnad (pessoas) por faixa etária, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> : Mato Grosso, 2006 (%).	145
Tabela 7.3. Características do atendimento educacional em Mato Grosso, segundo a faixa etária e o curso, em 2006 (pessoas).	147
Tabela 7.4. Alunos de 7 a 17 anos regularmente matriculados no ensino fundamental e médio e que apresentam algum grau de atraso escolar, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> : Mato Grosso, 2006.	153
Tabela 7.5. Grau de defasagem escolar entre alunos de 7 a 17 que freqüentam o ensino fundamental e médio regulares: Mato Grosso, 2006.	153
Tabela 7.6. Acesso a alguns programas selecionados, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> da população atendida: Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.	160

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1. Problema e justificativas

“Erradicar a extrema pobreza e a fome” (Nações Unidas, 1ª meta de desenvolvimento do milênio).

Este é um estudo exploratório sobre pobreza e desigualdade em Mato Grosso. Tal enfoque foi escolhido pelo fato de que são poucos os estudos locais sobre o tema e é igualmente incipiente a utilização do potencial empírico disponível nas bases censitárias e amostrais do IBGE, especialmente em microdados¹. Procurou-se, portanto, fornecer um retrato mais amplo sobre o assunto, considerando os aspectos mais discutidos na literatura atual, em vez de centrar a análise numa ou outra hipótese específica. A idéia básica é investigar a pobreza e a desigualdade em suas inter-relações com o crescimento econômico, as políticas públicas (transferências de renda e oferta de bens públicos) e algumas características sócio-demográficas (como gênero, etnia, idade, escolaridade e outras), buscando evidências explicativas para o comportamento ou tendência da pobreza e da desigualdade no Estado.

É fato amplamente conhecido que o Brasil está entre os países com os piores indicadores de desigualdade social e pobreza. Mas, nesse grupo de países ao qual o Brasil se equipara em termos de iniquidade social não há uma só economia dotada de estrutura industrial e capacidade técnica que se compare ao País. Por outro lado, entre os países com níveis de desenvolvimento similares, nenhum se equipara ao Brasil em tamanha heterogeneidade social². Estima-se, por exemplo, que a proporção de pessoas em condições de pobreza no Brasil seja superior ao dobro do que se deveria esperar para o seu nível de renda *per capita*³. Segundo Barros *et al* (2000a), se Brasil apresentasse desigualdade de renda semelhante à dos países de mesma renda *per capita*, a incidência de pobreza seria reduzida de 30% para 8%. Barros *et al* (2006) apresenta uma outra forma de mostrar o

¹ Exemplo de estudo nesse sentido pode ser encontrado em Martin (2008).

² Por que o Brasil ainda convive com tamanha heterogeneidade social, em que pese os avanços em sua estrutura industrial, capacidade técnica e renda *per capita*? Esta parece ser a questão central para as ciências sociais no País.

³ Conforme Urani (2004).

tamanho do desafio brasileiro, quando comparado a 124 países para os quais existem dados disponíveis:

Para que o Brasil passasse a ocupar na distribuição de países, segundo a renda média dos 20% mais pobres, a mesma posição que tem na distribuição dos países segundo a renda *per capita*, a proporção da renda apropriada pelos 20% mais pobres deveria dobrar. Entre 2001 e 2004, essa proporção cresceu cerca de 4% ao ano. Assim, caso essa velocidade fosse mantida, seriam necessários cerca de 25 anos para que a posição internacional do Brasil com relação à renda dos 20% mais pobres se alinhe com sua posição relativa à renda *per capita*.

Além de elevada, a desigualdade de renda no País mostra uma impressionante rigidez no longo prazo, com leves oscilações atribuídas a períodos de maior ou menor instabilidade monetária⁴. Somente em período mais recente (pós-real), nota-se certa redução consistente dos índices de concentração de renda, cujas principais causas têm sido atribuídas à estabilização monetária, a melhorias na educação, a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e à manutenção de taxas mais sustentáveis de crescimento “pró-pobre”.

Enquanto os níveis de desigualdade são relativamente estáveis e estruturalmente elevados, os índices de pobreza apresentam comportamento diverso. Qualquer que seja o critério utilizado para se delimitar quem é pobre (linha de pobreza), os dados retratam tendência histórica de redução da pobreza ao longo dos últimos 40 anos. Porém, o comportamento dos índices é marcadamente cíclico. Entre 1970 e 1980, a proporção de pobres na população brasileira declinou de quase 70% para cerca de 35%, refletindo o forte crescimento econômico do período. Nos anos 80, marcados por retração da atividade econômica, a incidência de pobreza aumentou, atingindo seu ponto mais alto em 1983 (40%) e voltando a declinar até atingir seu ponto mais baixo em 1986 (24%), quando da realização do Plano Cruzado. Segue-se um novo ciclo de expansão da pobreza que se estende até 1993. A partir de 1994 os índices voltam a declinar, sob os efeitos do Plano Real, mostrando maior estabilidade nas vizinhanças de 20% da população. Note-se, no entanto, que a partir de 1998 os índices de pobreza das regiões metropolitanas iniciou novo movimento ascendente, provavelmente refletindo o agravamento do desemprego que afetou com maior intensidade essas regiões no período. A partir de 2004 as condições macroeconômicas e sociais do País favoreceram reduções mais pronunciadas nos índices de desigualdade e pobreza: maiores taxas de crescimento do PIB,

⁴ A evolução da desigualdade de renda no Brasil tem sido retratada em termos de leves oscilações nas alturas. Para alguns é a imagem de um “eletro-encefalograma de morto” (Henriques, 2000).

estruturação do programa bolsa família, recuperação do salário mínimo (e respectivos impactos sobre os benefícios da previdência e assistência sociais), redução do desemprego e aumento do emprego formal, inflação reduzida, cenário externo favorável.

A análise do comportamento da pobreza no longo prazo permite concluir que duas condições são fundamentais para uma queda consistente na pobreza absoluta: crescimento econômico sustentável e estabilidade monetária. No entanto, considerando-se a pobreza como uma fronteira móvel, isto é, em termos relativos, outra condição é fundamental: queda consistente na desigualdade, o que significa que o rendimento dos mais pobres deve crescer de forma mais acelerada do que o rendimento médio, tendo em vista reduzir o *gap* de rendimento entre os extremos da distribuição. É possível que, num curso de quase 50 anos (desde que se conhecem os números do Censo de 1960), somente no curto espaço de tempo transcorrido na primeira década do século XXI tenha surgido evidências mais robustas de uma queda consistente da desigualdade no Brasil, uma vez que se apóia em um cenário de maior estabilidade macroeconômica⁵ e, em boa, medida, em melhorias recentes no mercado de trabalho, com redução do desemprego, aumento das ocupações formais e crescimento mais acelerado do rendimento dos pobres. Embora o desempenho do PIB seja ainda oscilante, moderado e às vezes píffio, como em 2003, o fato é que, para parcela expressiva e mais pobre da população, o rendimento vem experimentando um crescimento chinês, tendo sido fator relevante para a re-eleição do presidente Lula em 2006.

Em função de sua enorme heterogeneidade social e regional, o Brasil é marcado por muitas “pobrezas” e muitas “desigualdades”. É difícil generalizar, o que contraria a perspectiva dos estudos mais preocupados em encontrar padrões do que diferenças. “Pessoas em domicílios com renda *per capita* inferior à metade do salário mínimo” pode ser uma forma conveniente de sugerir certa homogeneidade, mas costuma ser enganadora. Estar incluída abaixo dessa linha de rendimento é uma característica comum relevante, mas não revela aspectos significativos desse universo. De fato, as razões pelas quais as pessoas se encontram nessa situação podem ser as mais diversas. Algumas situações podem decorrer de processos de exclusão social; outras, de inclusão deficiente ou restrita; e os fenômenos econômicos subjacentes podem não ser os mesmos no Nordeste, no Sudeste ou no Centro Oeste, em cidades pequenas ou em regiões metropolitanas.

⁵ Crescimento econômico razoável, estabilidade de preços, redução da vulnerabilidade externa e situação fiscal relativamente sob controle compõem um cenário raramente vivido na recente história do País. Quase sempre, problemas em um ou mais desses fronts desencadearam instabilidade macroeconômica, política e social.

Além disso, duas pessoas com igual rendimento, mesmo que em situação de pobreza, não necessariamente se equiparam em termos de qualidade de vida e podem apresentar probabilidades diversas de enfrentar ou mesmo superar sua condição adversa: elas podem estar em regiões estagnadas ou em regiões mais prósperas, onde as oportunidades são maiores; o poder de compra de seus rendimentos pode ser maior ou menor, dependendo da localidade e outras circunstâncias; umas estão no meio rural, onde a produção para autoconsumo e a manutenção de laços solidários aliviam a escassez de renda; outras estão em periferias urbanas, onde a deterioração do tecido social e a impossibilidade de produção própria acentuam os efeitos da escassez de renda monetária. Algumas famílias pobres têm registros de propriedade, domicílio atendido pelas redes públicas de água e esgoto, escola e serviços de saúde nas proximidades, rua pavimentada; outras estão excluídas dessas infra-estruturas ou parte delas e se encontram, logicamente, em posição bem mais adversa.

Não há dúvidas de que a situação de pobreza se torna particularmente crítica quando a insuficiência de renda se acha conjugada com elevados custos de vida, estagnação econômica, baixo capital social e humano e ausência de serviços públicos básicos⁶. São situações estruturais ou circunstanciais que concorrem para a reprodução social da desigualdade e da pobreza.

Os estudos sobre pobreza e desigualdade constituem, em sua maioria, fotografias estatísticas. Há mais medidas do que explicações⁷. As melhores fontes sobre o assunto são aquelas que, aparentemente, não o tomam por objeto imediato ou não o colocam em primeiro plano. Assim, utilizar as expressões-chave “pobreza” ou “desigualdade” em sítios de busca, mesmo nos mais especializados, não constitui garantia de uma boa garimpagem. Muito material útil vem à tona, mas nada ou quase nada que se dedique a explicar as “causas últimas” desses fenômenos, sem mencionar os casos em que os conteúdos não batem exatamente com o anunciado.

Entretanto, a literatura estatística tem dado significativa contribuição recente ao tema. Pobreza e desigualdade no Brasil estão mais bem retratadas do que nunca. Fotos e mais fotos estatísticas são apresentadas; algumas lentes de aumento focalizam um ou outro detalhe relevante. A difusão dos pacotes estatísticos e da internet e a abertura dos microdados dos censos e das PNAD's deram significativo impulso a essas pesquisas. Fontes confiáveis e cada vez mais acessíveis, cobrindo uma ampla diversidade temática, no tempo e no espaço, aliadas a uma significativa capacidade de

⁶ Rocha (1993) foi um dos primeiros autores a chamar a atenção para a necessidade de se estudar as características diferenciadas da pobreza, determinadas, sobretudo, pelo acesso desigual aos serviços públicos. Para ela, considerar apenas o déficit de renda subestima drasticamente as reais dificuldades de enfrentamento da pobreza.

⁷ Para uma crítica dessa literatura, veja-se, por exemplo, Santos (1979).

pesquisa acadêmica, fizeram do Brasil um lugar privilegiado para o desenvolvimento de uma “ciência da pobreza”, cuja matéria-prima – os pobres – continua abundante. Abundante e progressivamente cadastrada em sistemas informatizados, nos quais os pobres e suas famílias adquiriam “visibilidade”, tendo nomes, endereços e movimentos no mercado de trabalho, na educação e na saúde cada vez mais monitorados para efeito do programa Bolsa Família.

Hoje se dispõe de muita informação útil sobre a pobreza. Eis alguns exemplos: os pobres são proporcionalmente mais numerosos em populações rurais, em periferias das regiões metropolitanas, no Nordeste e no Norte; há mais pobres entre negros do que entre brancos e pardos; as mulheres estão em situação mais crítica do que os homens, sobretudo as que chefiam famílias; não há muita diferença quantitativa em termos de taxas de ocupação de pobres e não pobres, mas há mais pobres do que não-pobres na informalidade e em trabalhos precários, em termos proporcionais.

Sob a perspectiva do estado e das políticas públicas, novas informações valiosas são reveladas. Por exemplo: a violência vitima proporcionalmente mais pobres do que não-pobres, mais pretos do que brancos; os pobres são os que têm menos acesso à justiça; os pobres são proporcionalmente mais numerosos entre os que não têm serviços de água potável, esgotamento sanitário e coleta de lixo; os adultos pobres têm escolaridade inferior aos não-pobres e os filhos dos pobres estão mais ausentes das escolas e, quando freqüentam, estão mais defasados em termos de idade-série; os não-pobres ocupam quase todas as vagas do ensino público superior; as poucas vagas ocupadas por pobres estão em cursos de menor prestígio e com menor probabilidade de implicar em mobilidade social. Tudo isso e muito mais está rigorosamente retratado por números e constitui evidência de que muitos mecanismos de reprodução da pobreza e da desigualdade continuam em operação.

Alguns estudos costumam iniciar a discussão sobre pobreza referindo-se a ela como algo tão visível e marcante que todos têm uma boa noção do que se trata. A maior parte da pesquisa estatística sobre pobreza parece orientada por esse princípio básico da simplicidade aparente do visível e talvez acabe comunicando a idéia de que é igualmente simples compreendê-la. De fato, o tratamento “operacional” da pobreza constitui um esforço de traduzir em números essa realidade aparentemente acessível a uma observação imediata. Mas, a dinâmica social que “produz” e “elimina” pobreza ainda carece de maiores estudos para ser mais bem compreendida. Uma das razões para isso talvez esteja na ausência de uma ponte entre essa abundante literatura estatística ⁸ e

⁸ Entre os expoentes dessa literatura, no Brasil, podem ser incluídos Ricardo Paes de Barros, do IPEA, Rodolfo Roffmann, da Unicamp e Marcelo Néri, da FGV, dentre outros.

os clássicos do pensamento econômico⁹. Embora a pobreza seja tema central da pesquisa social da atualidade, não é simples revisitar os clássicos na perspectiva de estudá-la, em função da ausência de um marco teórico bem definido¹⁰. Isso impõe uma releitura da pobreza em referenciais diversos, muitas vezes nas entrelinhas e deduzindo-se conclusões de forma indireta.

Mesmo no âmbito da corrente dominante de pensamento, as “explicações” da pobreza costumam ser indiretas: se pobreza é *insuficiência de renda*, então basta explicar as “causas” do baixo rendimento. Utilizam-se usualmente equações de regressão do rendimento do trabalho contra algumas variáveis e categorias, tais como: escolaridade, idade, sexo, cor, ocupação, situação de domicílio, etc. Em seguida, mostra-se a forte associação entre rendimento de todos os trabalhos e rendimento familiar (ou domiciliar) *per capita*, um conceito de rendimento mais aderente com a noção de qualidade de vida. Entre as variações “explicadas”, destaca-se, de forma unânime, o forte efeito da escolaridade. O problema é que essas regressões indicam associações, não o sentido da causalidade. Se é verdade que níveis mais elevados (baixos) de rendimento estão normalmente associados com níveis mais elevados (baixos) de escolaridade, é igualmente verdadeiro que as pessoas que mais (menos) estudam são aquelas que possuem maior (menor) rendimento. Há, portanto, uma circularidade: as pessoas possuem baixos rendimentos porque não estudaram ou não estudaram porque possuíam baixos rendimentos (além de outras limitações)? Por outro lado, raramente a parte “explicada” dessas regressões consegue superar os 50%, evidência de que uma das mais importantes variáveis econômicas (o rendimento) continua um mistério, pelo menos em termos estatísticos. A crítica de Santos (1979) às teses baseadas na Teoria do Capital Humano (TCH) (um ramo da economia neoclássica) centrava-se no suposto de que os pobres teriam autonomia para decidir se e o quanto deveriam estudar. Ele rejeitava essa crença. Crítica semelhante pode ser deduzida de Amartya Sen, para quem pobreza é privação de liberdades, uma situação marcada pela ausência ou pouca margem para “escolhas”. Isso não difere muito da falta de autonomia dos pobres para decidirem sobre muitas coisas de suas vidas, a escolarização inclusa¹¹.

⁹ Amartya Sen, Nobel de Economia, é um caso a ser ressaltado: pesquisador da pobreza com um histórico de produção marcadamente estatística, transitou para abordagens mais gerais em que re-situa a pobreza nos marcos do desenvolvimento. Seu *Desenvolvimento como liberdade* conceitua pobreza como “privação de liberdades”.

¹⁰ Sobre o problema do marco teórico no âmbito dos clássicos do pensamento econômico, veja-se Romão (1992).

¹¹ Em discussões mais recentes o individualismo neoclássico vem dando lugar a abordagens mais sistêmicas da pobreza, nas quais se valorizam a provisão de bens públicos (universais, para uns, focalizados, para outros), o capital social, a discriminação, os direitos de propriedade e a oferta de bens e serviços privados customizados para os segmentos de menor renda, inclusive crédito.

O presente estudo se situa na perspectiva de contribuir para a análise das principais manifestações da pobreza e da desigualdade, em um contexto regional. Não se trata de um estudo voltado para investigar as causas da pobreza e da desigualdade no Estado, embora algumas hipóteses a respeito sejam formuladas. A idéia é, antes, investigar algumas nuances que, embora bastante conhecidas no plano nacional, ainda não foram suficientemente estudadas no plano regional. A propósito, o “regional” ainda figura de forma bastante marginal no contexto da maior parte das pesquisas sobre esse tema, uma lacuna tanto para o progresso dos estudos quanto para a formulação de políticas públicas apropriadas.

Os progressos havidos na redução da desigualdade e da pobreza no Brasil ainda se mostram tímidos quando se compara com os países de renda *per capita* similares, ou mesmo com países da América Latina. Há um consenso na literatura corrente de que o Brasil ostenta níveis de pobreza muito acima da média mundial, e este “excesso” de pobreza teria relação direta com a elevada concentração de renda e com deficiências das políticas públicas, que não conseguem priorizar a população pobre. Mas, além de situar o Brasil em um contexto internacional, é preciso também olhar para a diversidade interna do País. Esta é a preocupação básica deste estudo, que foi motivado pelos seguintes questionamentos: como tem evoluído e qual é real situação da pobreza e da desigualdade em Mato Grosso? Como a evolução das taxas de pobreza é influenciada por variações no nível de rendimento em diferentes contextos? O crescimento da renda estadual tem sido eficaz para reduzir a pobreza e desconcentrar territorialmente o desenvolvimento? Qual a contribuição das transferências governamentais para a determinação dos níveis de desigualdade e pobreza? Como algumas características sócio-demográficas, tais como escolaridade, idade, sexo, cor, situação do domicílio, migração, etc., estão correlacionadas com os níveis de rendimento e sua distribuição no mercado de trabalho? As políticas públicas têm conseguido alcançar aos mais pobres de forma satisfatória ou, ao contrário, os mais pobres estão sub-representados entre os beneficiários?

Este trabalho parte da premissa de que o objetivo de reduzir a desigualdade e a pobreza é maximizado quando: i) a coletividade alcança níveis de crescimento mais robustos e sustentáveis e esse crescimento possa ser mais bem difundido social e territorialmente, o que requer uma estrutura econômica mais diversificada, uma estrutura social menos heterogênea e um ambiente macroeconômico e institucional favorável; ii) os aumentos de renda das famílias sejam provenientes principalmente do mercado de trabalho e, neste mercado, a renda dos pobres cresça acima da média da população, condição importante para a redução sustentável da pobreza e da desigualdade,

conforme o preceito da progressiva redução da dependência; iii) o mercado de trabalho esteja progressivamente livre de práticas discriminatórias (sexo, idade, cor) e sejam mínimos os efeitos sobre o rendimento e a pobreza provenientes das diferenças ocupacionais e outras formas de segmentação (como setor e posição na ocupação, local de origem, etc.); iv) as ações da autoridade pública (transferências de renda, bens públicos, tributação) não apenas beneficiem os mais pobres (cobertura, focalização, incidência), mas efetivamente corrijam as *desigualdades de oportunidade* que mais impactam nas *desigualdades de renda*.

1.2. Objetivos

Este estudo tem por objetivo analisar a evolução recente e possíveis tendências para a desigualdade e a pobreza em Mato Grosso, buscando evidências nas transformações ocorridas nos âmbitos do crescimento econômico, das políticas públicas e de algumas características sócio-demográficas e suas relações com o rendimento no mercado de trabalho. Especificamente, pretende-se:

- a) Analisar as relações entre crescimento, desigualdade e pobreza, entre 1981 e 2006, buscando identificar tendências e evidenciar quais contextos ou situações marcaram a trajetória da desigualdade e da pobreza em Mato Grosso;
- b) Analisar a contribuição das transferências de renda na determinação dos níveis rendimento, desigualdade e pobreza em Mato Grosso, em 2006;
- c) Analisar a correlação entre algumas características sócio-demográficas e os níveis de rendimento e desigualdade no mercado de trabalho em Mato Grosso, em 2006, tendo em vista verificar quais dessas características mais influenciam no rendimento e na distribuição deste.
- d) Analisar, para os anos de 1996 e 2006, a correlação entre o rendimento domiciliar *per capita* e os níveis de consumo dos bens públicos ou semipúblicos providos pelos programas creche e pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e saneamento, tendo em vista verificar a aderência desses programas com o propósito de redução da pobreza e da desigualdade social em Mato Grosso;

1.3. Hipóteses

Este trabalho assume as seguintes hipóteses, correspondentes aos objetivos anteriormente delineados:

- a) Acredita-se que, ao longo dos últimos 25 anos, poucos momentos reuniram condições favoráveis à redução simultânea e consistente da desigualdade e da pobreza em Mato Grosso, como o breve período 2004-2006. Especificamente, espera-se que o crescimento da renda *per capita* implique em redução da pobreza, mas admite-se haver diferenças temporais e regionais significativas no efeito-pobreza do crescimento, em função da heterogeneidade econômica e territorial do País e do Estado e da influência de fatores macroeconômicos e institucionais;
- b) Tendo em vista as conclusões de estudos similares realizados para o Brasil, espera-se que as transferências de renda tenham expressivo impacto sobre os níveis de rendimento e pobreza em Mato Grosso;
- c) A principal expectativa sobre as relações entre características sócio-demográficas e rendimento está em que a segmentação da população ocupada em grupos mais homogêneos de escolaridade e idade (dentre outros) resulte em grupos bastante homogêneos em termos de rendimento. Isto é, espera-se que a desigualdade diminua consideravelmente quando medida no interior de cada categoria sócio-demográfica mais homogênea, especialmente quando o critério de agregação for a escolaridade.
- d) Em relação ao consumo de bens públicos ou semipúblicos, espera-se que seja crescente com o nível de renda, implicando que os mais pobres são proporcionalmente menos representados entre os beneficiários. Isso significa que a oferta de tais bens – independentemente das formas de propriedades envolvidas – não contribui plenamente para a redução da desigualdade e da pobreza;

1.4. Estrutura do trabalho

O estudo está dividido em nove capítulos, incluindo esta introdução (capítulo 1) e a literatura citada (capítulo 9). O capítulo 2 busca sintetizar os principais argumentos das correntes de pensamento que, de forma direta ou indireta, tematizaram sobre desigualdade e pobreza, procurando explicá-las ou simplesmente mensurá-las. O capítulo 3 apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa, incluindo a definição das variáveis e a descrição das bases de dados. A análise e a discussão dos resultados estão distribuídas nos capítulos 4 a 7, correspondentes aos objetivos específicos “a” a “d”. Finalmente, no capítulo 8 são apresentadas as considerações finais e sugestões, a título de conclusão.

CAPÍTULO 2. DESIGUALDADE E POBREZA: UMA REVISÃO

Este capítulo apresenta uma breve revisão da literatura que sobre desigualdade e pobreza, e está dividido em três seções. A seção 1 resume os argumentos centrais das correntes mais representativas sobre o tema da desigualdade, incluindo a corrente estruturalista, a teoria do capital humano e seus críticos e as principais contribuições da década de 90, destacando-se a tese das corridas inter-geracionais, de Barros, e o modelo do equilíbrio circular entre heterogeneidade educacional, desigualdade de renda/ riqueza e desigualdade de poder político, de Ferreira. A seção 2 destaca os aspectos envolvidos na conceituação e mensuração da pobreza, bem como a discussão de suas causas. Por fim, a seção 3 busca apresentar, a título de conclusão, uma síntese das questões que interligam crescimento, desigualdade, políticas públicas e pobreza, numa perspectiva mais plural.

2.1. Desigualdade de renda

As discussões sobre distribuição de renda podem ser agrupadas em dois enfoques principais, segundo Ramos e Reis (1993). O primeiro enfoque privilegia o estudo da distribuição funcional da renda entre os fatores de produção capital (lucros) e trabalho (salários), algumas vezes indicando as conexões entre a distribuição funcional e a distribuição pessoal. O segundo privilegia a distribuição pessoal da renda, notadamente da renda do trabalho. Neste enfoque a renda é considerada uma contrapartida à demanda e oferta por um conjunto de atributos associados aos indivíduos, sendo a discussão feita em termos da transferência de renda intergrupos.

2.1.1. A corrente estruturalista

A corrente estruturalista, que inclui entre seus expoentes Aníbal Pinto e Celso Furtado, discute a desigualdade de renda tendo por referência os condicionantes impostos pelas relações centro-periferia no contexto da industrialização retardatária.

Pinto (1967) postula que a questão distributiva não deve ser colocada em termos de transferência de renda intergrupos, mas sim da “transformação dos padrões existentes com respeito ao uso e à propriedade dos recursos”. Para este autor, a distribuição de renda é determinada pelo nível de desenvolvimento econômico e sua correlata estrutura produtiva, bem como pela maior ou menor concentração dos fatores produtivos. Os países periféricos ou atrasados apresentam uma distribuição altamente concentrada porque, neles, predominam os setores com maior desigualdade, afetando a estrutura produtiva e a distribuição globais. Além disso, face às condições de oligopólio e monopólio prevalecentes, a renda gerada no processo produtivo flui para as mãos dos detentores dos fatores de produção.

Para esse autor, a estrutura da propriedade é uma condição que determina previamente o acesso dos indivíduos e empresas às atividades produtivas de maior remuneração ou retorno, acarretando “uma imensa influência sobre o sistema de oportunidades”, além de produzir um conjunto de instituições e valores sociais que reforçam a estrutura preexistente. Exemplo disso foi a industrialização por substituição de importações, que concentrou todo o progresso técnico e se orientou para o atendimento das camadas de alta renda, agravando a tendência estrutural à concentração.

Furtado (1991) situa a questão da concentração da renda no contexto da industrialização retardatária sob o autoritarismo, argumentando que os elevados requisitos de poupança/ investimento na fase da industrialização pesada teriam criado um impasse e aberto a possibilidade para uma saída autoritária:

A industrialização substitutiva conheceu neste país os seus melhores dias de glória. Para muitos de nós a perda de impulso do crescimento tinha sua primeira causa nas crescentes exigências de capitalização impostas pela nova fase de industrialização, na qual predominava o peso das indústrias de bens duráveis, de insumos básicos e de equipamentos. Ora, esse obstáculo poderia ser superado no Brasil por uma adequada política de concentração de renda. É verdade que nenhum dirigente se atrevera a preconizar uma tal política em um país cuja população vivia, em sua grande maioria, na miséria. Em nossas discussões, não se chegara sequer a admitir esta hipótese. Não obstante, devíamos ter em conta importantes precedentes históricos. O stalinismo outra coisa não fora senão uma forma brutal de aumento do excedente, o qual seria utilizado para modificar a estrutura do sistema produtivo – crescimento privilegiado da indústria de base –, visando a reforçar o potencial militar e também beneficiar uma classe burocrática. (FURTADO, 1991, p. 41-2).

Segundo o autor, tal impasse poderia ser equacionado, num contexto autoritário, mediante retenção ou redução dos salários reais, concluindo, com certo pessimismo e preocupação, que se poderia estar configurando no Brasil uma sociedade intrinsecamente inviável:

A concentração de renda emergia, dessa forma, como chave para a solução de um grande número de problemas e não podia haver dúvida de que, uma vez posto em marcha esse processo, não seria fácil detê-lo, visto que o segmento mais dinâmico da demanda tenderia a reproduzir os padrões de consumo mais e mais diversificados e sofisticados das classes médias dos países ricos (...). Caberia, portanto, indagar: não existiria o risco de que essa industrialização retardada, no quadro do autoritarismo, engendrasse uma sociedade em que os excluídos constituiriam uma maioria crescente e, portanto, seria intrinsecamente inviável? (FURTADO, 1991: p. 42).

A explicação de Furtado (1991: p. 127) para a conexão entre a industrialização e desigualdade está na especificidade da industrialização retardatária, “que se orienta sistematicamente no sentido de poupar mão-de-obra (...). Como a incorporação de fatores é feita, não em função da disponibilidade destes, e sim do tipo de tecnologia utilizada, mesmo com uma taxa de salário igual a zero inexiste a possibilidade de absorção da mão-de-obra disponível. As conseqüências no plano da distribuição da renda são óbvias.”

Que estrutura social resultaria dessa formação industrial e quais suas conseqüências? Aqui o autor faz um interessante contraponto com os países de industrialização clássica, expondo sua concepção central de desenvolvimento e subdesenvolvimento:

A urbanização ocorrida paralelamente à industrialização dos países que lideram o capitalismo moderno deu origem a sociedades estruturadas em classes com antagonismos e complementaridades de interesses a um só tempo. A luta pela elevação dos salários reais traduz-se a curto prazo em ameaça aos interesses da classe capitalista. Contudo, a pressão daí resultante provoca uma resposta no plano tecnológico, acarretando a elevação da produtividade. Dessa forma, o antagonismo põe em movimento forças que engendram sua superação. (FURTADO: 1991, p. 128).

Essa dinâmica da qual resultaria sistemas sociais mais homogêneos não se verifica nos países subdesenvolvidos, porque, neles, “a penetração do progresso técnico está longe de facilitar a

solução dos conflitos sociais de natureza substantiva, pois as massas que se acumulam nas grandes cidades não estão estruturadas e capacitadas para disputar os frutos do progresso”. Pelo contrário, nesses países “a maneira como penetra a técnica moderna cria problemas de amplas projeções no plano social”.

As implicações práticas dessas teses de Furtado talvez incluam algum grau de controle sobre a importação de padrões técnicos e de modelos de consumo sem correspondência com as possibilidades da grande maioria da população. No entanto, há também o reconhecimento da necessidade de habilitar (capacitar) as massas a tirar proveito dos frutos do progresso tecnológico. De certa forma, este é um ponto comum entre o pensamento estruturalista de Furtado e as teses da Teoria do Capital Humano (TCH), que dão ênfase ao desenvolvimento de atributos individuais (escolarização, experiência) valorizados no mercado de trabalho. As relações entre “capacidades” e reprodução da pobreza são trabalhadas de forma mais definitiva por Amartya Sen, em seu livro “Desenvolvimento como liberdade”.

2.1.2. Langoni e a teoria do capital humano

Seguindo outra trajetória de pensamento, as abordagens da distribuição pessoal da renda relacionam as rendas individuais à demanda e oferta por um conjunto de atributos associados aos indivíduos. Para este grupo, as rendas refletem habilidades individuais dos agentes econômicos que seguem escolhas racionais e se guiam pela maximização do lucro ou utilidade em um contexto de informação perfeita, conforme postulados da teoria neoclássica.

A teoria do capital humano, que associa a renda basicamente a variáveis educacionais, é a mais amplamente aceita e difundida entre as teorias desse grupo. Essa teoria parte do pressuposto de que os indivíduos alocam o seu tempo entre educação e trabalho, considerando suas preferências pessoais e os retornos de mercado associados aos diferentes níveis educacionais, de modo a maximizar o valor presente de seu bem-estar (ou renda) ao longo do ciclo de vida.

Coube a Langoni (1973) realizar os primeiros estudos explicativos da desigualdade brasileira sob o enfoque da teoria do capital humano. Para este autor, o crescimento econômico acelerado entre 1960 e 1970 teria conduzido a um aumento da concentração da renda devido às mudanças na composição da força de trabalho (sexo, idade, educação, alocação setorial e regional) e aos desequilíbrios no mercado de trabalho atribuídos à maior e crescente demanda por mão-de-obra qualificada num contexto em que a oferta desse tipo de mão-de-obra era inelástica a curto prazo.

Assim, para Langoni (1973) a escolaridade tem grande poder explicativo tanto sobre o nível quanto sobre a evolução da desigualdade:

A importância da educação ficou evidente, não só para as diferenças observadas de renda a cada ano, mas também para o aumento de desigualdade durante o período. Os coeficientes dessa variável (...) são os de maior magnitude e de maior significância entre todas as variáveis incluídas na regressão. (LANGONI, 1973, p. 208).

Para explicar o aumento da desigualdade, medida pelo índice de Theil, Langoni (1973) fundamentou-se no conhecido “efeito Kuznets” combinado com os desequilíbrios atribuídos à ineficiência do sistema educacional. Decorre do “efeito Kuznets” a hipótese de que, em economias atrasadas ou de baixo nível de renda, a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda teria o formato de um U-invertido. Ou seja, a concentração aumentaria nas fases iniciais do desenvolvimento, entraria numa fase de relativa estabilidade e declinaria posteriormente, quando a população originada das regiões e setores de baixa produtividade estivesse integrada aos setores predominantemente mais modernos e de maior produtividade¹².

O segundo mecanismo causador da concentração estaria na incapacidade do sistema educacional de responder a uma demanda crescente por mão-de-obra qualificada para fazer face às exigências da expansão e modernização da estrutura produtiva. Ou seja, tratava-se de um desequilíbrio entre demanda e oferta no mercado de trabalho de mão-de-obra qualificada, do qual resultaria a elevação relativa do preço dessa mão-de-obra e, conseqüentemente, o aumento da desigualdade.

Todos os testes empíricos baseados em decomposição de índices de desigualdade têm confirmado a conclusão de Langoni sobre a importância explicativa da educação. Entretanto, a afirmação de que a concentração da renda seria fenômeno transitório foi refutada¹³. De qualquer forma, para alguns autores a persistência da desigualdade em patamares elevados se explica, basicamente, pela manutenção da elevada heterogeneidade educacional do País.

¹² É evidente que, em seu esquema centro-periferia de modernização restrita, Furtado teria negado que tal integração das massas aos circuitos de alta produtividade seria realizado de forma trivial. Para ele esse seria antes um problema a ser resolvido, não uma decorrência automática dos acontecimentos.

¹³ Em favor de Logoni pode-se argumentar que ele não fixou data para a queda da desigualdade. Sabe-se que ela vem caindo nos últimos anos, talvez em função de várias forças homogeneizadoras atuando simultaneamente, a educação inclusa. Será que estamos finalmente entrando na terceira fase do “U” invertido de Kusnets?

O trabalho de Langoni foi decisivo para pôr fim à polêmica sobre se teria ou não havido aumento da concentração de renda no Brasil, entre 1960 e 1970. Por exemplo, o prestigiado economista Mário Henrique Simonsen havia afirmado que “o debate sobre o aumento de concentração de renda de 1960 para 1970 só pode ser sustentado com uma boa dose de leviandade estatística” (SIMONSEN, 1972, p. 50). Uma vez provado o fenômeno empiricamente, o debate avançou em direção às possíveis causas explicativas.

2.1.3. Críticas à teoria do capital humano

Em contraponto a Langoni (1973) e outros seguidores da teoria do capital humano, vários autores têm oferecido interpretações alternativas ou simplesmente apontados as suas deficiências mais evidentes. Ramos e Reis (1993) advertem que a aplicabilidade dessa teoria à experiência dos países não desenvolvidos é prejudicada pelo fato de que, nestes países, não se configuram as pré-condições necessárias, destacando-se: existência de mercados imperfeitos ou incompletos, dificuldades e barreiras de acesso à informação, presença de poderes de monopólio em diversos mercados, dificuldades de comunicação entre os agentes econômicos e regiões, características típicas do ambiente sócio-econômico desses países.

Para Malan e Welss (1978), o modelo de Langoni é inconsistente porque uma parcela substancial da variância nas diferenças de renda não é explicada na sua análise. Argumentam que não se pode deixar de fora da análise características da distribuição da propriedade e supor que não alteraria a distribuição da renda do trabalho.

Os trabalhos de Fishlow (1978) foram os precursores mais importantes da corrente de pensamento que desenvolveu reflexões alternativas às interpretações de Langoni, corrente essa que inclui, dentre outros, Bacha (1980) e Ramos e Reis (1993). Fishlow (1978) enfoca a distribuição funcional da renda e atribui o aumento da desigualdade a uma variável política: a ação deliberada do governo de comprimir o valor real dos salários dos trabalhadores mediante supressão do poder de barganha dos sindicatos (proibição de greves e dissídios) e de uma política de reajuste salarial que subestimava sistematicamente a inflação prevista.

Nessa mesma linha, Ramos e Reis (1993) destacam os efeitos concentracionistas das políticas econômicas adotadas no governo militar pós 64, em particular a política de arrocho salarial e a intervenção nos sindicatos trabalhistas, medidas que teriam afetado a distribuição funcional em

favor de lucros e rendas de propriedade e em detrimento das rendas do trabalho, que geralmente predominam entre os indivíduos situados na base da distribuição.

Amadeo e Camargo (1993) oferecem uma linha interpretativa na qual a estrutura do mercado de trabalho e de bens tem papel importante na distribuição de renda em um contexto inflacionário:

Como os sindicatos mais ativos e organizados estão, em geral, localizados nos setores mais oligopolizados e/ou exportadores, e as empresas desses setores têm um grande poder de repasse dos reajustes de salários aos preços dos produtos, ou devido à pequena concorrência, ou devido à política de manutenção da relação salário/ câmbio, desenvolveu-se nesses segmentos do mercado a “filosofia do repasse”, segundo a qual, desde que os aumentos de salários possam ser repassados aos preços, o conflito deve ser evitado. Nessas condições, a inflação transfere renda dos segmentos menos organizados (e mais pobres) dos mercados de trabalho e de produtos para os segmentos mais organizados (e relativamente mais ricos), aumentando a dispersão salarial e contribuindo para a piora da distribuição da renda no País”. (AMADEO e CAMARGO, 1993: p. 203).

A crítica de Santos (1979) é de natureza epistemológica. Segundo este autor, Langoni “confunde uma coincidência com uma relação causal”, ao considerar os pobres como se tivessem algum poder de decisão sobre a qualidade e o tipo de educação que lhes é destinada, e como se o processo de educação não fosse, ele próprio, condicionado pelas necessidades da produção. O agravante é que essas necessidades são ditadas por interesses distantes e que mudam rapidamente, criando uma defasagem permanente no tempo e nos objetivos e impossibilitando os países do terceiro mundo de adaptar o aparelho escolar às necessidades emergentes ou aos verdadeiros interesses nacionais.

2.1.4. Bacha e os salários da classe média ampliada

Aceitando a tese da compressão salarial por decisão política de Fishlow, Bacha (1978) desenvolveu uma abordagem segundo a qual a concentração da renda seria explicada pela ampliação e remuneração diferenciada da classe de gerentes e servidores das burocracias empresariais e estatais (Whitte-Collars). A formação desses Whitte-Collars decorreu da própria industrialização e da ampliação das funções gerenciais e, segundo, Bacha (1978), suas remunerações seriam estreitamente vinculada aos lucros das empresas. Já os empregados subordinados (Blue-Collars) teriam seus salários determinados conforme o modelo neoclássico, submetendo-se, ainda, a possíveis pressões da política salarial.

2.1.5. O debate sobre desigualdade a partir dos anos 90

A discussão recente sobre desigualdade no Brasil é de fundo predominantemente langoniano, com ênfase na distribuição pessoal da renda (sobretudo renda do trabalho) e no estudo dos efeitos do mercado de trabalho sobre o quadro distributivo. Entretanto, são evidentes as tentativas de sistematização das diversas causas e manifestações da desigualdade. Algumas evoluções do debate, como em Ferreira (2000) procuram identificar as causas da elevada desigualdade educacional do País, já que Langoni apenas constatou o efeito dessa desigualdade sobre a concentração da renda, sem investigar os determinantes da distribuição desigual das oportunidades educacionais.

Mercado de trabalho e heterogeneidade da força de trabalho: a contribuição de Barros

Ricardo Paes de Barros e alguns colaboradores estão entre os autores que mais contribuíram para estabelecer uma nova síntese interpretativa da desigualdade e suas diversas formas de inter-relações. Em um trabalho publicado como “texto para discussão” no âmbito do IPEA, Barros e Mendonça (1995) evidenciam a contribuição que pretendem dar ao debate: “*Não é de nosso conhecimento que algum estudo no Brasil tenha objetivado discutir, no âmbito de um arcabouço coerente e integrado, as diversas formas de desigualdade e suas inter-relações*”.

Para explicar o processo geração e reprodução da desigualdade de renda, Barros e Mendonça (1995) recorrem a uma analogia com uma seqüência de corridas, cada qual com duas etapas: uma etapa de preparação (período da infância e adolescência, no qual os indivíduos acumulam o seu capital humano) e uma etapa de competição (quando as pessoas competem no mercado de trabalho). Essas etapas se desenrolam sob três elementos: a) um conjunto de participantes, com um certo volume de recursos; b) um total de prêmios (massa salarial); c) um conjunto de regras, que estabelecem como os participantes devem se comportar, como a produtividade será avaliada e como o total de prêmios será dividido de acordo com a produtividade.

Parte da desigualdade seria gerada na etapa de preparação, parte na etapa de competição. O mercado de trabalho revela desigualdade de renda. Os autores estão preocupados em identificar até que ponto esse mercado gera desigualdade (segmentação por setor de ocupação, região, mercado formal/ informal e discriminação por sexo/ raça) ou apenas transforma a desigualdade originada na fase de preparação em desigualdade de renda verificada na etapa de resultados.

Após concluírem que o mercado de trabalho no Brasil é muito mais transmissor da desigualdade de condições do que gerador de desigualdade, eles aprofundam a investigação sobre como o mercado de trabalho lida com três atributos da força de trabalho que afetam a produtividade: experiência no mercado, na empresa e nível educacional. Mais especificamente, eles procuram encontrar a relação entre o grau de sensibilidade dos salários a variações nestas características e a magnitude da desigualdade salarial obtida da transformação da desigualdade na distribuição da característica em desigualdade salarial. Essa investigação é necessária porque o mercado de trabalho pode traduzir, de forma ampliada, reduzida ou neutra, a dispersão dos atributos da força de trabalho em dispersão na renda.

Barros e Mendonça (1995, p. 41) assumem que todas as características relevantes para a produtividade podem ser reduzidas a um único escalar, denominado de “qualidade do trabalhador”. Assim, o efeito de transmissão da desigualdade, operada pelo mercado de trabalho, irá depender da “distribuição dos trabalhadores por nível de qualidade e da função que relaciona a qualidade de um trabalhador ao seu salário. Quanto maior a desigualdade de qualidade entre os trabalhadores e quanto maior for o impacto da qualidade do trabalhador sobre o salário maior será a desigualdade salarial transformada pelo mercado de trabalho”.

Resumindo, as fontes identificáveis da desigualdade podem ser: a) geradas pelo mercado de trabalho por discriminação (raça, sexo) ou segmentação (formal *versus* informal, setorial, regional); b) reveladas no mercado de trabalho (diferenças de experiência na ocupação, heterogeneidade ocupacional, heterogeneidade educacional).

O Quadro 1 resume as conclusões de Barros *et al* (2000b), em um estudo baseado em dados mais recentes. Observa-se que as fontes identificáveis explicam 59% da desigualdade, mas apenas 11% dessa desigualdade são geradas pelo mercado de trabalho (4% por discriminação e 7% por segmentação). A maior parte (48%) da desigualdade é apenas revelada no mercado de trabalho, sendo que a heterogeneidade educacional responde por 39,5%. Assim, a desigualdade educacional da força de trabalho representa 67% de todas as fontes identificáveis de desigualdade da renda do trabalho no Brasil.

Quadro 1 – Decomposição da desigualdade salarial por fontes principais.

Fonte da desigualdade	Contribuição (%)
1) Fontes identificáveis	59
1.1. Geradas pelo mercado de trabalho	11
1.1.1. Discriminação	4
Raça	1
Gênero	3
1.1.2. Segmentação	7
Formal <i>versus</i> informal	1
Setorial	5
Regional	1
1.2. Reveladas no mercado de trabalho	48
Diferenças de experiência na ocupação	2
Heterogeneidade ocupacional	7
Heterogeneidade educacional	40
2) Fontes não identificáveis	41

Fonte: BARROS *et al* (2000b).

Uma importante indagação que ocorre aos autores é a seguinte: uma vez demonstrado o peso da educação na explicação da desigualdade, será ela também responsável pelo excesso de desigualdade do Brasil em relação a outros países? Sabe-se, por exemplo, que a desigualdade salarial no Brasil é 72% mais elevada do que nos Estados Unidos. Para analisar em que extensão a desigualdade excessiva do Brasil pode ser atribuída à educação, os autores decompuseram a desigualdade salarial, para ambos os países, em dois componentes: a) desigualdade salarial entre trabalhadores com o mesmo nível de escolaridade; b) desigualdade salarial entre trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade.

Deveríamos esperar, em princípio, que se o excesso de desigualdade no Brasil estivesse inteiramente relacionado à educação, então o nível de desigualdade salarial entre trabalhadores com a mesma escolaridade seria bastante similar em ambos os países e, em contrapartida, a desigualdade entre trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade seria muito mais elevada no Brasil”. (BARROS *et al*, 2000b, p. 409).

Os resultados comprovaram essa expectativa: a desigualdade salarial entre trabalhadores de mesmo nível de escolaridade é apenas 7% maior no Brasil, enquanto a desigualdade salarial entre

trabalhadores como diferentes níveis de escolaridade é cerca de 500% (sic) mais elevada no Brasil do que nos Estados Unidos. Assim, concluem os autores, a heterogeneidade educacional não apenas explica a elevada desigualdade como também explica o excesso de desigualdade do Brasil em relação a outros países.

A heterogeneidade educacional e o círculo vicioso da desigualdade: a contribuição de Ferreira

Ferreira (2000, p. 135) apresenta uma sistematização das teorias sobre desigualdade de renda e procura avançar numa linha ainda não suficientemente discutida: por que é tão elevada a heterogeneidade educacional do Brasil? Em sua sistematização, o autor aponta que as causas de uma distribuição desigual de renda devem pertencer a pelo menos cinco grupos conceitualmente distinto de fatores:

- i) existência de algumas diferenças entre os indivíduos no que diz respeito às suas características natas, como raça, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial;
- ii) existência de diferenças entre os indivíduos atribuídas às características adquiridas, como nível educacional, experiência profissional, etc.
- iii) mecanismos pelos quais o mercado de trabalho, principal canal de transformação das características individuais em renda, age sobre os dois grupos citados de características, transformando-as em diferenças de rendimento. Esse grupo, por sua vez, divide-se em três canais: a) discriminação – diferença de remuneração entre dois postos de trabalho idênticos, ocupados por trabalhadores com produtividades idênticas, com base em alguma característica observável do trabalhador (ex., raça e gênero) cujo efeito sobre a produtividade de determinada combinação de posto e trabalhador é nula, mas o mercado atribui rendas diferentes; b) segmentação – diferença de remuneração entre dois postos de trabalho distintos, ocupados por trabalhadores idênticos, com base em características do posto de trabalho, apesar de as produtividades daquelas combinações de posto e trabalhador serem idênticas. Destacam-se dois tipos de segmentação: regional e setorial; c) projeção – geração de retornos às características observadas do trabalhador, dado o posto de trabalho;

- iv) segmentação no mercado de crédito “na medida em que esses mercados sejam imperfeitos, apresentando, por exemplo, segmentação no acesso ao no preço do crédito, ou de apólices de seguros”;
- v) fatores demográficos (formação do domicílio, hábitos de casamento, etc.).

Em que pese essa diversidade de fatores causais, “anos de estudo do mercado de trabalho levam exatamente a essa conclusão: se é a educação que explica tanto de nossa distribuição de renda, o que será que explica nosso processo de produção de educação e acumulação de capital humano”? Para explicar isso, o autor apresenta a hipótese de que “O País encontra-se num equilíbrio Pareto-inferior de um sistema dinâmico em que três distribuições são determinadas simultaneamente: a) a distribuição da educação; b) a distribuição de riquezas; c) a distribuição de poder político. (FERREIRA, 2000, p. 144).

Essas três desigualdades se reforçam mutuamente: a desigualdade educacional gera desigualdade de renda e riqueza que, por sua vez, gera desigualdade de poder político. Desprovidas de suficiente poder político e de outros recursos, as classes mais pobres não podem influenciar as decisões fiscais e orçamentárias que poderiam melhorar as escolas públicas e, sem renda e sem acesso ao crédito, não podem frequentar as boas escolas particulares. Por outro lado, não se poderia esperar que a elite dirigente alterasse esse estado de coisas, já que não utiliza o sistema público de educação e não tem interesse em melhorar a sua qualidade.

Uma consequência desse modelo é que “uma transição para um sistema mais igualitário e com maior oferta de educação poderia ocorrer mediante aumento do poder político das camadas mais pobres da sociedade, passando por um período de maiores (ou melhores) gastos com qualidade da educação pública” (FERREIRA, 2000, p. 156). O autor, porém, não discute em que circunstâncias isso poderia ocorrer.

2.2. Pobreza

Pobreza indica algum estado de privação. Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, pobre é “aquele que não tem o necessário à vida”. Se se entende que a obtenção do

necessário à vida numa economia capitalista moderna pressupõe a intermediação da moeda, a pobreza pode ser associada à insuficiência de renda monetária. Hoffmann (2000) assinala que “a idéia de pobreza está associada a condições de vida inadequadas decorrentes de baixos rendimentos”.

Segundo Santos (1979), o agravamento e a generalidade da pobreza a mantêm como fenômeno de atualidade surpreendente, em especial nos países subdesenvolvidos, onde se apresenta associado à rápida urbanização. Trata-se, porém, de um tema presente de longa data no debate entre muitas correntes de pensamento. Adam Smith já havia feito referência ao problema numa discussão sobre a teoria do valor:

Todo homem é pobre ou rico conforme o grau em que pode permitir-se usufruir as coisas necessárias, as comodidades e os divertimentos da vida humana. Mas uma vez instalada por completo a divisão do trabalho, o trabalho próprio de um homem só poderia supri-lo de uma parte muito pequena de tudo isso. A maior parte deverá obter do trabalho de outras pessoas, e será rico ou pobre dependendo da quantidade desse trabalho que tenha à sua disposição, ou que possa comprar. (SMITH, A. *A riqueza das nações*, V.1, p. 30).

Adam Smith tinha claro que à medida que se aprofundava a divisão do trabalho e a moeda passasse a ser utilizada como intermediário universal das trocas, ser pobre significava incapacidade de comprar. Mas, o que determina a quantidade de trabalho que uma pessoa tenha a sua disposição ou que possa comprar? Adam Smith não estava interessado na investigação das causas que determinam a repartição do produto entre classes sociais, regiões ou setores de atividade. Sua preocupação central era identificar as forças que determinam a magnitude desse produto, isto é, a riqueza das nações. E sua resposta estava baseada na expansão do mercado proporcionada pela intensa divisão do trabalho.

Ao contrário de Adam Smith, Ricardo e Marx concentraram seus esforços no estudo das causas que determinam a repartição do produto social entre as classes sociais. Concluíram que, por questões tecnológicas, econômicas e demográficas, a remuneração do trabalho tenderia inexoravelmente para o nível de subsistência, uma noção próxima à idéia do mínimo necessário à reprodução da força de trabalho nas condições capitalistas (ROMÃO, 1993).

Entretanto, as categorias de assalariados ampliaram-se e diversificaram-se consideravelmente, o mesmo sucedendo com a remuneração da força de trabalho, que atingiu altos níveis de disparidade com o desenvolvimento do capitalismo, inclusive no âmbito de uma mesma categoria profissional. Ao mesmo tempo, uma parcela considerável da população não foi absorvida pelos circuitos dominantes da produção, permanecendo desempregada, subempregada ou empregada nos setores informais ou de baixa produtividade, em condições de carência que muitas vezes comprometem a própria sobrevivência do organismo (ROMÃO, 1993).

2.2.1. Mensuração da pobreza

A definição de pobreza requer o estabelecimento de padrões mínimos de necessidade, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres. O padrão de vida mínimo (em termos de requisitos nutricionais, moradia, vestuário, etc.) em geral é avaliado a preço de mercado e a renda necessária para custeá-lo é denominada linha de pobreza. Assim, o conceito de pobreza absoluta não possui significado próprio, uma vez que expressa uma convicção ou convenção coletiva de que cada pessoa tem o direito de viver em condições decentes e condizentes com a dignidade humana (ROMÃO, 1993).

“Pobres são aqueles que têm um poder de compra mais reduzido que o considerado normal para o ambiente em que vivem” (Sidney e Vebb, citados em SANTOS, 1979). Para Buchanan, citado em Santos (1979), “o termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida”. Essas citações evidenciam a dificuldade de distinguir pobreza absoluta de pobreza relativa, embora essa distinção pareça necessária e útil.

Em geral, reconhece-se que nas situações (países ou regiões) em que a renda média excede em muito os níveis de subsistência, a pobreza deve ser vista antes como um problema de desigualdade na distribuição de renda do que de níveis absolutos baixos de renda. Nos países ou regiões de renda média baixa, a pobreza pode estar associada a problemas de crescimento econômico.

Hoffmann (2000) reconhece que certamente há um elemento relativo no conceito de pobreza, mas pondera que se ser pobre depende da comparação da situação de pobres e ricos, o conceito de pobreza se confunde com o conceito de desigualdade. Para ele, é mais interessante buscar um conceito de pobreza que não seja diretamente dependente do nível de renda dos ricos.

A operacionalização do conceito de pobreza, tal como encontrada na literatura dominante, envolve: a) reconhecimento da renda como *proxy* adequado para traduzir condições de vida, inclusive as que expressam estado de privação; b) especificação de um limite de renda (linha de pobreza) que permita distinguir quem será considerado pobre; c) definição dos critérios utilizados para estabelecer esse limite de renda. Todos esses processos envolvem escolhas não isentas do julgamento particular de cada pesquisador.

A começar pela renda, não há consenso de que seja a forma mais adequada ou suficiente para abordar o tema da pobreza. Uma longa tradição de pesquisa rejeita o critério renda e prefere adotar procedimentos descritivos da qualidade de vida, baseados em indicadores sociais (FAVA, 1984). Os que defendem a utilização da renda argumentam que, numa economia estritamente monetária, há forte correlação entre condições de vida e rendimento, de forma que a renda pode ser utilizada como critério objetivo para distinguir a pobreza. Não há dúvidas de que a pobreza seja um fenômeno multidimensional, mas a possibilidade de expressar grande parte dessas dimensões por apenas uma (a renda) representa inúmeras vantagens operacionais. Dentre outros, Hoffmann (2000), Mata (1979), Ramos (1994), Rocha (2004), Barros (2000) são autores que utilizam a renda como critério para delimitar e caracterizar a pobreza.

Entretanto, ainda que se aceite a renda como critério adequado, qual deverá ser o valor da linha de pobreza? Quais os critérios para se chegar a esse valor? Também aqui não há consenso: Hoffmann (2000) e Barros *et al* (2000c), dentre outros, utilizam o salário mínimo oficial como critério de delimitação. Advertem, entretanto, que se deve tomar o valor do salário mínimo a preço constante, caso contrário a pobreza poderia reduzir simplesmente por conta da corrosão do poder de compra do salário. Outros autores preferem calcular a linha de pobreza a partir do custo de uma cesta de consumo, embora os procedimentos utilizados sejam os mais diversos e com diferentes implicações para a definição da extensão da pobreza.

Rocha (1990) obtém a linha de pobreza a partir do cálculo do custo de uma cesta de consumo, considerando requisitos nutricionais e outras necessidades básicas, preços e padrões de consumo regionais. Assim, essa autora trabalha com várias linhas de pobreza, advertindo que o estabelecimento de uma única linha de pobreza para o âmbito nacional “negligencia a existência de diferenciais geográficos de custo de vida, assim como variações no tamanho das famílias”.

A autora apresenta os seguintes passos para o cálculo da linha de pobreza: a) determinação das necessidades nutricionais de determinado grupo populacional/ regional; b) determinação da cesta alimentar de custo mínimo que satisfaça as necessidades nutricionais estimadas. Essas necessidades são normativas, definidas com referência às características físicas (idade, sexo, peso, altura) e ao esforço requerido na atividade (leve, moderado, pesado). O valor dessa cesta é a linha de indigência; c) estimação da cesta não-alimentar que atenda a outras necessidades básicas (saúde, vestuário, transporte e educação, etc). Como as necessidades não-alimentares não podem ser definidas exogenamente, recorre-se ao coeficiente de Engel, que fornece a relação entre as despesas alimentares e a despesa total, assumindo-se como adequado, para fins de definição da linha de pobreza, o valor da despesa não-alimentar observado no intervalo mais baixo da distribuição que contenha a despesa alimentar capaz de atender às necessidades nutricionais.

Hoffmann (2000, p. 97), que adota a metade do salário mínimo oficial como linha de pobreza, critica cesta regionalizada proposta por Sônia Rocha, argumentando que as variações na linha de pobreza devem-se muito mais a hábitos de consumo – e conseqüente composição da cesta - do que às diferenças nos índices de custo de vida. “Na comparação entre duas regiões, seria apropriado considerar linhas de pobreza diferentes, se a diferença no custo da cesta de alimentos considerada necessária for devida unicamente a hábitos de consumo mais espartanos em uma das regiões?”

Rocha (1990) aponta para a necessidade de adotar critérios combinados de renda e de indicadores sociais nos estudos sobre a pobreza. Segundo ela, existe forte deficiência de serviços públicos básicos, e, para um mesmo nível de renda, o acesso diferenciado a esses serviços “determina situações completamente distintas do ponto de vista das condições de sobrevivência das famílias pobres”. Na opinião da autora, não considerar a deficiência desses serviços implica em subestimar drasticamente os recursos necessários à superação da pobreza:

Os indicadores de pobreza para as regiões metropolitanas nos anos 80 e a estimativa dos recursos necessários para atender ao gap da renda e de investimentos em saneamento básico, demonstram que o critério de renda subestima drasticamente o valor necessário para o combate à pobreza. Propõe-se, então, o uso combinado dos critérios de renda e de indicadores sociais, que permite a delimitação da população mais carente, fornecendo, outrossim, informação sobre a capacidade de pagamento daqueles submetidos a determinada carência. Isso permite o estabelecimento de esquemas diferenciados de financiamentos de infra-

estrutura e de serviços públicos, levando em consideração o grau de carência e a participação dos pobres e não-pobres na população a ser beneficiada.

Santos (1979) critica qualquer esforço de operacionalização quantitativa do conceito de pobreza. Para ele,

A medida da pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria. É inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões – agora e no futuro – serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país. Além do que, um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global a qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social. (SANTOS, 1979, p. 10).

As políticas de combate à pobreza precisam considerar os aspectos relacionados à escassez de recursos, mas também aqueles relacionados à distribuição desses recursos. Conforme Mata (1979: p. 100), a redução da pobreza depende, sobretudo, da redução da desigualdade, porque, “partindo-se do conceito relativo de pobreza, a redução desta pressupõe uma progressiva redistribuição de renda”; por outro lado, “políticas que visem somente à população pobre são de difícil implementação”, podem conter forte viés paternalista e clientelista e reforçar as estruturas de dominação.

2.2.2. Causas da pobreza

2.2.2.1. Crescimento, escassez e desigualdade

Vários autores, dentre eles Barros *et al* (2000a), têm mostrado que o Brasil é um País de muitos pobres, mas não é um País de poucos recursos. Isso significa que a pobreza está associada, sobretudo, com a questão da concentração da renda e da má focalização das políticas sociais. Esses autores realizam interessante comparação internacional e mostram que, se o Brasil tivesse o mesmo nível de desigualdade dos países de renda *per capita* similar, a proporção de pobres na população seria de 8%, em vez de 30%. Ou seja, o excesso da pobreza brasileira é um fenômeno relacionado à má distribuição de recursos. Essa constatação implica em reconhecer que a produção e a reprodução

da pobreza, num contexto de renda *per capita* relativamente elevada, estão relacionadas com a dinâmica de produção e reprodução da desigualdade na distribuição da renda.

Considerando que as causas imediatas da pobreza podem estar na escassez e na distribuição de recursos, Barros *et al* (2000a) investigam como a taxa de pobreza responde ao crescimento econômico e à distribuição de renda. Eles concluem que a percentagem de pobres é muito mais sensível à redução da desigualdade do que ao crescimento econômico. Segundo o autor, se o Brasil crescesse a 3% ao ano, sob os padrões atuais de desigualdade, precisaria de 25 anos para reduzir a pobreza para níveis de 15% da população. Ou ainda, para obter a mesma taxa de pobreza da Costa Rica, apenas mediante crescimento, seria necessário que a renda *per capita* crescesse à taxa de 4% ao ano por 10 anos consecutivos.

Barros *et al* (2000a) creditam a ineficácia no combate à pobreza no Brasil à adoção de estratégia baseada unicamente no crescimento, quando se comprova que a redistribuição de renda poderia ser mais exitosa¹⁴. Porém, os autores não chegaram a discutir porque não se implementam políticas distributivas no Brasil. Apenas assinalaram que (sem deixar de reconhecer a importância do crescimento) para erradicar a pobreza no Brasil é necessário definir uma estratégia que confira prioridade à redução da desigualdade.

Segundo o Banco Mundial, em seu *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: combate à pobreza 2000/2001*, o crescimento econômico pode reduzir a pobreza, mas seu impacto varia muito de país para país, dependendo, dentre outras coisas, da estrutura de distribuição prevalente:¹⁵:

Mesmo quando a desigualdade é estável, se ela for alta inicialmente, ocorrerá uma redução no impacto do crescimento sobre a pobreza absoluta. Em dois países com a mesma renda per capita, os pobres estarão mais perto da linha de pobreza no país com menor desigualdade de renda. Por isso, considerando-se o mesmo aumento da renda média, um país com pequena desigualdade constante pode esperar que ocorra uma redução maior da pobreza absoluta do que outro que apresente uma grande desigualdade. Quanto mais alta for a parcela de renda inicial do pobre, mais alta

¹⁴ Pode haver alguma ingenuidade na leitura dessa afirmação. O fato de a pobreza ser bem mais sensível à desigualdade do que ao crescimento, não implica em apostar que seja mais fácil, politicamente, reduzir a pobreza através da redução da desigualdade.

¹⁵ Ver “Conclusões empíricas sobre o vínculo entre crescimento e pobreza”, in:

<http://www1.worldbank.org/prem/premnotes/pr/premnote45p.pdf>.

(em média) será a sua parcela do aumento da renda total” (BANCO MUNDIAL, 2007).

O Banco Mundial estimou o impacto do crescimento sobre a pobreza, através da elasticidade do índice de incidência de pobreza em relação à renda *per capita*, concluindo que, nos países com menor desigualdade inicial (coeficiente Gini em torno de 0,2) a elasticidade estimada é duas vezes superior à dos países com grande desigualdade (coeficiente Gini em torno de 0,6) (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001).

Em um trabalho de teor predominantemente pragmático preparado para o Banco Mundial, Thomas *et al* (2001) fazem um interessante síntese das principais questões presentes na literatura que trata das relações entre crescimento econômico e bem-estar, destacando-se a importância dos aspectos qualitativos do crescimento.

A década de 1990 do século XX conheceu grandes progressos em algumas partes do mundo, estagnação e reveses, em outras (inclusive em muitas que passaram por altas taxas de crescimento econômico no passado). No centro desses resultados está não apenas o *andamento do crescimento*, mas – tão importante – a sua *qualidade*. Essas duas dimensões são inter-relacionadas: o andamento do crescimento afeta a qualidade do crescimento, e vice-versa. Alguns países andaram rápido, mas a pouca ênfase na qualidade logo mostrou seus limites; outros, passando por crescimento lento ou errático, não lograram elevar ou sustentar a qualidade de vida de suas populações (THOMAS *et al*, 2001).

O que seria importante para assegurar qualidade ao crescimento? Quatro coisas, segundo Thomas *et al* (2001): distribuição de oportunidades, sustentabilidade ambiental, gerenciamento dos riscos globais e bom governo. No plano da ação, três princípios devem nortear a busca do desenvolvimento: a) foco equilibrado sobre as três formas de capital: capital físico, capital humano e capital natural; b) atendimento aos aspectos distributivos no correr do tempo; c) ênfase na estrutura institucional para o bom governo.

A questão fundamental relativa ao *foco equilibrado sobre as três formas de capital* está em assegurar uma abordagem menos distorcida ou mais neutra para a acumulação dos três tipos de bens. Segundo os autores, conceder fortes subsídios ao capital físico, por exemplo, leva à prevalência dos interesses do capital, situação difícil de ser revertida. Ao mesmo tempo, há subinvestimento em educação e saúde e superexploração do capital natural, comprometendo a

sustentabilidade do crescimento. Uma observação importante a ser destacada é que, para os autores, o investimento em capital físico se traduz em desenvolvimento e bem-estar de forma *indireta*, pelos impactos sobre o crescimento; por outro lado, os investimentos em capital humano e capital natural também contribuem para o crescimento, mas representam, ainda, aportes *diretos* ao bem-estar.

O foco na qualidade do crescimento exige consideração dos *aspectos distributivos*. Segundo os autores, para determinada taxa de crescimento, melhores serão os resultados de bem-estar se as oportunidades educacionais são distribuídas mais equitativamente. Outro fator igualmente importante é a *estabilidade do crescimento*. Isso porque, como os pobres têm poucos recursos, são intensamente afetados por choques adversos. Uma parcela considerável de quase-pobres costuma voltar à pobreza nos ciclos de crise. “Assim, para o crescimento reduzir a pobreza, ele precisa não apenas ser, de forma habitual, relativamente estável, como seus benefícios serem amplamente distribuídos” (THOMAS *et al*, 2001).

Há que se considerar, ainda, as condições que permitem aproveitar as oportunidades de ganhos e minimizar os riscos de perdas advindos da globalização. Os ganhos da globalização se materializaram em alguns lugares, mas não em todos. Por vários motivos: inadequação das estruturas regulatórias e supervisoras, nos níveis nacional e global; volatilidade dos mercados globais; desigualdade dos resultados da globalização. Assim, além de assegurar maior igualdade de oportunidades, é importante garantir menor desigualdade e menor volatilidade dos resultados do crescimento, mediante melhor gerenciamento do risco financeiro.

Para completar o quadro de um crescimento virtuoso, fundamentais são as estruturas do *bom governo*, destacando-se o funcionamento efetivo das burocracias, estruturas reguladoras, liberdades civis e instituições responsáveis, garantia das regras do direito e participação social. A apropriação de políticas, leis e recursos pela elite desvia recursos para bens socialmente menos produtivos e restringe o impacto sobre o bem-estar. A participação da sociedade civil, potencializada pelos recursos da computação e da Internet, é indispensável na luta contra a corrupção e outras formas de mau governo.

O “modelo” sugerido por Thomas *et al* (2001) é auto-acumulativo em seus componentes. Os capitais humano e natural contribuem para a acumulação de capital físico, ao aumentar seus retornos; o capital físico aumenta os retornos dos capitais humano e natural, contribuindo para sua acumulação. Investimentos equilibrados em capital físico, humano e natural, juntamente com

muitas políticas reformadoras, contribuem para o progresso tecnológico e o aumento da produtividade total dos fatores (PTF), contribuindo para o crescimento econômico e o bem-estar.

Mesmo para os países de baixo crescimento, os autores propõem uma mudança de prioridades, na direção de maior valorização do capital humano, já que este abre possibilidades de aumento do crescimento no longo prazo e, como visto, representa melhoria *direta* de bem-estar.

Em fim, os autores propõem ênfase na *qualidade*, não na quantidade de crescimento. Um programa de ação de melhoria do bem-estar seria centrado na redução das desigualdades na distribuição de oportunidades (sobretudo educação e saúde), na busca de um crescimento menos volátil (mantendo a economia e as finanças domésticas menos vulneráveis aos fluxos de capital), na abordagem equilibrada sobre as três formas de capital (humano, natural e físico) e na garantia de um governo mais eficiente, mais transparente e menos corrupto.

Outra contribuição relevante ao tema pode ser encontrada em Sen, citado por Furtado (1992). Sen observou que o simples aumento da oferta de bens e serviços em grandes regiões do planeta não é suficiente para reduzir os níveis de pobreza e desigualdade existentes. Isso porque a participação na distribuição da renda depende do que ele chama de *habilitação*, que pode ser alcançada mediante inserção qualificada no sistema produtivo ou mediante acesso à propriedade. Ora, uma das características das sociedades profundamente desiguais está justamente no fato de que a referida habilitação se encontra bloqueada, seja pelo bloqueio ao acesso à educação, seja pelo bloqueio ao acesso à terra rural ou urbana, ou mesmo ao poder político.

O processo de habilitação sugerido por Sen pressupõe essencialmente um projeto de aprofundamento da democracia e deve contemplar três aspectos principais e inter-relacionados: a) a democratização do acesso aos meios de produção simbólicos (educação e cultura); b) a democratização do acesso à propriedade urbana e rural; c) a democratização do acesso aos canais através dos quais o poder se manifesta, em todas as instâncias da vida social (estado, empresas, escolas, sindicatos, famílias, etc.). A relevância de cada um desses três aspectos pode variar em função do contexto histórico. Se a maioria dos pesquisadores dedicada à questão da desigualdade e da pobreza estiver com razão, o projeto de inclusão educacional assume, modernamente, proeminência crescente, embora não possa prescindir dos demais.

2.2.2.2. Desemprego, mercado de trabalho e pobreza

A relação entre mercado de trabalho e pobreza foi estudada por Barros *et al* (2000c), que analisam o impacto sobre o grau de pobreza de cada uma das três formas específicas de ineficiência desse mercado: a) desemprego, entendendo-se por desempregado a pessoa sem ocupação que, na semana de referência do levantamento, tenha procurado emprego; b) segmentação: considera-se segmentado o mercado de trabalho que atribui salários diferentes a trabalhadores substitutos perfeitos na produção, pelo simples fato de estarem em diferentes setores econômicos; c) discriminação: considera-se que existe discriminação no mercado de trabalho quando homens e mulheres, brancos e não-brancos, todos perfeitamente substituíveis na produção, recebam remuneração diferente, mesmo se empregados no mesmo setor.

Conceituando pobreza como “insuficiência de renda monetária”, Barros *et al* (2000c) argumentam que o impacto da redução do desemprego sobre a pobreza depende: a) da taxa de desemprego pré-existente; b) da concentração de desempregados entre os pobres, e c) da renda que o desempregado receberia caso fosse empregado. Se a taxa de desemprego for relativamente alta; se os desempregados forem super-representados entre os pobres e, ainda, se a obtenção de emprego se traduz em ganho suficiente para alçar o indivíduo acima da linha de pobreza, então a redução do desemprego teria forte impacto sobre a pobreza. De acordo com os dados da PNAD (1995), o desemprego é baixo (6,7%), e menos de 50% desses desempregados são pobres; por fim, a renda que o desempregado obteria se fosse empregado seria muito baixa. Assim, os autores concluem que a redução do desemprego afetaria muito pouco a pobreza. Em síntese, para esses autores a condição de pobreza não está relacionada com o desemprego, mas com o fato de que os empregos dos pobres são ruins.

2.2.2.3. Amartya Sen: a pobreza como privação de liberdades

O economista indiano Amartya Sen (SEN, 1999) apresentou uma das mais importantes contribuições recentes ao debate sobre a pobreza, sobretudo ao descolar a ênfase dos meios (renda, riqueza) para os fins (as liberdades substantivas que as pessoas podem usufruir para levar os modos de vida que valorizam).

No pensamento de Sen, o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. Entre as privações de liberdade estão a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades

econômicas, os serviços públicos negligentes e a intolerância ou interferência dos estados repressivos. Para o autor, a liberdade é central para o desenvolvimento, como fim e meio simultaneamente. A medida do desenvolvimento é a medida da efetiva expansão da liberdade das pessoas (razão avaliativa); ao mesmo tempo, esse resultado só pode ser alcançado de modo eficaz se as pessoas dispõem de liberdade de agente (razão de eficácia).

No sistema de Sen a liberdade tem papel constitutivo e instrumental. O papel constitutivo valoriza as liberdades substantivas para a vida humana (não sofrer privações como fome, subnutrição, morbidez, morte prematura) e as liberdades associadas (saber ler e escrever, participação política, liberdade de expressão). O papel instrumental se refere ao modo como diferentes direitos e oportunidades contribuem para a expansão da liberdade humana em geral, ou para o desenvolvimento.

O autor elenca as seguintes liberdades instrumentais: liberdades políticas: participar e escolher governantes, fiscalizar e criticar; liberdades econômicas: poder usar recursos econômicos com diferentes propósitos (consumo, produção, troca e distribuição de renda); oportunidades sociais: a educação e a saúde evitam o analfabetismo e a morbidez; transparência: a transparência inibe a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas; segurança protetora: disposições institucionais, como benefícios aos desempregados e complementos de renda para os indigentes, distribuições de alimentos em crises de fome coletiva, evitando que a população afetada seja reduzida a miséria ou levada a fome e a morte.

Pobreza, para Sen, está relacionada com privação de capacidades. Capacidade para escolher e alcançar os fins que se valoriza. Essa idéia de pobreza como privação de capacidades desloca a ênfase tradicionalmente dada a um dos meios, que é a renda; entretanto, ambas as perspectivas devem ser consideradas, pois, segundo o autor, a renda é um meio importantíssimo de se obter capacidades. Ao mesmo tempo, obter capacidades pode contribuir para a obtenção de renda. O desenvolvimento e a redução da pobreza, nessa perspectiva, pressupõem ênfase nas liberdades mutuamente reforçadoras. Além da renda é preciso considerar as desigualdades de vantagens individuais e as liberdades substantivas das pessoas.

Sen critica a forma de tratar a relação entre capital humano e desenvolvimento, pois reduz a educação a um instrumento (meio) a serviço do aumento da capacidade produtiva. Ao insistir na idéia de desenvolvimento como liberdade, esse autor enfatiza a capacidade das pessoas de levarem

a vida que com razão valorizam e de aumentar as escolhas reais de que possam dispor. A educação tem papel instrumental pela influência na produtividade econômica, mas tem também papel constitutivo, pois amplia a potencialidade humana no que se refere à liberdade de escolha.

Aparentemente, não há, em Sen, uma hierarquia entre o papel constitutivo ou instrumental da liberdade. As liberdades políticas promovem a segurança econômica; as oportunidades sociais (saúde e educação) favorecem a participação econômica; a oportunidade de tomar parte no comércio na produção permite gerar riqueza pessoal e recursos públicos que possam financiar os serviços sociais. Em poucas palavras, os diferentes tipos de liberdades, constitutivas ou instrumentais, reforçam-se mutuamente. A liberdade é o fim prioritário e ao mesmo tempo o mais importante meio do desenvolvimento.

2.2.2.4. Soto e os direitos de propriedades (negados) aos pobres

O economista peruano Hernando de Soto (SOTO, 2001), de formação claramente neoclássica, entrou no debate sobre pobreza por uma via para muitos considerada bastante original: para ele, a pobreza persistente nos países não desenvolvidos tem a ver com sistemas legais discriminatórios contra os direitos de propriedade dos pobres. Soto considera os pobres muito criativos, diligentes e altamente capazes de acumular ativos. No entanto, os sistemas legais, ao negar-lhes os direitos de propriedade, impedem que esses atributos produzam prosperidade geral. Os sistemas legais restringem o potencial de criação de riqueza e de auto-superação da pobreza pelos pobres.

No mundo em desenvolvimento e nos países ex-comunistas, os sistemas legais que protegem os direitos formais de propriedade são para poucos, configurando um capitalismo excludente, uma “redoma de vidro”. Tal sistema legal fora concebido e desenvolvido para uma elite e precedeu ao grande fluxo migratório rural-urbano do pós-guerra. *“Enquanto os camponeses ficaram onde deviam, a implícita discriminação legal não foi aparente. Uma vez acomodados nas cidades, contudo, vivenciaram o apartheid da lei formal. Súbito, podia-se ver a redoma de vidro (p. 100).*

O desenvolvimento do capitalismo, em sua versão ocidental, teve por fundamento um longo processo, muitas vezes oculto e não percebido, de progressivo desenvolvimento e universalização dos direitos formais de propriedade. Tais direitos formais de propriedade reduzem custos de transação e permitem aos mais diversos ativos assumirem uma “vida paralela”, conceitual, de representação, funcionando, portanto, como capital, aqui entendido como riqueza potencializando mais riqueza. Sem os processos formais de propriedade, de representação, não há capital, não há

transformação de um “potencial” em nova riqueza real. Nos países em desenvolvimento e ex-comunistas os sistemas de propriedade formal discriminam os pobres, limitando a formação de capital, isto é, restringindo o potencial inerente aos seus esforços de poupança e acumulação e, conseqüentemente, configurando uma situação tendente à reprodução continuada da pobreza.

Subjacente às teses de Soto está a crença de que a pobreza se combate com a formação de capital e geração de riqueza, algo só alcançável quando se dispõe de sistemas de propriedade desenvolvidos: “o crescimento substancial de capital no Ocidente nos últimos dois séculos é conseqüência de sistemas de propriedade gradualmente melhorados, que permitem aos agentes econômicos descobrirem e realizarem o potencial de seus ativos, e assim conquistarem a posição de produzir dinheiro não-inflacionário com o qual financiar e gerar produção adicional” (SOTO, 2001, P. 81).

A imagem dominante, que vê nos pobres uns “coitados”, merecedores da ajuda assistencial ou da caridade alheia, é criticada por Soto: “Uma imagem mais verdadeira (da pobreza) retrataria homens e mulheres meticulosamente poupando para construírem moradia para si mesmos e para seus filhos, criando empreendimentos onde ninguém imaginaria ser possível. Eu me ressinto de uma caracterização desses empreendedores heróicos como contribuintes ao problema da pobreza global. Não são o problema. São a solução” (SOTO, 2001).

2.2.2.5. Políticas públicas, desigualdade e pobreza

As políticas públicas voltadas à redução da pobreza costumam ser divididas em compensatórias e estruturais (NERI, 2001). As políticas compensatórias incluem, por exemplo, frentes de trabalho, programas de imposto de renda negativo, seguro desemprego, previdência social, distribuição de cestas básicas, etc. As políticas estruturais incluem regularização fundiária, moradia, educação, saúde, infra-estrutura básica (como saneamento), micro-crédito e reforma agrária, dentre outras.

As políticas compensatórias têm a vantagem de proporcionar um alívio imediato nas adversidades ou carências impostas pela pobreza. O aspecto mais criticado nessas políticas está em não desenvolver capacidades para autogeração de renda e conseqüente superação sustentável da pobreza. Ou seja, se os incentivos forem retirados volta-se aos níveis anteriores de carência. Outro aspecto da crítica sublinha a possível dependência que esse tipo de política pode alimentar. Apesar dessas críticas, a maior parte da literatura disponível admite que as políticas compensatórias são fundamentais frente à necessidade de garantia de direitos básicos e em função de certa rigidez inerente às adversidades da pobreza, que tendem à auto-reprodução. Há um reconhecimento da

importância das políticas estruturais, mas adverte-se que estas geram resultados no longo prazo, enquanto que as carências da pobreza exigem alívio imediato. Além disso, as políticas estruturais, no Brasil, possuem grande dificuldade de chegar aos mais pobres, sendo que a ausência total de renda entre muitos pobres constitui uma das razões dessa dificuldade. Por isso, as transferências diretas de renda são, em muitos casos, a única forma de presença do estado nestes segmentos.

Alguns autores, como Neri (2001), ponderam que as políticas compensatórias podem contribuir para a redução estrutural ou sustentável da pobreza. Por exemplo, as rendas de transferências e a folha de pagamento podem ser apresentadas como garantias no acesso ao crédito. O programa Bolsa-família aporta renda a famílias carentes, mas exige, em contrapartida, que elas mantenham suas crianças na escola e comprovem estar em dia com os calendários de vacinação. O pressuposto, no caso, é que essas contrapartidas reduzam a transmissão de pobreza de uma geração para as seguintes.

Vários estudos disponíveis têm destacado o êxito dos programas de transferência de renda na redução da desigualdade e da pobreza. Soares *et al* (2006), por exemplo, afirmam que 74% da renda declarada do Benefício de Prestação Continuada (BCP) e 80% da renda do Bolsa-Família chegam às famílias abaixo da linha de pobreza. Esses programas respondem, conjuntamente, por apenas 0,82% da renda total das famílias brasileiras, mas foram responsáveis por 28% da queda observada no índice de Gini entre 1995 e 2004. O Bolsa-Família foi responsável por 21% dessa queda. A previdência social vinculada ao mínimo respondeu por 32% da redução total do Gini, mas, segundo aos autores, isso decorre do fato de que a participação da previdência na renda total ser bastante superior, cerca de 4,6%.

As avaliações relativas à cobertura e focalização dos programas que ofertam bens públicos não são tão otimistas quando enfatizam a perspectiva da pobreza e da desigualdade. Barros e Foguel (2000d) estimam que o Brasil gasta cerca de 20,9% de seu PIB na área social, mas bastaria 4% para erradicar a pobreza (medida em termos de insuficiência de renda) (dados de 1995, quando a taxa de pobreza era de 37%). Segundo esses autores, não haveria necessidade de aumentar o volume de gastos públicos, bastaria assegurar que eles chegassem aos mais pobres. Poucos países latino-americanos apresentam gastos sociais superiores a 10% do PIB, mas apresentam taxas de pobreza inferiores à do Brasil, alegam os autores. Assim, o Brasil apresenta taxas de pobreza elevadas tanto para seu nível de renda *per capita* quanto para seu nível de gasto público social.

Utilizando dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV/IBGE), realizada em 1995/96 nas áreas urbana e rural das regiões Sudeste e Nordeste, Barros e Foguel (2000d) avaliaram o grau de focalização de alguns programas compensatórios (aposentadorias e pensões do sistema público e seguro desemprego) e de alguns serviços públicos, como creches, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, merenda escolar e livro didático. Chegaram às seguintes conclusões:

- a) O programa de aposentadorias e pensões é relativamente uniforme na relação acesso *versus* centésimos da distribuição de renda, mas mostrou-se bastante regressivo quanto ao perfil dos gastos (os mais ricos recebem um benefício médio bem superior ao dos mais pobres);
- b) O seguro-desemprego encontra-se mal focalizado, tanto pelo lado do acesso quanto pelo gasto, beneficiando proporcionalmente mais os estratos intermediários da distribuição;
- c) Os serviços públicos relativos a creches, segundo grau e terceiro grau estão mal focalizados, com um perfil de acesso acentuadamente crescente com a renda.
- d) Os serviços públicos de pré-escolas e ensino fundamental são bem focalizados quanto à população total, mas não quanto ao universo restrito dos beneficiários (público elegível);
- e) O programa de merenda escolar está bem focalizado quanto à população total, mas não quanto ao público específico (crianças de 7 a 14 anos no ensino fundamental);
- f) O programa do livro didático está bem focalizado, seja em relação à população total, seja em relação ao universo específico.

Esses resultados confirmam que a extensão da pobreza no Brasil está relacionada com a elevada desigualdade, tanto no mercado de trabalho quanto no acesso aos principais programas e serviços públicos. Essas desigualdades se reforçam mutuamente: a escassez de renda reduz as chances de participar dos serviços públicos; e a “exclusão” do acesso aos serviços públicos reproduz as desigualdades de oportunidade que afetam os rendimentos e a desigualdade no mercado de trabalho.

2.3. Considerações finais

Esta seção examinou, em linhas gerais, os pontos centrais da discussão sobre desigualdade e pobreza no Brasil. Sabe-se que a pobreza está relacionada com a escassez e com a desigualdade na distribuição de recursos (renda e riqueza), mas não há consenso sobre suas causas últimas. No Brasil, a pobreza é determinada mais pela desigualdade do que pelo nível médio de renda, que não

pode ser considerado baixo para os padrões internacionais. Assim, as causas da pobreza podem ser buscadas, sobretudo, nos determinantes da desigualdade, mas não podemos negligenciar a importância do crescimento econômico (em qualidade e quantidade). Eis, em síntese, as questões centrais que interconectam crescimento, desigualdade, políticas públicas e pobreza:

O efeito do crescimento em termos de redução da pobreza (entendida como insuficiência de renda) depende do grau de heterogeneidade (desigualdade) e rigidez da estrutura sócio-econômica prévia, bem como da magnitude e do viés pró-pobre desse crescimento. O crescimento será tanto mais pró-pobre se dele decorrer aumento mais que proporcional da renda dos pobres e dele resultar aumento da oferta de bens e serviços (privados e públicos), sobretudo para os pobres, a custos reais declinantes. Em síntese, o crescimento será mais favorável ao aumento do bem-estar se for robusto, estável e predominantemente “pró-pobre”. Tais atributos desejados do crescimento exigem um ambiente macroeconômico e institucional favorável, inclusive para minimizar os riscos e maximizar as oportunidades provenientes da globalização.

A condição de pobreza se caracteriza por certa rigidez, uma situação tendente a se auto-reproduzir. Assim, além de políticas favoráveis ao crescimento pró-pobre (como as que desenvolvam os setores que mais empregam os pobres e que mais lhes proporcionem bens e serviços), há que se desenvolver, simultaneamente, “capacidades” entre os pobres, para que os mesmos se “habilitem” a tirar proveito do crescimento e a minimizar os impactos de choques adversos.

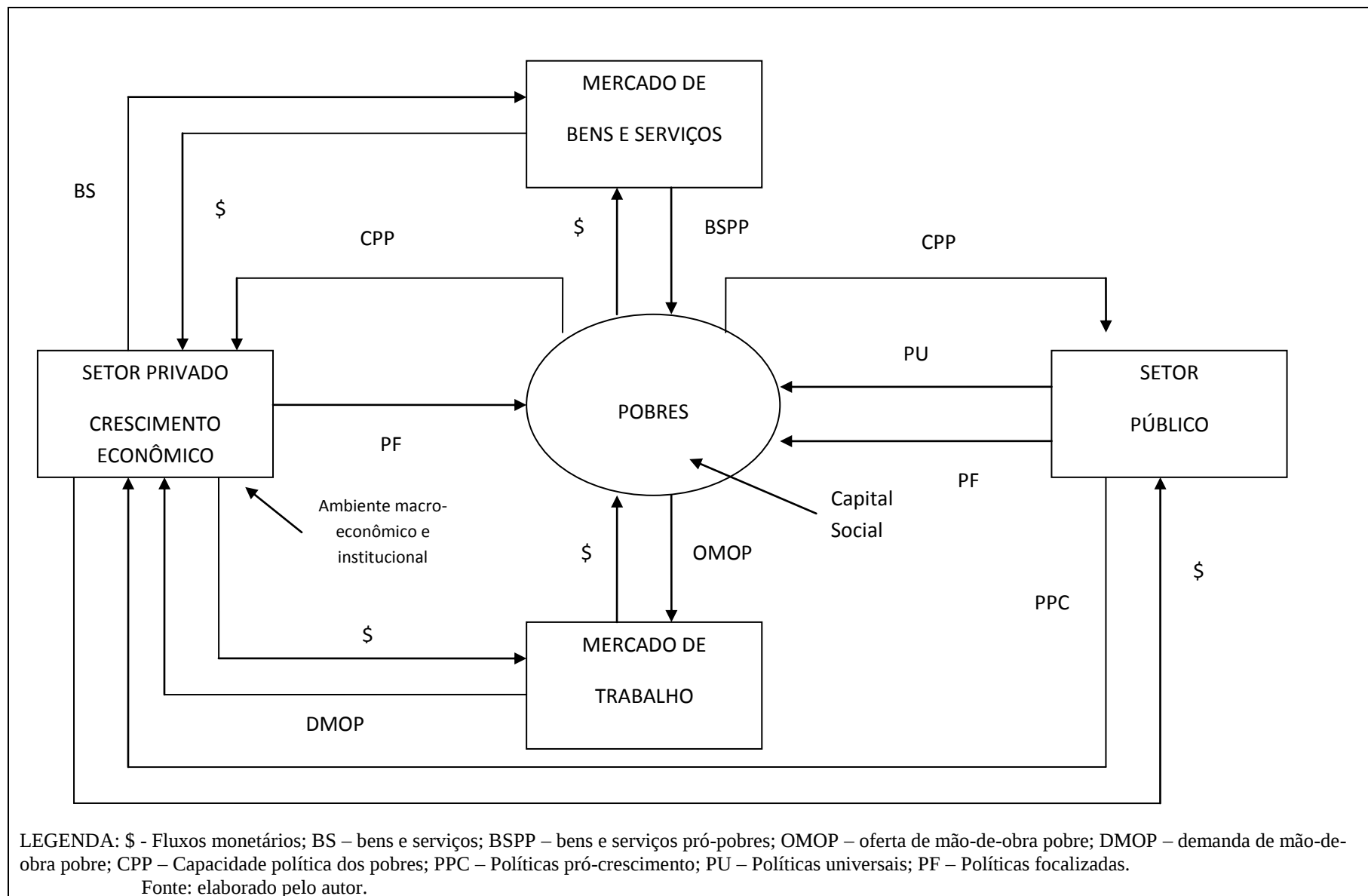
O desenvolvimento de “capacidades” entre os pobres é condição necessária para aumentar as chances de superação da pobreza. A formação dessas capacidades é determinada por decisões individuais - influenciadas pelo contexto familiar/ social (escolaridade/ renda dos pais) - e por políticas públicas como transferência de renda, educação, saúde, habitação e saneamento, tributação. Por possuírem poucos recursos, os pobres se vêm premidos pelas necessidades de curto prazo, de forma que é baixa sua propensão a trocar renda presente por maior renda futura (o que implica em sub-investimento em capital humano e conseqüente re-alimentação do círculo da pobreza).

A produção de políticas públicas favoráveis aos pobres depende da capacidade política destes, o que remete ao capital social disponível e à permeabilidade das estruturas sociais e políticas à participação e representação. O aumento e a estabilidade da renda (ainda que por transferência externa) proporcionam “multifuncionalidades” ou “escolhas” (Sen), dentre as quais se incluem

maiores faculdades para o pobre investir em capital humano, físico e social. Os programas de educação, saúde e infra-estrutura (como saneamento e habitação) podem contribuir para a redução da desigualdade e da pobreza, desde que apresentem adequada cobertura e qualidade.

Finalmente, o mercado de trabalho deve operar de forma mais neutra possível (ou de forma afirmativa). Isto é, a redução da pobreza e da desigualdade será favorecida se o mercado de trabalho se livrar de práticas discriminatórias (sexo, etnia) e minimizar imperfeições decorrentes de eventuais segmentações ocupacionais e regionais.

O diagrama a seguir possibilita uma visualização das questões que julgamos mais importantes na dinâmica social de criação de redução da pobreza.



CAPÍTULO 3. METODOLOGIA

Este capítulo é dedicado à apresentação da metodologia da pesquisa e está dividido em cinco seções. A seção 3.1 descreve as medidas de desigualdade utilizadas (Theil e Gini); a seção 3.2 apresenta as medidas de pobreza, incluindo a incidência de pobreza, a razão de insuficiência de renda, o índice de pobreza de Sen e a família de índices de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke (FGT); a seção 3.3 apresenta um modelo econométrico simples utilizado no estudo da relação entre crescimento e pobreza; a seção 3.4 descreve o modelo utilizado para simular trajetórias dos rendimentos (e correspondentes indicadores de desigualdade e pobreza), sob determinadas hipóteses de crescimento e distribuição. Finalmente, a seção 3.5 detalha alguns aspectos dos dados utilizados.

3.1. Medidas de desigualdade

3.1.1. Desigualdade de Theil (L)

Seja Y_i ($i = 1, 2, 3, \dots, n$) a renda do i -ésimo indivíduo numa população de n indivíduos. A medida L de Theil é o logaritmo da razão entre as médias aritméticas (μ) e geométricas (g) das rendas individuais. Usando logaritmo natural, tem-se:

$$L = \ln \frac{\mu}{g}, \quad (1)$$

Onde:

$$\mu = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n Y_i$$

$$g = \left(\prod_{i=1}^n Y_i \right)^{\frac{1}{n}}, \quad Y_i \neq 0$$

L varia de 0 (quando todos têm a mesma renda) a $\ln(n)$ (quando um único indivíduo recebe toda a renda).

É usual recorrer a uma transformação para situar L entre 0 e 1:

$$L^* = 1 - \exp(-L), (0 \leq L^* \leq 1) \quad (2)$$

3.1.2. Decomposição do índice L de Theil

O índice de Theil pode ser decomposto a fim de que se calcule a contribuição de diferentes agrupamentos para a formação da desigualdade total. Por exemplo, num estudo sobre desigualdade regional a decomposição do L de Theil permite calcular qual parcela da desigualdade é atribuída à desigualdade *entre* as regiões (Le) e qual parcela é atribuída à desigualdade *intra* (dentro das) regiões (Li).

Admitindo uma população dividida em h grupos, tem-se (HOFFMANN, 1997):

$$L = Le + Li \quad (3)$$

Onde:

$$Le = \sum p_h \cdot \ln \left(\frac{p_h}{Y_h} \right)$$

$$Li = \sum p_h \cdot L_h$$

Le – desigualdade entre os grupos;

Li – desigualdade dentro dos grupos;

P_h – participação do h-ésimo grupo na população total;

Y_h – participação do h-ésimo grupo na renda total;

L_h – desigualdade dentro do h-ésimo grupo.

3.1.3. Desigualdade de Gini

O índice de Gini é uma das medidas de desigualdade mais amplamente utilizadas. Seu cálculo é obtido a partir da Curva de Lorenz, formada pelos pontos que unem as proporções acumuladas de

renda às correspondentes proporções acumuladas de população. O passo inicial para obter a Curva de Lorenz consiste em ordenar os indivíduos ou famílias conforme o nível crescente de renda.

Numa população de n indivíduos, a ordenação crescente das rendas implica que

$$Y_1 \leq Y_2 \leq \dots \leq Y_n$$

A proporção acumulada da população até o i -ésimo indivíduo é

$$p_i = \frac{i}{n}$$

A correspondente proporção acumulada da renda até o i -ésimo indivíduo é

$$\Phi_i = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i Y_j$$

Dispondo p_i e Φ_i no plano cartesiano obtém-se a Curva de Lorenz (Figura 3.1).

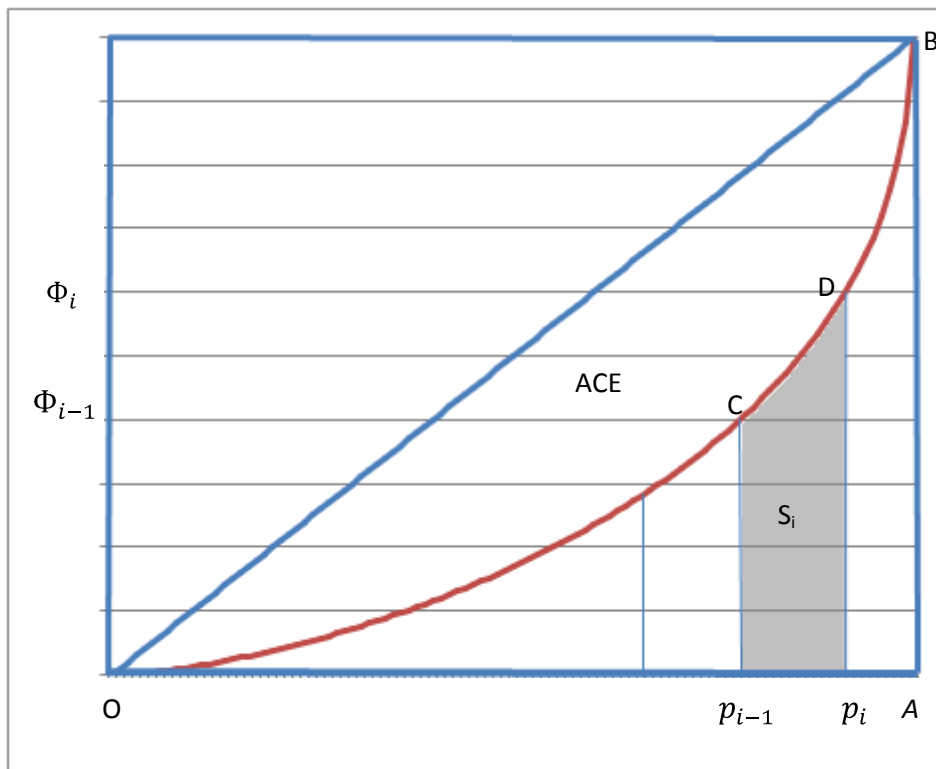


Figura 3.1. A curva de Lorenz e a dedução do índice de Gini.

Na figura 3.1, a linha OB, que forma um ângulo de 45 graus com a abscissa, é conhecida como "reta de perfeita igualdade". Um ponto situado sobre esta reta representa a situação em que a fração

acumulada de renda é igual à correspondente fração acumulada da população, indicando que não há desigualdade na distribuição. Por outro lado, um ponto situado no extremo direito do segmento AO representa a situação oposta em que um único indivíduo, inexpressivo em relação à população total, se apropria de toda a renda, configurando desigualdade máxima. As possibilidades distributivas do mundo real estão situadas no interior desses extremos que separam a total igualdade da desigualdade máxima. Elas são representadas pela curva OCDB. Note-se que quanto maior a distância dessa curva em relação à reta OB, pior será a distribuição (maior desigualdade na distribuição). Assim, a área compreendida entre as curvas OB e OCDB pode ser denominada "área de concentração efetiva", ao passo que a área do triângulo OAB pode ser denominada "área de concentração máxima".

O índice de desigualdade de Gini (G) é a razão entre a área de concentração efetiva (ACE) e a área de concentração máxima (ACM):

$$G = \frac{ACE}{ACM} \quad (4)$$

Como a Curva de Lorenz está compreendida num retângulo quadrado de lado igual a 1, segue que $ACM = \frac{1}{2}$, de forma de o índice de Gini (G) é o dobro da área de concentração efetiva (ACE):

$$G = 2ACE \quad (5)$$

A área de concentração efetiva é obtida subtraindo-se a área (S) sob a curva de Lorenz da área de concentração máxima:

$$ACE = \frac{1}{2} - S \quad (6)$$

Portanto,

$$G = 1 - 2S \quad (7)$$

Sendo a distribuição de renda uma distribuição discreta, a área S é a soma das áreas dos n trapézios possíveis sob a curva de Lorenz. Um desses trapézios genéricos, indicado na Figura 2, tem como bases Φ_i e Φ_{i-1} e como altura $p_i - p_{i-1}$. Portanto, sua área (S_i) é dada por:

$$S_i = \frac{1}{2} (\Phi_i + \Phi_{i-1}) (p_i - p_{i-1}) \quad (8)$$

De forma que:

$$S = \sum S_i = \frac{1}{2} \sum (\Phi_i + \Phi_{i-1})(p_i - p_{i-1}) \quad (9)$$

Comparando (9) e (7):

$$G = 1 - \sum (\Phi_i + \Phi_{i-1})(p_i - p_{i-1}) \quad (10)$$

Quando os dados de renda referem-se a cada um dos n indivíduos, a altura do trapézio S_i da figura 2 torna-se constante e igual $1/n$, de forma que o índice de Gini pode ser obtido por:

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (11)$$

Nos casos em que existam fatores de expansão ou ponderadores amostrais (W) associados aos indivíduos (caso das amostras da Pnad), as proporções acumuladas da população e da renda correspondentes (eixos da Curva de Lorenz) são, respectivamente (HOFFMANN, 1998):

$$p_i = \frac{1}{\sum W_i} (W_1 + W_2 + \dots + W_i)$$

$$\Phi = \frac{1}{\sum W_i Y_i} (W_1 Y_1 + W_2 Y_2 + \dots + W_i Y_i)$$

Neste caso a obtenção do índice de Gini é feita pela fórmula (HOFFMANN, 1998, FIBGE, 2006):

$$G = \frac{2 \sum Z_i W_i Y_i}{\sum W_i \sum W_i Y_i} - 1 \quad (12)$$

Onde:

$$Z_i = \sum_{j=1}^i W_j - \frac{W_j}{2}$$

W_i é o peso associado ao i -ésimo indivíduo.

Características importantes do índice de Gini:

- 1) Os limites de G são bem definidos, situando-se entre 0 e 1. $G = 0$ implica em igualdade completa da distribuição, enquanto $G = 1$ implica em desigualdade máxima;
- 2) G é sensível a transferências de renda, aumentando quando essas transferências são de pessoas mais pobres para mais ricas e diminuindo em caso inverso. Ou seja, ele obedece à condição de Pigou-Dalton segundo a qual “o valor de uma medida de desigualdade deve aumentar quando for feita uma transferência regressiva de renda” (HOFFMANN, 2000).
- 3) Os pesos dados a transferências de renda em diferentes segmentos da distribuição não obedecem a uma função de utilidade; na verdade estes pesos dependem da distribuição da população pelas classes de renda.

Outras interpretações do índice de Gini

Supondo que se disponha de dados individuais de renda, o índice de Gini pode ser expresso como

$$G = \frac{\Delta}{2\mu}$$

onde μ é a renda média da população e Δ é a diferença média absoluta entre todos os pares possíveis das rendas, dado por (Kendall e Stuart, citados por ROSSI, 1982):

$$\Delta = \frac{1}{n^2} \sum_i \sum_j |Y_i - Y_j|$$

onde Y representa a renda e n o número de indivíduos. Noutros termos, Δ representa a média aritmética das n^2 possíveis diferenças das rendas tomadas em valores absolutos (ROSSI, 1982).

Rossi (1982), citando Pyatt (1976), oferece a seguinte interpretação para o índice de Gini:

Considere o seguinte jogo estatístico. Para cada indivíduo realizamos um experimento. Primeiramente, uma dada renda, Y , é selecionada aleatoriamente da população das rendas $Y_1, Y_2, \dots, Y_n$. Se a renda selecionada for maior que a renda presente do indivíduo, então ele poderá se apossar da renda selecionada; de outra maneira ele manterá a sua própria renda. Claramente, nenhum indivíduo poderá perder participando de tal experimento; e todos os indivíduos, exceto o mais rico, teriam a esperança matemática de ganhar desse jogo. Se calcularmos o valor esperado para cada indivíduo e então obtivermos a média dos ganhos para todos os indivíduos, teremos $\Delta/2\mu$. Isto é, o coeficiente de Gini é o ganho médio a ser esperado se cada indivíduo tiver a escolha de ser ele próprio ou outro membro

qualquer da população escolhido aleatoriamente, expresso como proporção do nível médio de renda (Pyatt, 1976, citado por ROSSI, 1982, p. 15).

Outra interpretação igualmente curiosa é oferecida por Sen (1973), citado por Rossi (1982, p. 15):

Suponhamos que uma comparação seja estabelecida entre as renda de dois indivíduos quaisquer da população. Se o indivíduo com renda menor das duas rendas sofrer de uma depressão [pelo fato de ser o mais pobre dos dois] que supomos ser proporcional à diferença das duas rendas, então a média de tais depressões, que leva em conta todos os pares possíveis das comparações, produzirá o índice de Gini.

3.2. Medidas de pobreza

3.2.1. Incidência da pobreza

Seja Z a linha de pobreza, medida em renda monetária, K o número de pessoas com renda inferior a Z e n a população. Define-se como incidência de pobreza (H) a razão entre K e n :

$$H = \frac{K}{n} \quad (13)$$

O índice H é bastante sensível ao ciclo econômico: tende a reduzir em período de crescimento e a aumentar em períodos de recessão. Entretanto, não capta mudanças na intensidade de carência e na distribuição de renda entre os pobres. Além disso, nem sempre é consistente. Por exemplo, se ocorre transfere renda de um indivíduo mais pobre para um menos pobre, em montante suficiente para alçar o segundo indivíduo à condição de não - pobre, o índice H seria reduzido, dando a falsa impressão de melhoria da situação geral de pobreza.

3.2.2. Intensidade da pobreza

Seja Y_i a renda do i -ésimo indivíduo ou família pobre. Define-se como intensidade da pobreza (I) a razão entre a soma das defasagens de renda de todos os pobres e o produto da linha de pobreza pelo número de pobres:

$$I = \frac{1}{ZK} \sum_{i=1}^K (Z - Y_i) \quad (14)$$

A fórmula (14) pode ser escrita de forma mais elementar:

$$I = 1 - \frac{m}{Z} \quad (15)$$

Onde m é a renda média dos pobres. Se $m = Z$, $I = 0$, implicando inexistência de pobreza; no extremo oposto, se $m = 0$ (todos os pobres têm renda igual a zero), $I = 1$, indicando que a carência de renda é máxima. Observa-se que I depende apenas de m e Z , sendo insensível ao número de pobres e à desigualdade de renda entre os mesmos.

O índice I , também conhecido como razão de insuficiência de renda, costuma ser expresso em porcentagem da linha de pobreza: $I = [(Z - m)/Z] \times 100$.

Ao contrário de H , I capta consistentemente variações na intensidade da carência. Assim, ele reflete adequadamente qualquer transferência de renda entre pobres e não pobres (transferências externas). Porém, permanece um problema: ambos os índices são insensíveis a transferências internas de renda. Por exemplo, podem ocorrer transferências de renda de um indivíduo pobre para outro menos pobre e, mesmo assim, tanto H quanto I permanecerem inalterados, o que não seria desejável ao um bom indicador de pobreza. Esse problema é contornado pelo emprego de uma terceira variável, o índice de Gini, que capta consistentemente o efeito de transferências internas de renda.

3.2.3. Índice de pobreza de Sen

Um índice sintético de pobreza deveria ser sensível a três variáveis essenciais, simultaneamente: a) proporção de pobres na população (H); b) intensidade da pobreza (I), que mede o déficit de renda dos pobres em relação à linha de pobreza (Z); e c) desigualdade na distribuição de renda entre os pobres, medida pelo índice de Gini (G^*) ou outro índice apropriado (como o coeficiente de variação dos rendimentos).

O índice de pobreza (P) proposto por Sen (em 1976) combina essas três variáveis e reflete, de forma consistente, tanto as transferências externas quanto internas de renda. O cálculo desse índice é dado por (HOFFMANN, 2000):

$$P = H[I + (1 - I)G_*] \quad (16)$$

$$G_* = 1 - \frac{1}{K} \sum_{i=1}^K (Y_i + Y_{i-1})$$

Onde G_* é índice de desigualdade de Gini calculado entre os indivíduos pobres (renda abaixo de Z).

3.2.4. Índices de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke (FGT)

Proposto em 1984, o FGT fornece uma família de índices de pobreza, conforme o valor de α , e é dado por (HOFFMANN, 1998):

$$FGT_\alpha = \frac{1}{nZ^\alpha} \sum_{i=1}^K (Z - Y_i)^\alpha; \alpha \geq 0 \quad (17)$$

Assumindo $\alpha = 0$, tem-se:

$$FGT_{\alpha=0} = \frac{K}{n} = H$$

Neste caso, nenhuma importância é dada à intensidade da pobreza ou à desigualdade da distribuição entre os pobres.

Assumindo $\alpha = 1$, tem-se:

$$FGT_{\alpha=1} = HI$$

Para este valor de α , o indicador reflete tanto a proporção de pobres como o grau de carência (afastamento médio da renda relativo à linha de pobreza). Entretanto, continua insensível a transferências internas incapazes de alterar H ou I .

Finalmente, se $\alpha = 2$, tem-se (HOFFMANN, 1998):

$$FGT_{\alpha=2} = H(I^2 + (1 - I)^2 C^2) \quad (18)$$

Onde: C^2 é o quadrado do coeficiente de variação dos rendimentos dos pobres, dado por:

$$C^2 = \frac{1}{Km^2} \sum_{i=1}^K Y_i^2 - 1$$

A variável C capta a dispersão do rendimento entre os pobres: quanto maior essa dispersão, maior o valor de C e de FGT. Se todos os pobres tivessem a mesma renda, C seria zero e FGT (2) se reduziria a $FGT(2) = H(I^2)$.

Note-se a semelhança de $FGT_{\alpha=2}$ com o índice P de Sen. No índice de FGT o coeficiente de variação ocupa o lugar do Gini. As demais variáveis são as mesmas.

3.3. Crescimento e pobreza

A relação entre pobreza e crescimento é analisada, neste estudo, utilizando-se o seguinte modelo de regressão por mínimos quadrados ordinários (MQO)¹⁶:

$$\ln(H_i) = \alpha + \beta \ln(Y_i) + e_i \quad (19)$$

onde H representa a incidência de pobreza; Y, o rendimento domiciliar *per capita*; α e β são os parâmetros, sendo β a medida da elasticidade-renda da pobreza e α o termo independente; e é o termo de erro aleatório (com as hipóteses de praxe). Espera-se que β seja negativo, por coerência com natureza inversa da relação entre crescimento e pobreza.

3.4. Simulando trajetórias de rendimento pobreza

Dados uma distribuição inicial qualquer (em t_0) e um cenário de crescimento do rendimento médio em k % ao ano, quais distribuições posteriores (em $t_1, t_2, \dots, t_n$) são capazes de gerar índices de desigualdade de Gini menores em α % a cada ano? Quais serão os valores dos indicadores de pobreza para essas novas distribuições?

Supondo inicialmente que o crescimento do rendimento seja nulo, uma das possibilidades para se obter distribuições menos desiguais consiste em fazer (RAMOS, 1991):

$$Y_{it} = Y_{it-1} + \alpha(\mu - Y_{it-1}), \quad 0 < \alpha < 1 \quad (20)$$

¹⁶ A escolha da variável H (em lugar de I, P ou das famílias de FGT (α), decorreu de uma restrição da base de dados: o Ipeadata disponibiliza séries longas para H, mas não há informações em séries igualmente longas para os demais indicadores de pobreza. Entretanto, é possível que P e FGT (2) sejam mais apropriados para uma análise da relação entre pobreza e crescimento.

Onde Y_{it} é a renda do i -ésimo indivíduo no período t ; Y_{it-1} é a renda do i -ésimo indivíduo em $t-1$; μ é a renda média da população (mantida constante); α é o percentual do déficit ou do superávit que se acrescentará ou se subtrairá à renda de cada indivíduo, sendo que tal déficit ou superávit se refere à diferença entre a renda média e a renda individual.

A característica básica desse esquema de redistribuição é que a taxa/ subsídio é proporcional ao hiato da renda relativamente à média da população. Tudo de passa como se os indivíduos com renda abaixo da média recebessem uma complementação ou subsídio igual a α vezes o valor do déficit de suas rendas relativamente à média (μ); e os indivíduos com renda acima da média fornecessem (de modo análogo a uma tributação) α vezes o valor do superávit de suas rendas relativamente à média (μ). Obviamente, os indivíduos cujas rendas são iguais à média não seriam impactados. Para o conjunto dos indivíduos, os montantes recebidos seriam iguais aos montantes cedidos de renda, de forma a manter constante a renda total.

A equação (20) assegura que as novas distribuições obedecem à condição de Pigou-Dalton e são estritamente dominantes (geram curvas de Lorenz integralmente à esquerda das distribuições iniciais, para $\alpha > 0$) (RAMOS, 1991). Verifica-se, ainda, que as novas rodadas distributivas não alteram a ordem dos indivíduos na hierarquia das rendas (o mais rico continuará mais rico e o mais pobre continuará mais pobre). Além disso, é possível demonstrar que o índice de Gini reduzirá em $[\alpha.100\%]$. É imediato, por exemplo, que se $\alpha = 1$ (100%), a desigualdade será reduzida a zero (todos os indivíduos passariam a ter rendas iguais à média).

Analisa-se a seguir o que ocorreria num contexto de crescimento do rendimento médio.

Sendo k ($k > 0$) a taxa de crescimento, a estrutura dos rendimentos pós-crescimento e redistribuição será dada por:

$$Y_{it} = (1 + k)[Y_{it-1} + \alpha(\mu_{t-1} - Y_{it-1})], \quad 0 < \alpha < 1 \quad (21)$$

Observe que se $\alpha = 0$ e $k > 0$, a renda de cada indivíduo e a média global serão aumentadas em $k.100\%$. Neste caso, o índice de Gini e outros indicadores de desigualdade permanecerão inalterados. Por outro lado, se $\alpha > 0$ e $k = 0$, haverá apenas redistribuição de renda (redução do Gini), mantendo-se a média inalterada.

Para $\alpha > 0$ e $k > 0$, a renda de cada indivíduo sofrerá dois efeitos: efeito crescimento e efeito distribuição. O efeito crescimento é sempre positivo, para qualquer renda. Para os indivíduos com

renda acima da média, o efeito distribuição é negativo, reduzindo o efeito do crescimento; o contrário ocorre com os indivíduos com renda abaixo da média (a renda deles necessariamente aumenta, pelo efeito crescimento e pelo efeito distribuição).

É possível encontrar uma relação entre α e k de modo que nenhum indivíduo perca renda, em termos absolutos, num contexto de crescimento com distribuição.

Seja V_i a razão entre renda Y_i de determinado indivíduo e a renda média (μ); isto é,

$$V_i = \frac{Y_i}{\mu}$$

Deseja-se que após várias rodadas de crescimento e distribuição as rendas menores que Y_i não sejam reduzidas, em termos absolutos. Para tanto,

$$\alpha \leq \frac{V_i}{V_i - 1} \frac{k}{k + 1}, V_i \neq 1 \quad (22)$$

Em particular, se V_i se refere à renda do indivíduo mais rico (maior V possível), a condição acima assegura que todos os indivíduos da população terão variações não negativas em suas rendas absolutas.

É possível inverter os termos do problema e indagar qual taxa de crescimento (k) é consistente com a meta de reduzir o índice de Gini em α %, sem reduzir a renda de qualquer indivíduo. Essa taxa é dada por:

$$k \geq \frac{V_r}{V_r + \alpha(1 - V_r)} - 1 \quad (23)$$

onde V_r é a razão entre a renda do mais rico e a renda média da população.

Uma vez obtidas as sucessivas rendas individuais a partir de (21), procede-se ao cálculo dos correspondentes indicadores de desigualdade e pobreza, conforme descritos nas seções 3.1 e 3.2.

3.5. Base de dados e definições das variáveis utilizadas

Os dados sobre produto interno bruto (PIB), rendimento domiciliar e pobreza nas séries mais longas (1981-2006), utilizados na seção 4.1, foram obtidos do Ipeadata, base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Embora originados das Contas Regionais e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tais séries estão devidamente trabalhadas a fim de possibilitar comparações no tempo (compatibilizações metodológicas e ajustes relativos e variações de preços e mudanças de padrões monetários). Os dados relativos ao PIB e ao rendimento domiciliar estão deflacionados pelo deflator implícito do PIB nacional e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), respectivamente.

No capítulo 4 (seção 4.5), onde se discute a difusão territorial do crescimento numa perspectiva intermunicipal, utilizaram-se dados do Atlas do Desenvolvimento Humano 2000. A opção por essa fonte de fácil acesso implicou em trabalhar com a variável rendimento *familiar per capita* (e correspondentes variáveis de pobreza); nos demais casos a variável utilizada é o rendimento *domiciliar per capita*, única variável para a qual o Ipeadata disponibiliza séries longas sobre desigualdade e pobreza.

Os dados de rendimento do Atlas 2000 são baseados em microdados dos censos demográficos de 1991 e 2000, realizados pelo IBGE. Assim como no caso do Ipeadata, tais dados são expressos em valores constantes e permitem comparabilidade intertemporal.

Nos estudos sobre transferências governamentais (capítulo 5) e consumo de bens públicos (capítulo 7) as análises se basearam em dados obtidos diretamente a partir das tabelas de microdados das Pnad's de 1996 e 2002-2006. Em ambos os casos a variável utilizada foi o rendimento domiciliar *per capita*.

Os cálculos que utilizaram dados da Pnad do Brasil (caso do índice de Gini, seção 4.1) foram efetuados considerando os fatores de expansão amostral (peso da pessoa), que acompanham as tabelas de microdados. No caso específico de Mato Grosso, tais fatores de expansão foram

ignorados, uma vez que a Pnad estadual é bastante homogênea em sua estrutura de ponderação. Conseqüentemente, os efeitos de tal omissão sobre os resultados são desprezíveis¹⁷.

Definições das variáveis utilizadas

As definições a seguir constam de Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE (2006).

Domicílio - local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos.

Trabalho

Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- a) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços;
- b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico;
- c) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:
 - em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;
 - em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou
 - como aprendiz ou estagiário;
- d) Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana:
 - na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou
 - na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias

¹⁷ A Pnad 2006 (tabela pessoas) de Mato Grosso contém apenas dois valores (322 e 323) para todos os ponderadores de seus 8894 registros.

(exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Portanto, no conceito de trabalho caracterizam-se as condições de:

- Trabalho remunerado (itens a e b);
- Trabalho não-remunerado (item c); e
- Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (item d).

Rendimento mensal de trabalho (pessoas de 10 anos ou mais):

a) Para os empregados e trabalhadores domésticos - a remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de setembro do ano da pesquisa.

A parcela recebida em benefícios (moradia, alimentação, roupas, vales refeição, alimentação ou transporte, etc.) não foi incluída no cômputo do rendimento de trabalho.

b) Para os empregadores e conta própria - a retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de setembro do ano da pesquisa; Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc.) da pessoa que explorava um empreendimento como conta própria ou empregadora.

Para a pessoa licenciada por instituto de previdência investigou-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio-doença; auxílio por acidente de trabalho, etc.) em setembro do ano da pesquisa. Pesquisou-se o rendimento em dinheiro e o valor, real ou estimado, dos produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio.

Foram incluídas no grupo “sem rendimento” as pessoas que recebiam apenas alimentação, roupas, medicamentos, etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho.

Rendimento mensal de outras fontes (pessoas de 10 anos ou mais)

Considerou-se como rendimento mensal de outras fontes:

- a) O rendimento mensal, em setembro do ano da pesquisa, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.; doação ou mesada (proveniente de pessoa não-moradora na unidade domiciliar); programa oficial de auxílio educacional (como o bolsa-escola) ou social (renda mínima, bolsafamília, benefício assistencial de prestação continuada - BPC-LOAS, programa de erradicação do trabalho infantil - PETI e outros); e
- b) O rendimento médio mensal, em setembro do ano da pesquisa, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos, etc.); parceria; etc.

Rendimento mensal domiciliar

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento mensal domiciliar *per capita*

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar *per capita* a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento domiciliar do trabalho

Variável definida para fins deste estudo. Consiste na soma dos rendimentos do trabalho de todos os membros de 10 anos ou mais da unidade domiciliar, excluídos os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos.

Rendimento mensal domiciliar *per capita* do trabalho

Variável definida para fins deste estudo. É o produto da divisão entre rendimento domiciliar do trabalho e o número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

CAPÍTULO 4. CRESCIMENTO, DESIGUALDADE E POBREZA

O objetivo desse capítulo é analisar as relações entre crescimento, desigualdade e pobreza, entre 1981 e 2006, buscando identificar tendências e evidenciar quais contextos ou situações marcaram a trajetória da desigualdade e da pobreza em Mato Grosso. O capítulo está dividido em seis seções. A primeira seção (4.1) é dedicada ao exame do desempenho geral da economia, fornecendo um panorama mais abrangente para as análises subseqüentes. A seção 4.2 analisa a estrutura dos rendimentos no nível dos domicílios, evidenciando sua evolução e distribuição entre diferentes estratos de renda. A seção 4.3 descreve a evolução da pobreza e estuda o impacto do crescimento do rendimento médio domiciliar sobre a incidência da pobreza (elasticidade-renda da pobreza). A seção 4.4 analisa a trajetória futura de alguns indicadores de pobreza e desigualdade frente a alguns cenários de crescimento e distribuição de renda. A seção 4.5 busca abranger aspectos territoriais na análise dos indicadores de pobreza e desigualdade. A seção 4.6 é dedicada às considerações finais.

A fim de situar Mato Grosso no contexto nacional e de oferecer-lhe um contraponto regional, algumas das análises a seguir se estendem a dados do Brasil e de Santa Catarina (seção 4.1); Brasil, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás e conjunto das unidades federativas estaduais (seção 4.3), e apenas Santa Catarina (seção 4.5). O estado de Santa Catarina foi incluído por apresentar a menor incidência de pobreza e a menor desigualdade de renda da federação, constituindo um caso de particular interesse para estudo das relações entre crescimento, desigualdade e pobreza. Mato Grosso do Sul e Goiás foram incluídos por razões de ordem geográfica (proximidade e maior semelhança aparente com Mato Grosso).

4.1. Desempenho econômico recente

A figura 4.1 apresenta um panorama relativamente extenso do desempenho da economia brasileira, cobrindo o período 1981 a 2007, com alguns sub-períodos destacados. À primeira vista, trata-se de

um desempenho acentuadamente instável e, na média, bastante reduzido (2,4% a.a.) frente aos padrões históricos da economia brasileira¹⁸. Tornou-se lugar comum imputar a esse desempenho a imagem de “vôos de galinha”. Nota-se elevado crescimento (7,8%) no período do Plano Cruzado (85/86), seguido por uma queda de 4,3% no nível de atividade no primeiro ano do governo Collor (1990), que parece aprofundar a tendência de colapso com o fracasso do Cruzado. O segundo bom momento da economia brasileira ocorreu nos três anos centrados no Plano Real (1993, 1994 e 1995), que incluem dois anos sob Itamar Franco e o primeiro ano sob Fernando Henrique Cardoso; neste período a taxa média de crescimento foi de 4,8% a.a. No período que se estende de 1994 a 2003 – período marcado pela conquista da estabilidade monetária - a economia cresceu a uma taxa média anual de 2,5%, praticamente igual à média do período 1981-2007. A partir daí, somente nos anos 2004-2007 (governo Lula) a economia brasileira voltaria a exhibir índices melhores: média de 4,5% no triênio 2004-2006, mas, com diferenças qualitativas ainda mais pronunciadas: inflação sob controle, situação fiscal mais confortável, menor vulnerabilidade externa (graças à redução da dívida externa e ao forte acúmulo de reservas cambiais)¹⁹.

¹⁸ A economia brasileira cresceu 6,5% ao ano entre 1950 e 1985 e apenas 2,5% ao ano de 1986 a 2007, segundo Neto (2007).

¹⁹ Incluindo os resultados de 2007 e 2008, o quinquênio encerrado em 2008 (2004-2008) foi o segundo melhor resultado econômico da série de 25 quinquênios móveis entre 1981 e 2008. Fica atrás apenas do período encerrado em 1988 (1984-1988), que inclui o atípico ano do Cruzado. O período 2004-2008 só não foi melhor por causa da crise de crédito e de expectativas que afetou a economia brasileira no 3º trimestre de 2008, um efeito retardado da crise originada nos EUA após o colapso da bolha especulativa do setor imobiliário daquele País.

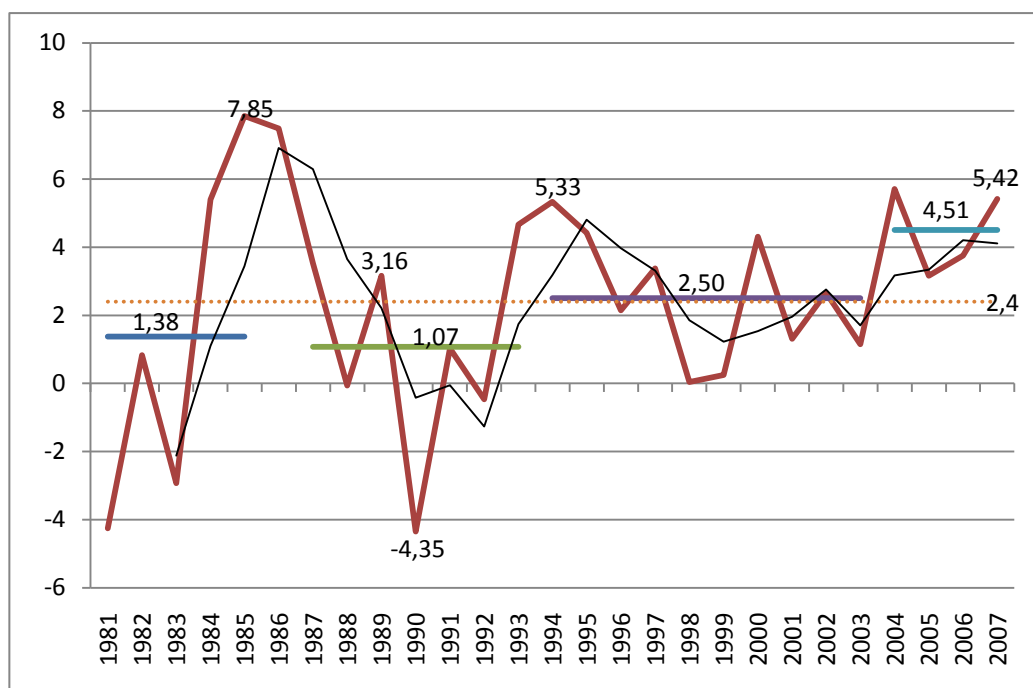


Figura 4.1. Taxas anuais e médias trienais móveis de crescimento do Produto Interno Bruto: Brasil, 1981-2007.

Fonte: Ipeadata.

O desempenho do PIB *per capita* é ainda mais preocupante, com um crescimento médio de apenas 0,64% no período 1981-2007, 1,38% em 1981-85; 1,07% em 1987-93, 2,5% em 1994-2003 e 4,51% de 2004 a 2007. Ao todo foram onze anos com taxas negativas de crescimento (figura 4.2). Mesmo no pós-Real (1994-2007), com inflação sob controle, o crescimento foi bastante reduzido (média de 1,56% a.a.). Considerando que além de taxas reduzidas e instáveis de crescimento o País enfrentou ainda forte instabilidade monetária em boa parte do período (1981-1993), não surpreende que apenas num período mais recente (1994-2007), com inflação sob controle e crescimento um pouco mais elevado, é que se configuram condições mais favoráveis à redução simultânea da desigualdade e da pobreza no Brasil.

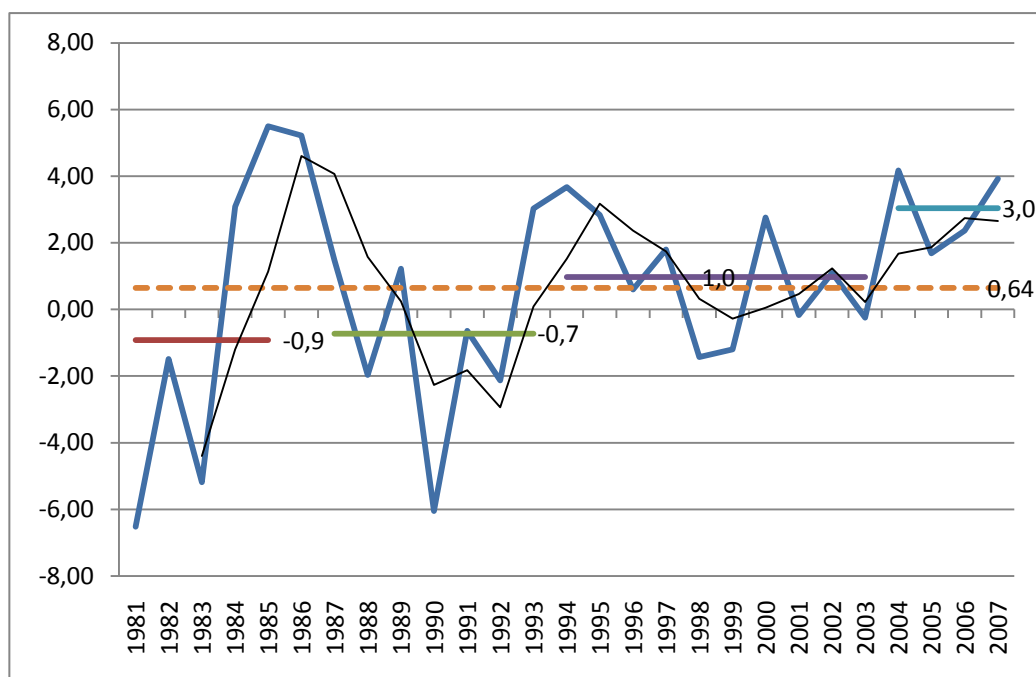


Figura 4.2. Taxas anuais e médias trienais móveis de crescimento do PIB *per capita*: Brasil, 1981-2007, em %.

Fonte: Ipeadata.

A economia de Mato Grosso exibe desempenho médio superior à economia brasileira, mas com instabilidade também elevada (figura 4.3). Entre 1986 e 2005, o PIB *per capita* estadual evoluiu a uma taxa média anual de 4,7%, contra 0,8% da economia brasileira. A economia estadual enfrentou 6 anos com taxas negativas de crescimento (1987, 1989, 1990, 1995, 2001, 2005) sendo que em 1990 e 1995 a queda atingiu a marca de 15%. Por outro lado, incorreu em altas superiores a 10% ao ano em 6 ocasiões (1986, 1988, 1993, 2002, 2003 e 2004). No período pós-Real (1994-2005) o crescimento do PIB *per capita* estadual foi de 5,5% ao ano.

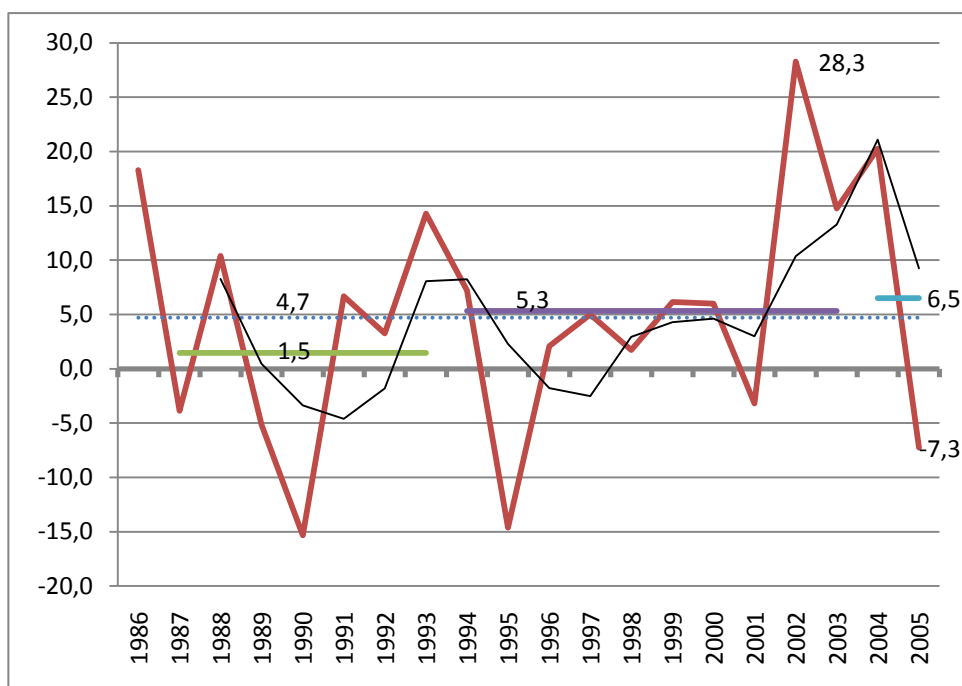


Figura 4.3. Taxas anuais e médias trienais móveis de crescimento do PIB *per capita*: Mato Grosso, 1986-2005, em %.

Fonte: Ipeadata.

O Estado de Santa Catarina apresentou desempenho econômico bem mais modesto, com crescimento médio *per capita* de 1,9% na série 1986-2005, 0,3% em 1987-1993, 1,9% entre 1994-2003 e 3,3% de 2004 a 2005 (figura 4.4). No período pós-Real (1994-2005) o crescimento catarinense foi de 2,2% ao ano em termos *per capita*.

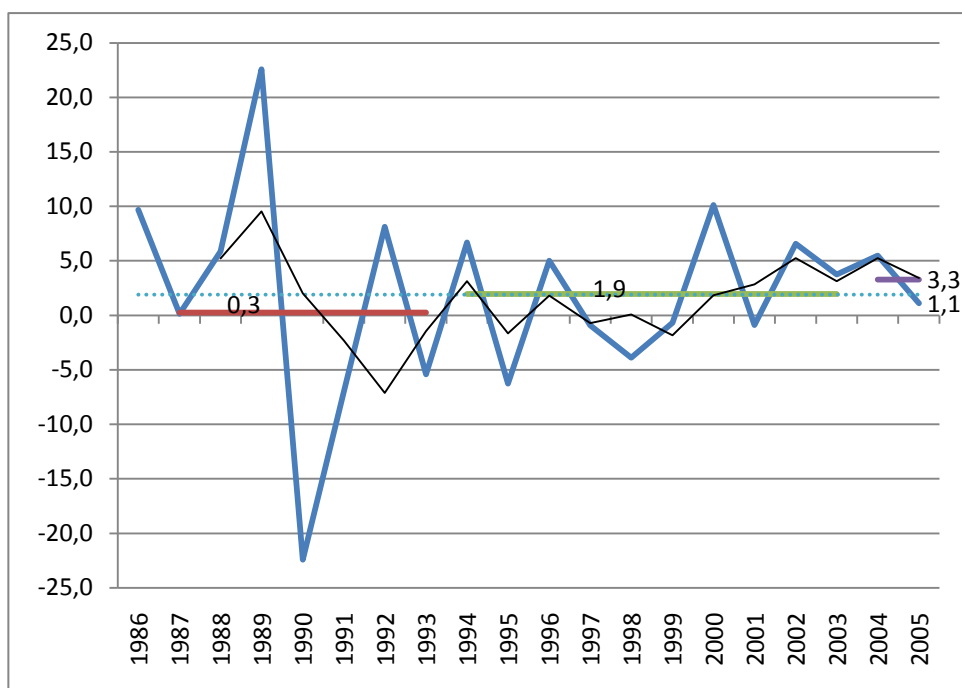


Figura 4.4. Taxas anuais e médias trienais de crescimento do PIB *per capita*: Santa Catarina, 1986-2005, em %.

Fonte: Ipeadata.

4.2. A renda no nível do domicílio: crescimento e distribuição

Considere-se, agora, o comportamento do rendimento domiciliar *per capita*, uma medida mais adequada para aferição do nível de bem-estar²⁰. É no nível dos domicílios que os valores da renda e suas oscilações assumem maior importância para a vida das pessoas. Por essa razão, a maioria dos estudos sobre pobreza se baseia na insuficiência de renda domiciliar (ou familiar, que lhe é quase idêntica) como critério de delimitação da população pobre. Uma rápida observação das figuras 4.5, 4.6 e 4.7, que retratam Brasil, Mato Grosso e Santa Catarina, respectivamente, revela o quanto tem sido errático o comportamento do rendimento domiciliar, cujos coeficientes de variação são mais pronunciados do que os do PIB (para o conjunto comparável dos anos da série). No período 1982-

²⁰ O rendimento domiciliar afere a renda de todos os membros do domicílio (exceto pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) e inclui a renda de todos os trabalhos, os juros e aluguéis e as transferências governamentais (previdência, benefício de prestação continuada, bolsa-família e outros). Constitui, portanto, uma medida bastante aproximada da capacidade de consumo das famílias, sendo mais adequada do que o PIB *per capita* para efeito de análise do bem-estar.

2006, o rendimento domiciliar *per capita* cresceu anualmente 2,3% no Brasil, 4,5% em Mato Grosso e 3,9% em Santa Catarina. Mas, excluindo-se o ano extremamente atípico do Cruzado (1986), essas médias caem para 0,3%, 0,7% e 1,7%, respectivamente. Considerando-se os mesmos sub-períodos utilizados na análise do PIB (pré-Cruzado, pós-Cruzado/pré-Real, pós-Real até 2003 e 2004-2006), nota-se que o pior desempenho ocorreu em 1987-93, anos de forte descontrole inflacionário; e o melhor desempenho se deu em 2004-2006, com taxas médias de crescimento iguais a 6,7%, para o Brasil, 7,1% para Mato Grosso, e 7,6% para Santa Catarina, reforçando as evidências de que esse breve período terá dado significativa contribuição à evolução do bem-estar social no Brasil.

Outra observação importante diz respeito à eficácia do crescimento do PIB em produzir bem-estar e reduzir a pobreza. Surpreendentemente, apesar de apresentar menor desempenho médio em termos de PIB (1,9% ao ano, recorde-se), Santa Catarina apresentou maiores taxas de rendimento domiciliar e de redução da pobreza, no conjunto dos anos comparáveis para as séries do PIB e das PNAD's. É como se a economia catarinense exibisse capacidade superior às demais de converter PIB em renda domiciliar e em menor incidência de pobreza²¹.

²¹ Além de crescer mais em termos de rendimento domiciliar, mesmo crescendo menos em termos de PIB, Santa Catarina parece crescer melhor: o coeficiente de variação das taxas de crescimento do rendimento domiciliar *per capita* do estado é inferior ao do Brasil e de Mato Grosso, no período 1986-2006.

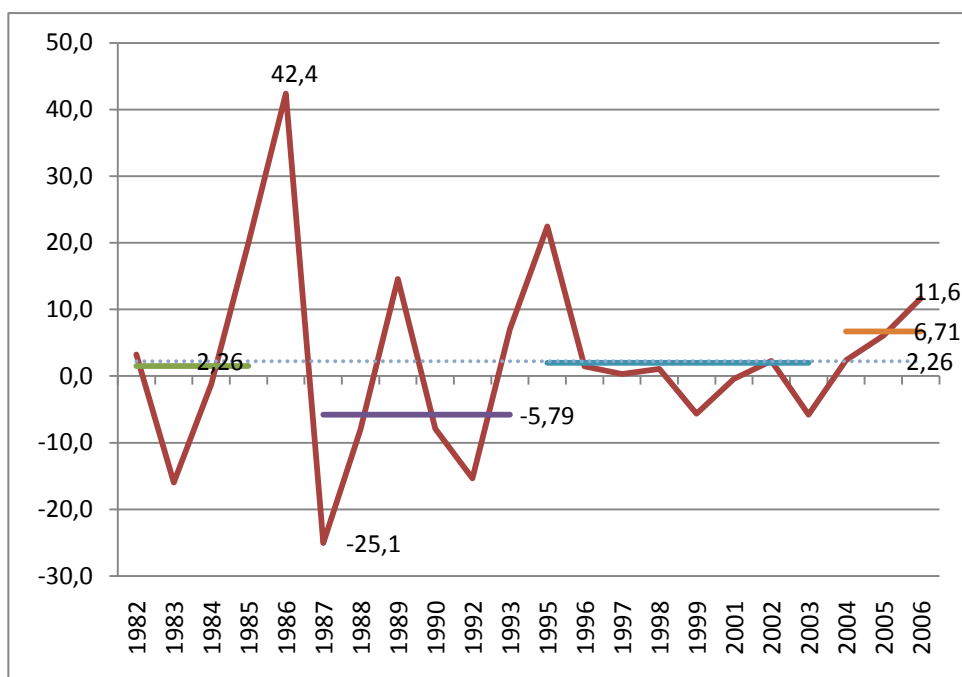


Figura 4.5. Taxas anuais de variação do rendimento domiciliar *per capita* (Brasil, 1982-2006, em %).

Fonte: Ipeadata (dados originados das Pnad's).

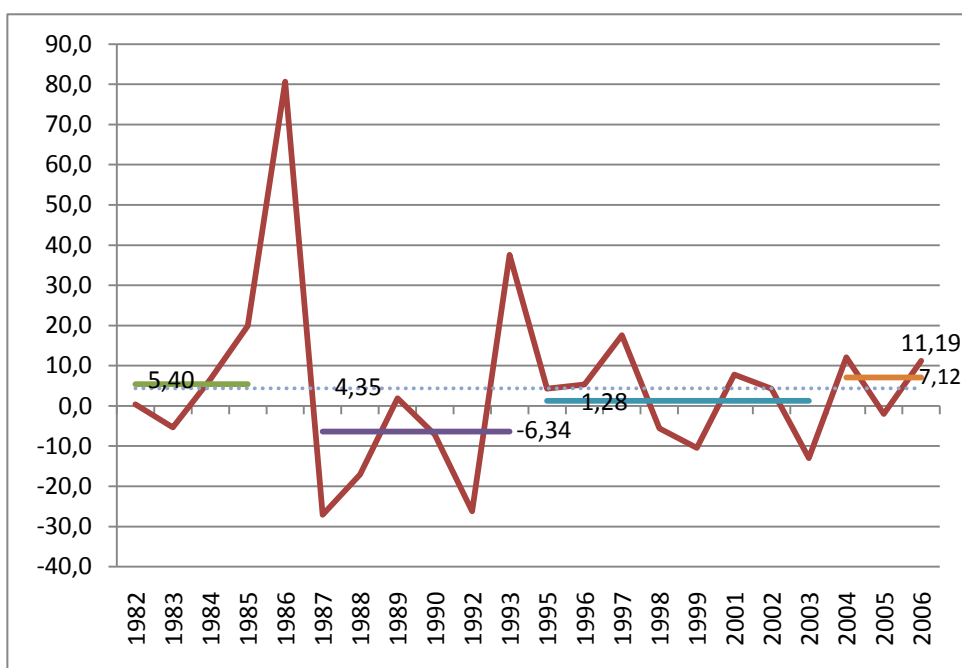


Figura 4.6. Taxas anuais de variação do rendimento domiciliar *per capita* (Mato Grosso, 1982-2006, em %).

Fonte: Ipeadata (dados originados das Pnad's).

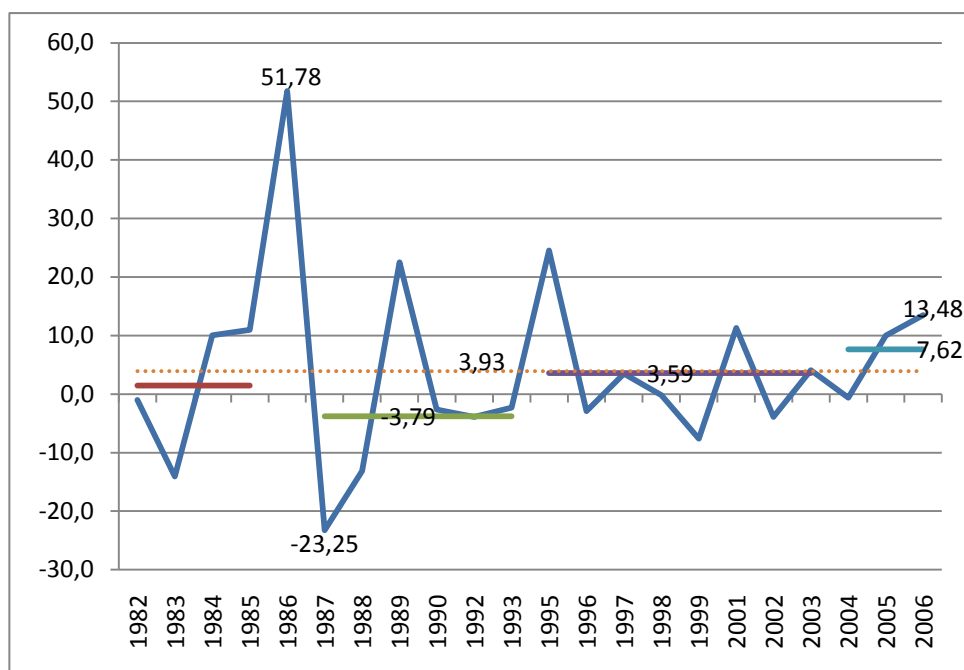


Figura 4.7. Figura taxas anuais de variação do rendimento domiciliar *per capita* (Santa Catarina, 1982-2006, em %).

Fonte: Ipeadata (dados originados das Pnad's).

Vejamos, agora, o comportamento do rendimento domiciliar para os diferentes estratos de renda. A análise aqui se restringirá ao caso de Mato Grosso. A tabela 4.1 e correspondente figura 4.8 mostram como evoluiu o rendimento domiciliar *per capita* para todos os decis de renda²², comparando-se 2006 com determinados anos e períodos selecionados. Nota-se que o rendimento cresceu de forma generalizada (para todos os decis) em todas as bases de comparação, exceto quando essa base é 1986, o ano do Plano Cruzado (linha negativa em toda a sua extensão, na figura 4.8). Em segundo lugar, observa-se que o rendimento exibiu tendência de maior crescimento para os decis de menor rendimento (o que está expresso pelas linhas negativamente inclinadas, figura 4.8). As comparações mais favoráveis para os dois decis mais pobres são aquelas referentes ao ano de 1996 e ao período 1987-1993.

²² Os dois primeiros decis (20% da população mais pobre) e, em alguns casos, o terceiro decil ou parte deste, representam aproximadamente a delimitação da população pobre na maioria dos estudos sobre pobreza. As divergências ficam por conta do valor da linha de pobreza, que delimita quem será considerado pobre.

Tabela 4.1. Evolução do rendimento médio domiciliar *per capita* por decil: Mato Grosso, 2006 contra média de períodos seleccionados (%).

Base de comparação	Décimos da distribuição									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
81-85 (média)	45,7	69,1	74,5	69,8	67,7	62,2	58,8	55,6	54,0	61,4
1984-86 (média)	13,9	31,6	38,4	36,6	31,2	25,6	21,2	14,9	9,4	4,5
1986	-20,8	-8,8	-1,9	0,9	-5,1	-9,1	-11,7	-17,1	-24,3	-34,2
1987-93 (média)	66,5	71,2	69,8	59,2	53,3	45,9	39,3	33,0	25,6	16,5
1995-03 (média)	52,0	34,9	33,5	29,2	27,1	24,2	22,0	16,0	9,5	5,4
1996	76,8	52,0	44,8	38,4	34,3	31,2	26,3	18,1	11,1	11,7

Fonte: Ipeadata.

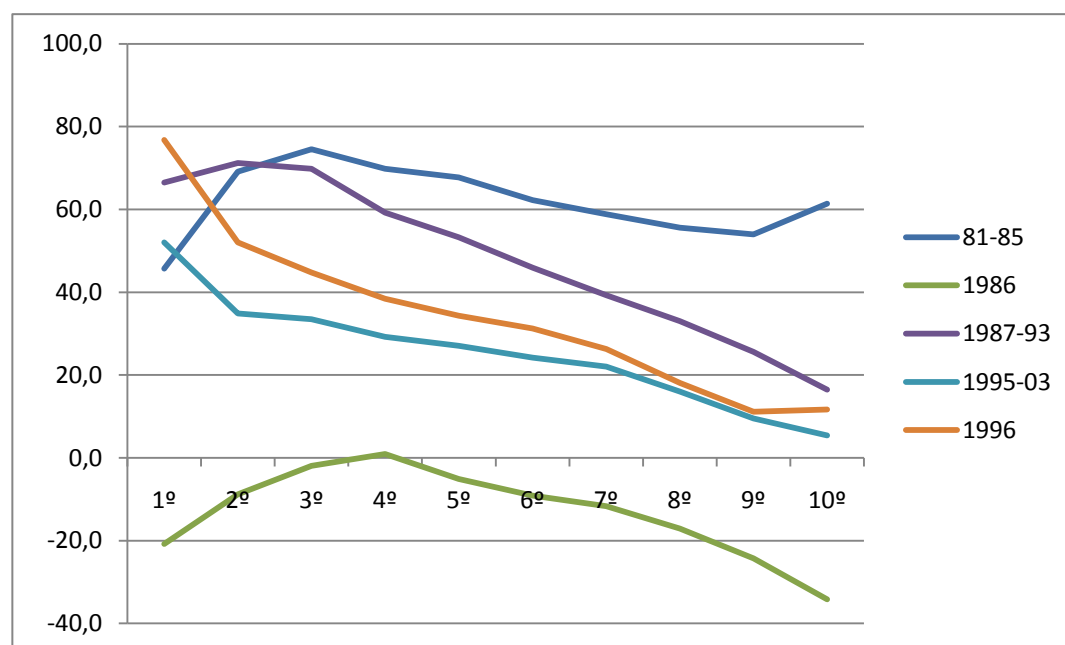


Figura 4.8. Evolução do rendimento médio domiciliar *per capita* por decil: Mato Grosso, 2006 contra média de períodos seleccionados (%).

Fonte: tabela 4.1.

Pelo fato de apresentarem menor crescimento, os decis de maior renda reduziram sua participação relativa no rendimento domiciliar total. Inversamente, os decis mais pobres elevaram sua participação²³. Isso pode ser observado através da tabela 4.2 e correspondente figura 4.9. Verifica-se que os dois decis mais “ricos” e, em alguns casos, o 8º decil, reduziram sua participação em todas

²³ A metáfora do “bolo” é aqui oportuna: o bolo cresceu para todos; mas, agora, os mais pobres ficaram com uma fatia maior do que a aquela a que tinham direito nos períodos anteriores (exceto na comparação com 1981-85). Os pobres podem ter percebido a diferença; mas, os “ricos” provavelmente nada notaram...

as bases de comparação, exceção para o 10º decil na base 1981-85. Embora tal redução tenha sido pouco expressiva²⁴, foi suficiente para impactar a participação dos demais estratos, sobretudo os dois primeiros decis. Outra observação importante é que houve uma redistribuição em favor de todos demais decis (do 1º ao 7º). Uma vez que a perda relativa dos mais ricos foi pequena e dado que houve redistribuição para os estratos intermediários, o quadro distributivo global sofreu poucas alterações. Para ver isso, considere-se a razão de renda média entre diferentes estratos, como feito na figura 4.10. Em 2006, um indivíduo (médio) entre os 40% mais pobres (quatro primeiros decis) tinha uma renda equivalente a 6,7% da renda de um outro indivíduo (médio) que estivesse entre os 10% mais ricos; se estivesse entre os 10% mais pobres, sua renda mal alcançaria 3% da renda média do decil situado no outro extremo, uma situação que quase não se modificou ao longo dos últimos 25 anos.

Tabela 4.2. Mato Grosso: Evolução da participação relativa, por decil, no rendimento domiciliar total (Dados de 2006 relativos à média de períodos selecionados, em %).

Base de comparação	Décimos da distribuição									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
1981-85	-10,7	3,8	7,8	4,9	3,1	1,6	-1,5	-2,3	-4,1	0,6
1984-86	4,2	13,2	19,0	16,2	14,0	8,3	4,9	-0,5	-4,1	-5,6
1986	4,2	18,6	27,8	34,4	24,7	20,4	17,1	8,9	-0,3	-13,2
1987-93	25,0	31,1	27,8	19,4	16,5	12,1	6,3	2,5	-2,9	-8,8
1995-03	38,9	18,6	19,0	16,2	11,7	10,2	7,7	2,5	-3,5	-6,8
1996	56,3	24,5	23,2	16,2	14,0	10,2	6,3	-0,5	-6,5	-6,0

Fonte: Ipeadata.

²⁴ Muito longe, portanto, de representar qualquer ameaça ao “*status quo*” dos “mais ricos”; mas, ao mesmo tempo, não desprezível para quem muito pouco tinha (e ainda tem).

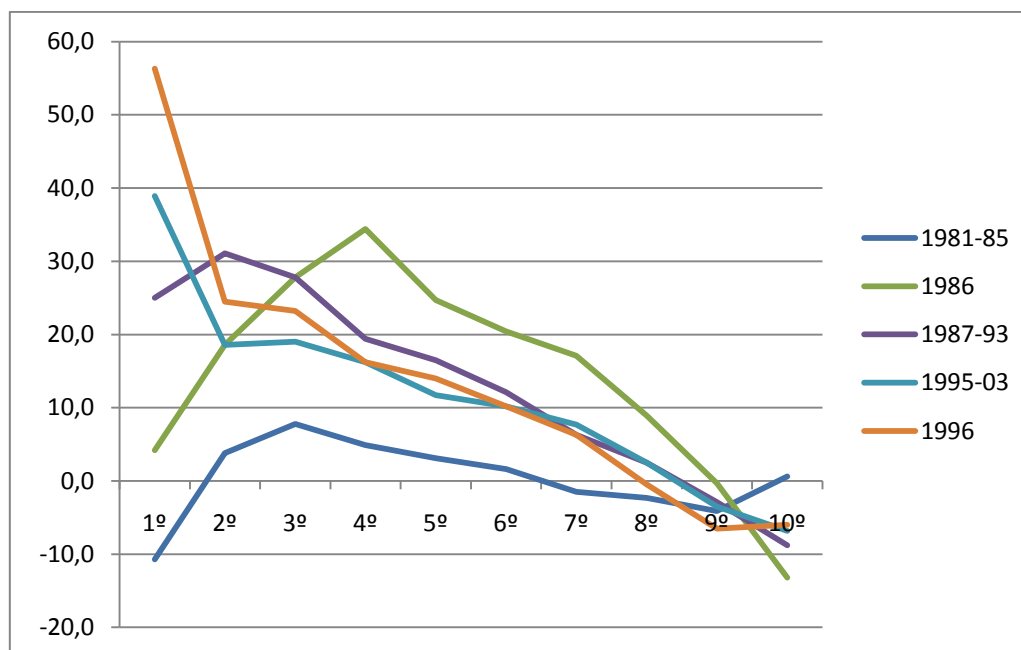


Figura 4.9. Mato Grosso: evolução da participação relativa, por decil, no rendimento domiciliar total (valores de 2006 relativos à média de períodos selecionados, em %).

Fonte: tabela 4.2.

A observação do conjunto da série (figura 4.10) parece revelar ausência de tendência à melhoria ou à deterioração do quadro distributivo em Mato Grosso. No entanto, há sub-períodos em que essas tendências estão presentes. Entre 1981 e 1988, a situação relativa dos mais pobres sofreu sensível piora, mas houve leve melhoria entre 1988 e 1992. Porém, convém ressaltar que 1992 foi o ano em que se observou o menor rendimento domiciliar *per capita* médio da série, traduzindo um achatamento em todas as faixas de renda, com perdas mais pronunciadas para as mais altas. Segue-se um período aparentemente indefinido entre 1992 e 1989 e novamente uma tendência de melhoria a partir de 2001 (ou 2002) até 2006. Entretanto, em 2006 os mais pobres ainda não haviam recuperado a posição relativa que usufruíam no período pré-Cruzado (1981-1985), em nenhuma das relações mostradas na figura 4.10. Talvez por isso seja prematuro afirmar que o período recente represente uma redução estrutural da desigualdade em Mato Grosso, embora haja algumas evidências que dão sustentação a tal tese²⁵.

²⁵ Dentre essas evidências estão a queda da desigualdade no mercado de trabalho (capítulo 5) e a redução da desigualdade no acesso a alguns bens públicos importantes (capítulo 7).

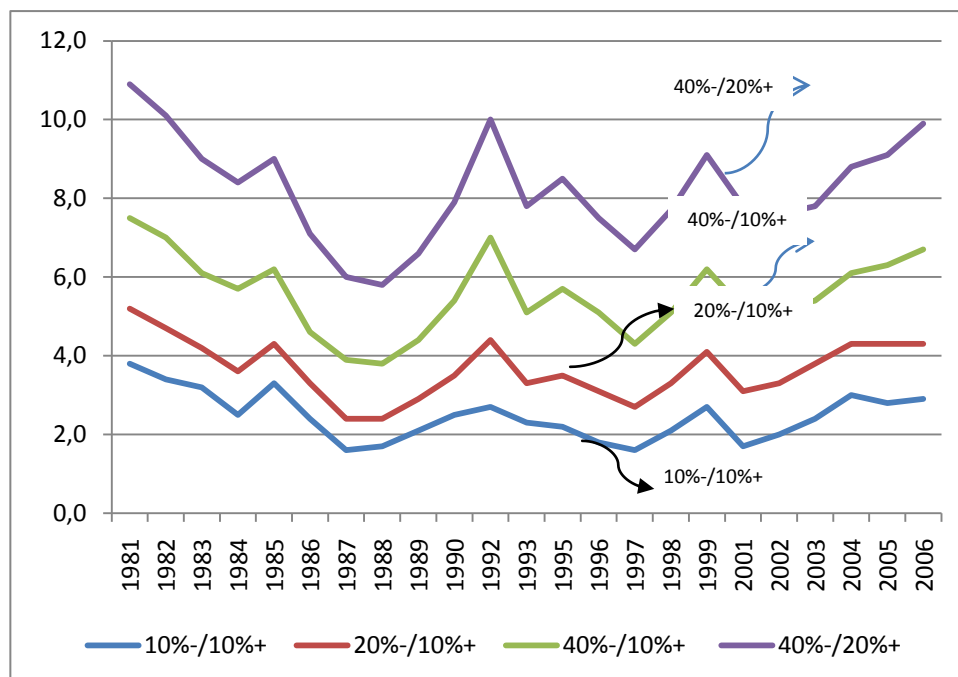


Figura 4.10. Razão entre as rendas médias de estratos selecionados: Mato Grosso, 1981 a 2006 (em %).

Fonte: Ipeadata.

A concentração de renda é um fenômeno associado basicamente aos dois decis extremos da distribuição (10º e 1º). A figura 4.11 permite uma rápida visualização dessa afirmação, destacando-se a elevada participação do decil mais rico, que se apropria, na média história, de mais de 45% da renda domiciliar em Mato Grosso. Na figura 4.12 as posições relativas dos decis estão expressas em termos da razão entre a renda média de cada decil e a renda média do decil anterior. Verifica-se que as razões 10º/9º e 2º/1º destoam das demais²⁶: o 10º decil tem renda três vezes superior ao 9º decil (na média da série); o 2º decil tem renda 2 vezes superior ao 1º decil; as demais razões (3º/2º, 4º/3º, 5º/4º, 6º/5º, 7º/6º e 8º/7º) estão situadas em torno de 1,3, indicando maior homogeneidade da distribuição de renda nos oito estratos intermediários²⁷. Para reforçar essa conclusão, a tabela 4.3 mostra o índice de Gini calculado para três situações, em 2006: toda a população (os 10 decis), os primeiros 90% (até o 9º decil) e os 80% intermediários (2º ao 8º decil). Sem a presença do decil mais rico, a desigualdade cai em 31,8%, de 0,5284 para 0,3602. Considerando-se exclusivamente os 8 decis intermediários, o Gini ficaria em 0,3115, 41% inferior ao Gini do conjunto da população.

²⁶ Os extremos da distribuição também se caracterizam por apresentar maior instabilidade do rendimento frente às mudanças da conjuntura econômica. As razões 10º/9º e 2º/1º apresentaram coeficientes de variação (CV) iguais a 9,7% e 12,4%, respectivamente; para as demais razões, o CV ficou em 2,7%, na média.

²⁷ Em termos da curva de Lorenz, haveria maior inclinação na passagem do 1º ao 2º decil e do 9º ao 10º decil; nos casos intermediários (2º ao 8º) a curva seria mais achatada.

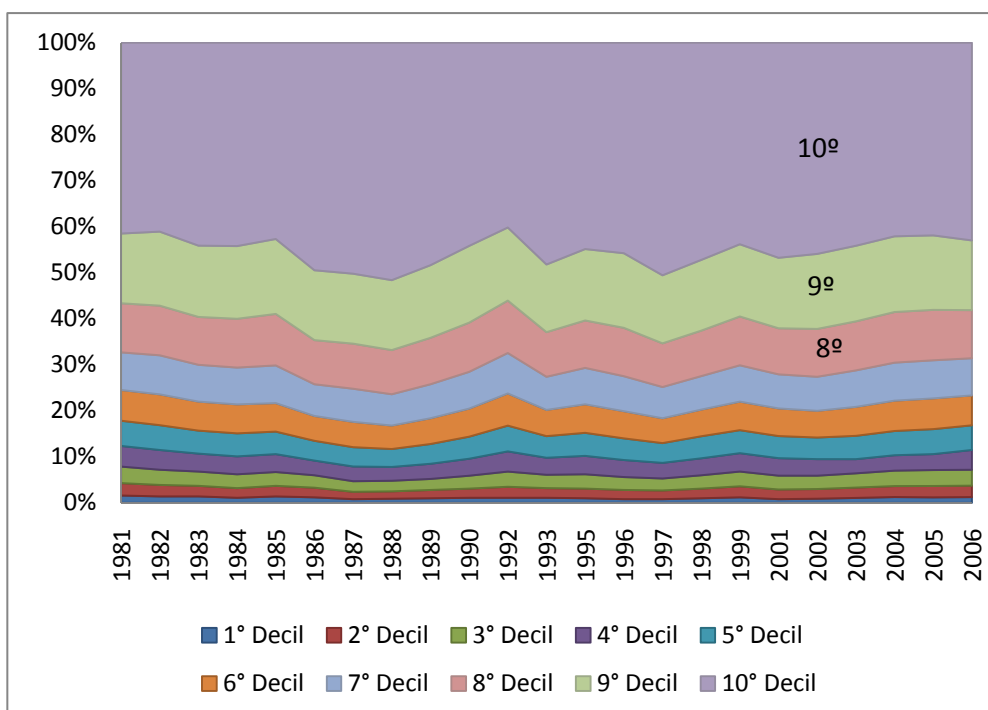


Figura 4.11. Distribuição do rendimento domiciliar *per capita* por decil: Mato Grosso, 1981-2006 (em %).

Fonte: Ipeadata (dados originados das Pnad's).

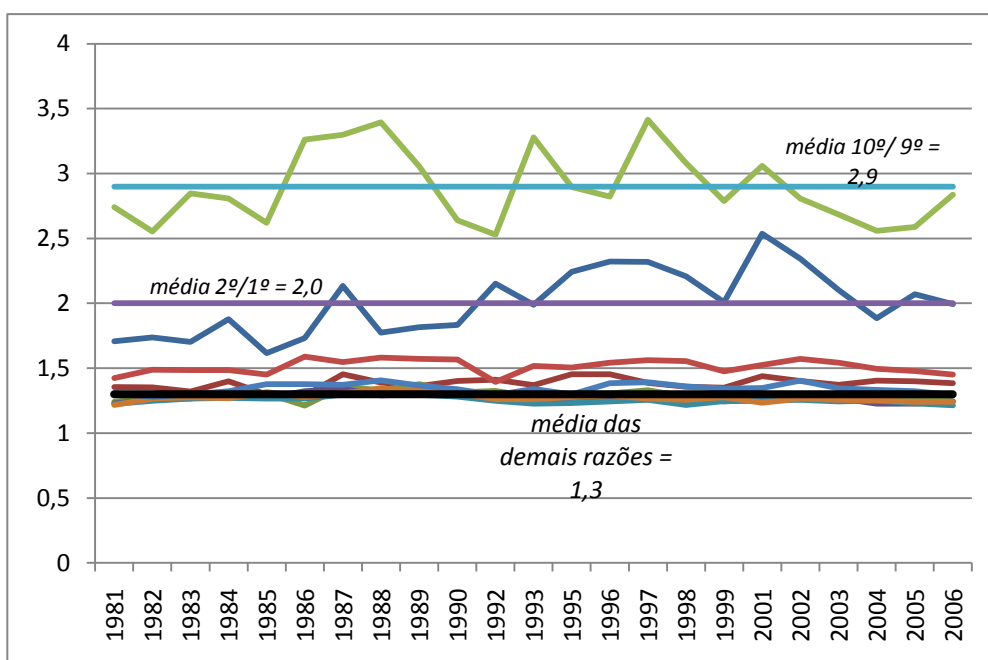


Figura 4.12. Razão entre a renda média de cada decil e o decil anterior (Mato Grosso, 1981-2006).

Fonte: Ipeadata (dados originados das Pnad's).

Tabela 4.3. Índices de Gini do rendimento domiciliar *per capita*, por estratos de renda: Brasil e Mato Grosso, 2006.

Estratos	Brasil	Mato Grosso
Todos	0,5605	0,5284
1º ao 9º decis	0,4024	0,3602
2º ao 8º decis	0,3518	0,3115

Fonte: resultados da pesquisa, com base na Pnad (2006).

4.3. Crescimento e pobreza

4.3.1. Evolução da pobreza

A incidência de pobreza, medida como percentagem de pobres na população, evoluiu de forma mais bem comportada de que PIB ou mesmo o rendimento domiciliar, tanto em nível nacional (figura 4.13) como em Mato Grosso (figura 4.14) e Santa Catarina (figura 4.15). Excluído o ano do Cruzado (1986), a pobreza no Brasil esteve acima da média histórica (37,7%) na primeira metade da série e abaixo dela na metade mais recente. O comportamento se torna mais bem definido com o advento da estabilidade monetária do Plano Real, quando a taxa de pobreza cede se estabiliza nas vizinhanças de 34,9%, no Brasil, e de 26%, em Mato Grosso. Mas, em Santa Catarina, a taxa de pobreza se estabiliza (em torno de 20%) por um período mais breve (1996-1999) e logo retoma sua trajetória declinante, o que só acontecerá no Brasil e em Mato Grosso a partir de 2004. O ano de 2006 ficará marcado como um dos melhores anos para a redução da pobreza no Brasil, em Mato Grosso e em Santa Catarina, quando a porcentagem de pobres na população se aproxima da marca alcançada no ano do Plano Cruzado. Com efeito, a taxa de pobreza no Brasil, em 2006, foi reduzida a 56,5% da verificada no período anterior ao Cruzado; 59,8% da verificada no conturbado período 1987-2003, que antecedeu ao Real, e 71,6% da média do período pós-Real (1995-2003) (figura 4.13). Em Mato Grosso, a incidência de pobreza foi reduzida, em 2006, para 43,4%, 46,1% e 61,5% dos níveis verificados naqueles sub-períodos, respectivamente (ver figura 4.14). A evolução foi ainda mais surpreendente em Santa Catarina, que conseguiu reduzir sua pobreza para 1/5 do nível vigente em 1981-1985 (figura 4.15). A título de comparação, Mato Grosso e Santa Catarina partiram de taxas de pobreza aproximadas (7,6% superior em Mato Grosso, em 81-85) e chegaram

em 2006 com Mato Grosso apresentando taxa 128% superior (16% contra 7%). O desempenho superior do Estado Catarinense se deve muito provavelmente à sua menor desigualdade interna, à maior relação rendimento domiciliar/ PIB e à maior elasticidade da pobreza em relação do rendimento domiciliar, conforme discussão a seguir.

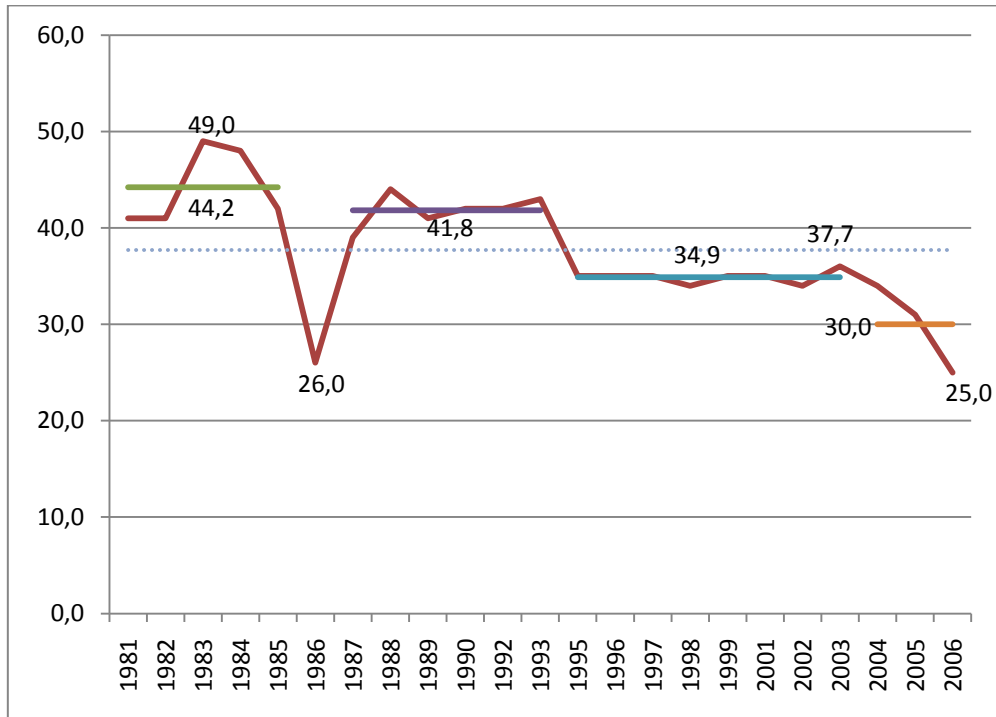


Figura 4.13. Incidência de pobreza no Brasil, 1981-2006 (em %).

Fonte: PNAD. Dados do Ipeadata.

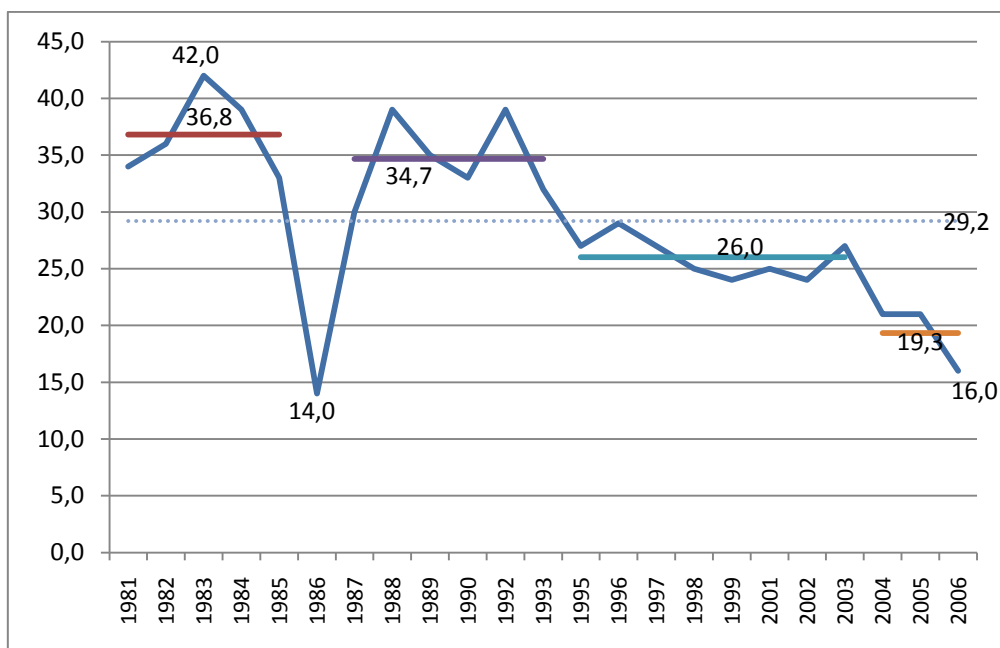


Figura 4.14. Incidência de pobreza em Mato Grosso, 1981-2006 (%).

Fonte: PNAD. Dados do Ipeadata.

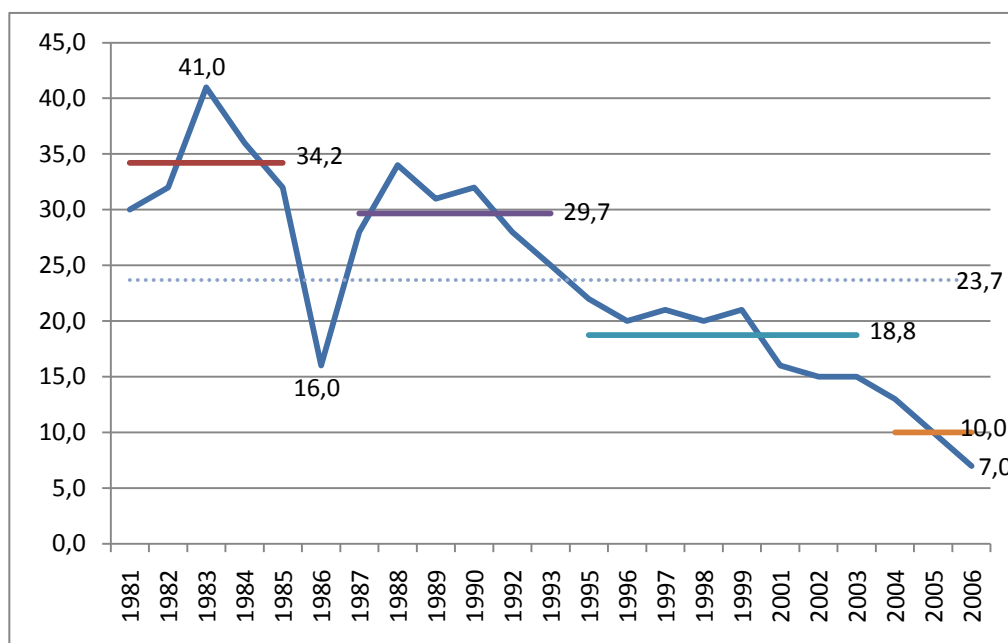


Figura 4.15. Incidência de pobreza em Santa Catarina, 1981-2006 (%)

Fonte: Ipeadata (dados originados das Pnad's).

4.3.2. Elasticidade-renda da pobreza

A elasticidade-renda da pobreza é uma medida da resposta da incidência da pobreza a variações no rendimento domiciliar *per capita*. Para obter tal medida foram realizados dois tipos de regressões de dados de incidência de pobreza (H) contra dados de renda domiciliar *per capita* (Y): para cada ano, entre 1981 e 2006, utilizando dados de todas as unidades da federação, em conjunto; e para todos os anos da série, utilizando dados por Unidade da Federação (casos selecionados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina e Brasil). Os ajustamentos dos dados foram feitos por mínimos quadrados ordinários, tomando-se o logaritmo de ambas as variáveis, no primeiro caso, e os valores observados das variáveis, no segundo caso²⁸.

Os resultados da regressão conjunta (todas as unidades federativas estaduais) estão reunidos na tabela 4.4 e figura. 4.16. Na figura 4.16, cada ponto representa a variação percentual da incidência de pobreza correspondente à variação percentual na renda domiciliar *per capita* (Elasticidade-renda da pobreza – Eh/y) no conjunto das unidades da federação. A linha pontilhada indica que, na média, a Eh/y foi praticamente unitária (-1,06). No entanto, nota-se alguma diferença nos dados dos sub-períodos e a tendência de elevação (em valor absoluto) da Eh/y nos anos que combinaram maior estabilidade monetária e crescimento econômico. Nos anos 2004/2006 a Eh/y atingiu o valor -1,29, ou cerca de 21,7% superior à média do período; e o destaque está em 2006, quando a Eh/y atinge -1,49, o segundo maior valor histórico (45,6% superior à média histórica, em valor absoluto), perdendo apenas para o ano do Plano Cruzado (1986).

²⁸ Os ajustamentos iniciais dos dados da série temporal para cada UF selecionada evidenciaram presença de auto-correlação serial. Por essa razão, procedeu-se a um novo ajuste por mínimos quadrados generalizados (modelo AR-1), sendo a auto-correlação eliminada em todos os casos, segundo o teste de Durbin-Watson (Hill, 2000).

Tabela 4.4. Elasticidades-renda da pobreza e outros resultados estatísticos para o conjunto das unidades federativas estaduais: 1981 a 2006 e períodos selecionados.

Ano	Elasticidade- Renda da pobreza	Erro padrão	Estat t	R ²	Estat F
1981	-0,97	0,074	*	0,88	*
1982	-0,95	0,082	*	0,85	*
1983	-0,88	0,094	*	0,79	*
1984	-0,85	0,082	*	0,82	*
1985	-0,93	0,065	*	0,89	*
1986	-1,65	0,197	*	0,75	*
1987	-1,05	0,074	*	0,89	*
1988	-0,90	0,063	*	0,89	*
1989	-1,01	0,107	*	0,79	*
1990	-0,96	0,064	*	0,90	*
1992	-0,87	0,057	*	0,90	*
1993	-0,85	0,081	*	0,82	*
1995	-1,11	0,102	*	0,83	*
1996	-1,10	0,086	*	0,87	*
1997	-1,11	0,076	*	0,90	*
1998	-1,09	0,090	*	0,86	*
1999	-1,04	0,103	*	0,81	*
2001	-1,06	0,106	*	0,80	*
2002	-1,10	0,107	*	0,81	*
2003	-1,04	0,108	*	0,79	*
2004	-1,17	0,118	*	0,80	*
2005	-1,19	0,126	*	0,79	*
2006	-1,46	0,170	*	0,75	*
1981/85	-0,92	0,035	*	0,84	*
1987/93	-0,94	0,031	*	0,86	*
1995/03	-1,09	0,033	*	0,84	*
2004/06	-1,29	0,077	*	0,78	*

* Significativo a 1%

Fonte: elaboração própria, a partir das Pnad's de vários anos (dados obtidos do Ipeadata).

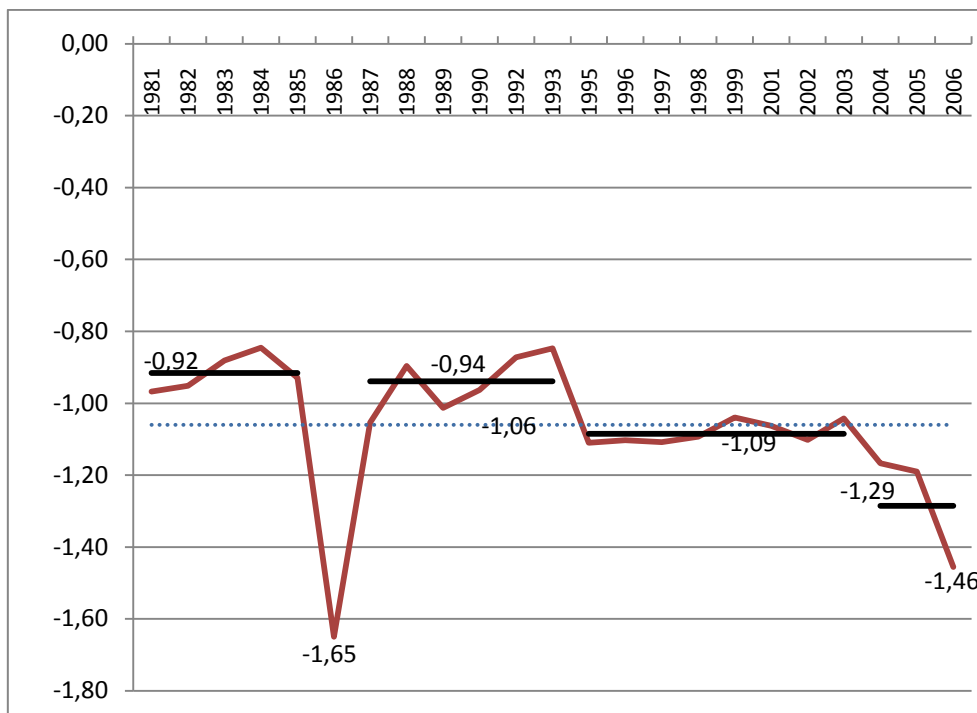


Figura 4.16. Elasticidades-renda da pobreza para o conjunto das unidades da federação: 1981-2006.

Fonte: tabela 4.4.

Considere-se a seguir o comportamento da Eh/y para as unidades da federação selecionadas. Conforme tabela 4.5 e figura 4.17, Mato Grosso, Goiás e Brasil apresentaram elasticidades unitárias. O Estado de Santa Catarina foi o que expressou maior capacidade de impacto do rendimento sobre a pobreza, com elasticidade igual a -1,65 (portanto, 65% superior à média nacional, em valor absoluto. Outro estado bem sucedido nesta relação foi o Mato Grosso do Sul. Coincidentemente ou não, esses dois estados foram os que mais reduziram a incidência da pobreza entre 2005 e 2006, entre todas as 27 unidades da federação.

Tabela 4. 5. Elasticidades-renda da pobreza para unidades da federação selecionadas, 1981-2006.

UF	<i>Elastic. Renda da pobreza</i>	<i>Erro da padrão (ep)</i>	<i>Est t</i>	<i>Est F</i>	<i>R²</i>
Mato Grosso	-1,00	0,012	*	*	0,97
Mato Grosso Sul	-1,45	0,016	*	*	0,98
Goiás	-1,00	0,012	*	*	0,95
Santa Catarina	-1,65	0,009	*	*	0,97
Brasil	-1,01	0,009	*	*	0,99

Nota: (*) Significativo a 1%.

Fonte: elaboração própria (dados básicos Pnad/ Ipeadata).

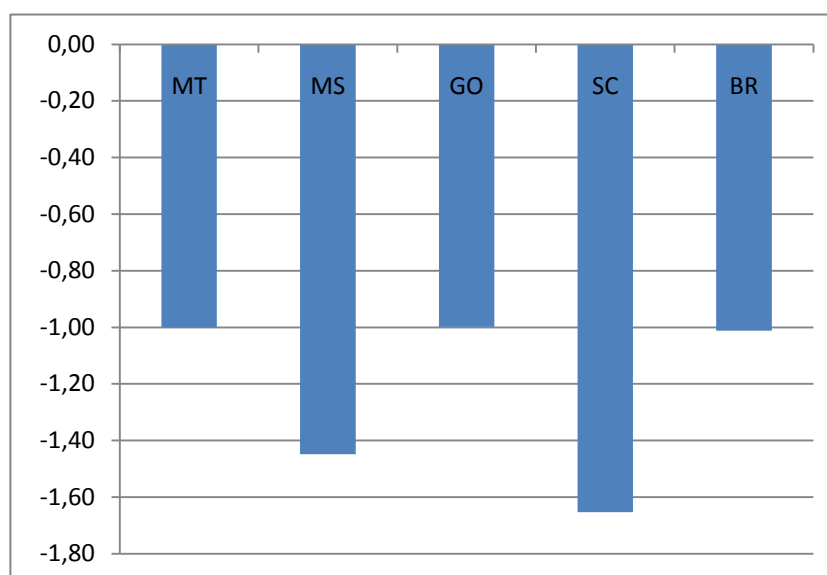


Figura 4.17. Elasticidades-renda da pobreza (unidades da federação selecionadas, 1981-2006).

Fonte: tabela 4.5.

4.4. Crescimento, desigualdade e pobreza: algumas simulações para 2006-2016

O rendimento domiciliar *per capita* em Mato Grosso cresceu em média 4,35% ao ano entre 1981-2006 e 2,87% ao ano no período pós-Real (1995-2006). O Índice de Gini não apresentou comportamento bem definido, exceto de 2002 a 2006, quando variou negativamente em 2% ao ano em média. A incidência de pobreza apresentou tendência declinante no longo prazo, mas sua

evolução foi mais acelerada no período que comportou taxas maiores de crescimento e simultânea redução da desigualdade, com destaque para 2004-2006.

A persistência de elevada incidência de pobreza em Mato Grosso (e no Brasil) está relacionada com a manutenção de índices elevados de desigualdade, ocorrência de períodos de depressão econômica e excessiva variabilidade das taxas de crescimento, imposta por desequilíbrios macroeconômicos ou setoriais de origens diversas.

Esta seção simula algumas trajetórias futuras dos indicadores de pobreza em Mato Grosso frente a dois cenários: o primeiro, que pode ser considerado “otimista”, supõe um crescimento de 2,87% ao ano²⁹ e uma redução de 2% ao ano no índice de Gini. O segundo cenário admite a mesma taxa de crescimento, mas supõem que a desigualdade seja mantida constante, conforme valor observado em 2006. A estrutura dos rendimentos domiciliares da Pnad de 2006 foi utilizada como ponto de referência inicial. O modelo distributivo utilizado obedece à condição de Pigou-Dalton e gera curvas de Lorenz estritamente à esquerda das distribuições anteriores (figura 4.18). Além disso, a ordenação dos rendimentos é preservada, de forma que o mais rico continuará sendo o mais rico e o mais pobre continuará sendo o mais pobre. Por fim, foram utilizadas duas linhas de pobreza: R\$ 120,00 (que corresponde aproximadamente ao valor da linha de pobreza do Ipeadata e equivale 34,3% do salário mínimo de setembro de 2006³⁰) e R\$ 175,00, que equivale 50% do salário mínimo vigente na mesma época.

4.4.1. Cenário otimista: crescimento com redução da desigualdade

Os resultados obtidos mostram que, sob os pressupostos mais otimistas, os indicadores de pobreza e desigualdade melhorariam significativamente num horizonte de 10 anos, de 2006 a 2016. A razão entre as médias de renda dos 10% mais pobres (10%-) e os 10% mais ricos (10%+) se elevaria de 2,91% para 7,73% (tabela 4.6) e a metade mais pobre da população (50%-) elevaria sua participação no rendimento em 35,9%, de 16,9% para 23%, indicando significativo efeito sobre a base da distribuição (tabela 4.7). Nesta simulação, o décimo mais pobre (10%-) chegaria em 2016 com um

²⁹ Optou-se por trabalhar com a taxa de crescimento do pós-Real por duas razões: primeiro, acredita-se que reflita melhor as condições mais recentes da economia estadual, inclusive em termos de menor variabilidade. Segundo, a taxa de 2,87% ao ano é suficiente para assegurar que a desigualdade seja reduzida em 2% ao ano sem impor perdas absolutas aos grupos de maior renda.

³⁰ O Ipea utiliza linhas de pobreza distintas, rurais e urbanas, definidas regionalmente. A linha de pobreza de R\$ 120,00 aqui utilizada é uma aproximação e corresponde ao valor do rendimento do indivíduo menos pobre entre os 16,1% que se encontram na pobreza, em 2006, independentemente da situação do domicílio.

rendimento médio 202,7% superior ao vigente em 2006, ao passo que o décimo mais rico (10%+) teria seu rendimento médio aumentado em 14,1%.

Tabela 4.6. Alguns indicadores de desigualdade: valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016 (Mato Grosso).

Ano	Gini ($\Delta G = -2\%$ a.a.)	Razão entre médias de renda por estrato (%)			
		10%-/10%+	20%-/10%+	20%-/20%+	40%-/10%+
2006	0,5284	2,91	4,39	6,49	6,73
2007	0,5178	3,37	4,84	7,14	7,17
2008	0,5075	3,84	5,30	7,80	7,62
2009	0,4973	4,31	5,76	8,46	8,07
2010	0,4874	4,78	6,23	9,12	8,53
2011	0,4776	5,26	6,70	9,79	8,99
2012	0,4681	5,74	7,18	10,46	9,45
2013	0,4587	6,23	7,66	11,14	9,92
2014	0,4495	6,73	8,14	11,82	10,39
2015	0,4405	7,23	8,63	12,50	10,87
2016	0,4317	7,73	9,13	13,19	11,36

Fonte: resultados da pesquisa com base na Pnad de 2006.

Nota: hipóteses: crescimento de 2,87% ao ano e redução de 2% ao ano no índice de Gini.

Tabela 4.7. Distribuição da renda por décimos: valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016 (Mato Grosso).

Décimos	2006		2008		2010		2012		2014		2016	
	%	% acum	%	% acum	%	% acum	%	% acum	%	% acum	%	% acum
1º	1,2	1,2	1,6	1,6	1,9	1,9	2,2	2,2	2,6	2,6	2,8	2,8
2º	2,5	3,8	2,8	4,4	3,1	5,0	3,4	5,6	3,6	6,2	3,9	6,7
3º	3,5	7,2	3,7	8,1	4,0	9,0	4,2	9,8	4,4	10,6	4,7	11,4
4º	4,3	11,5	4,5	12,7	4,8	13,8	5,0	14,8	5,2	15,8	5,4	16,7
5º	5,4	16,9	5,6	18,2	5,7	19,5	5,9	20,7	6,1	21,9	6,2	23,0
6º	6,5	23,5	6,7	24,9	6,8	26,3	6,9	27,6	7,1	28,9	7,2	30,1
7º	8,1	31,5	8,1	33,1	8,2	34,5	8,3	35,9	8,4	37,3	8,4	38,6
8º	10,5	42,0	10,4	43,5	10,4	44,9	10,4	46,3	10,4	47,7	10,4	48,9
9º	15,1	57,1	14,9	58,4	14,7	59,7	14,5	60,9	14,4	62,0	14,2	63,1
10º	42,9	100,0	41,6	100,0	40,3	100,0	39,1	100,0	38,0	100,0	36,9	100,0

Fonte: resultados da pesquisa com base na Pnad de 2006.

Nota: hipóteses: crescimento de 2,87% ao ano e redução de 2% ao ano no índice de Gini.

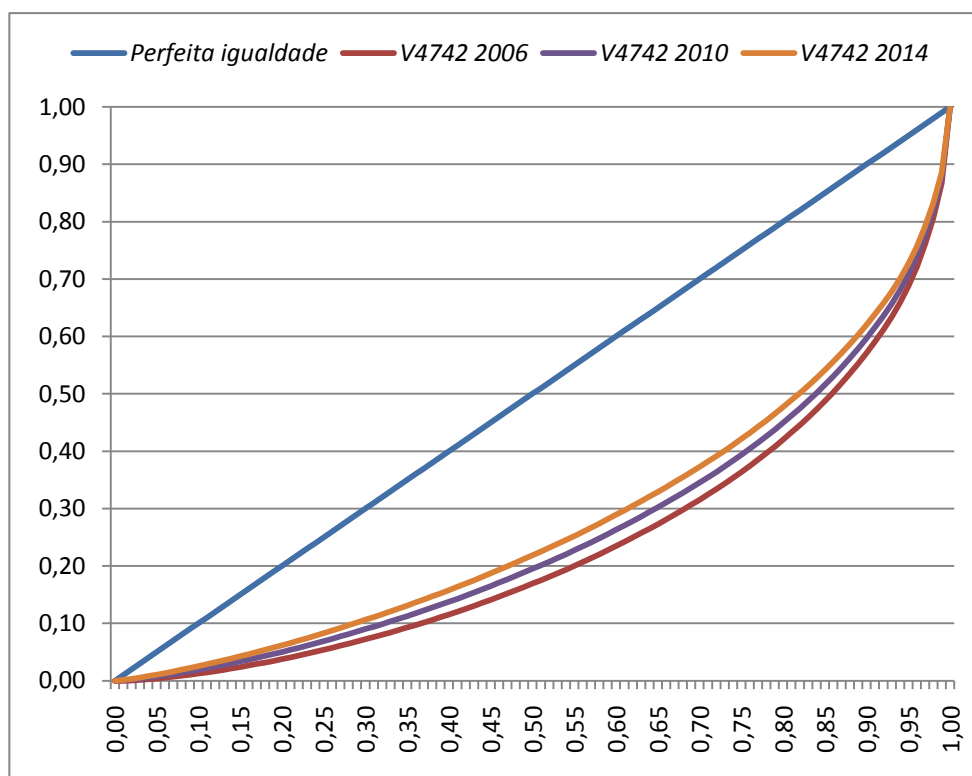


Figura 4.18. Curvas de Lorenz e índices de Gini: valores observados para 2006 e simulações para 2010 e 2014 (Mato Grosso).

Fonte: resultados da pesquisa com base na Pnad de 2006.

Nota: V4742 – variável que denota o rendimento domiciliar *per capita* (Pnad de 2006).

Os indicadores de pobreza são mostrados nas tabelas 4.8 e 4.9, conforme as linhas de pobreza (Z) consideradas (120,00 e 175,00, respectivamente). No primeiro caso ($Z = 120,00$), a pobreza seria praticamente erradicada: o hiato quadrático médio [FGT (2)] e o Índice de pobreza de Sen (P) – ambos sensíveis à proporção de pobres (H), à razão de insuficiência de renda (I) e à desigualdade entre os pobres³¹ (G^*) – seriam reduzidos a praticamente zero, entre 2006 e 2016. A renda média dos pobres (m) seria elevada em 46,3% e alcançaria, em 2016, 92,3% (110,83/120,0) da linha de pobreza, fazendo com que o déficit médio de renda dos pobres se reduzisse a R\$ 9,20 por pessoa (ante R\$ 44,2 por pessoa em 2006). A porcentagem de pobres seria reduzida de 16,1% (em 2006) para menos de 1% (em 2016), sendo que em 2010 ou 2011 alcançaria o valor observado em 2006 para Santa Catarina (Estado com menor incidência de pobreza).

³¹ No caso do FGT (2), em lugar de G^* utiliza-se o quadrado do coeficiente de variação (CV) da renda dos pobres. Porém, tanto o Gini como o CV são sensíveis à dispersão dos rendimentos.

Tabela 4.8. Trajetória dos indicadores de pobreza: valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016 (Mato Grosso, Z = 120,00 de set./2006).

Ano	G*	H	m	I	P	FGT (2)
2006	0,2401	0,1611	75,74	0,3688	0,0838	0,0241
2007	0,2179	0,1358	78,42	0,3465	0,0664	0,0177
2008	0,1999	0,1110	80,91	0,3258	0,0511	0,0126
2009	0,1785	0,0916	84,19	0,2984	0,0388	0,0086
2010	0,1587	0,0727	87,03	0,2747	0,0283	0,0057
2011	0,1407	0,0573	90,67	0,2444	0,0201	0,0035
2012	0,1197	0,0413	92,52	0,2290	0,0133	0,0022
2013	0,0961	0,0291	95,17	0,2069	0,0082	0,0013
2014	0,0710	0,0195	98,55	0,1788	0,0046	0,0006
2015	0,0379	0,0134	103,84	0,1347	0,0022	0,0002
2016	0,0032	0,0079	110,83	0,0764	0,0006	0,0000

Fonte: resultados da pesquisa com base na Pnad de 2006.

Nota: hipóteses: crescimento de 2,87% ao ano e redução de 2% ao ano no índice de Gini.

Evidentemente, para a linha de pobreza maior (Z = R\$ 175,00) os resultados são outros. Mas, mesmo assim, a taxa de pobreza (H) em 2016 seria reduzida para 4,4%, 1/6 daquela vigente em 2006 (tabela 4.9).

Tabela 4.9. Trajetória dos indicadores de pobreza: valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016 (Mato Grosso, Z = ½ SM = 175,00 de set./2006).

Ano	G*	H	m	I	P	FGT (2)
2006	0,2335	0,2803	105,21	0,3988	0,1511	0,0480
2007	0,2128	0,2612	110,82	0,3667	0,1310	0,0372
2008	0,1931	0,2381	115,63	0,3393	0,1111	0,0289
2009	0,1754	0,2174	121,27	0,3070	0,0932	0,0215
2010	0,1600	0,1916	125,89	0,2806	0,0758	0,0158
2011	0,1465	0,1611	129,23	0,2615	0,0596	0,0114
2012	0,1333	0,1358	133,47	0,2373	0,0460	0,0079
2013	0,0961	0,0291	95,17	0,2069	0,0082	0,0013
2014	0,1083	0,0828	138,78	0,2070	0,0243	0,0036
2015	0,0962	0,0633	142,46	0,1859	0,0167	0,0022
2016	0,0822	0,0444	144,61	0,1737	0,0107	0,0014

Fonte: resultados da pesquisa com base na Pnad de 2006.

Nota: hipóteses: crescimento de 2,87% ao ano e redução de 2% ao ano no índice de Gini.

4.4.2. Cenário mais pessimista: crescimento sem distribuição

Na hipótese de que não haja distribuição da renda, mas se mantenha um crescimento regular de 2,87% ao ano, a evolução dos indicadores de pobreza seria bem mais modesta, mesmo considerando a linha de pobreza mais baixa (R\$ 120,00). Neste caso, em 2016 ainda haveria 10% de pobres na população estadual. Para uma linha de pobreza equivalente à metade do salário mínimo (R\$ 175,00 de set./2006), a incidência de pobreza seria de 20%, em 2016. As figuras 4.19, 4.20 e 4.21 comparam as trajetórias dos indicadores H, P e FGT (2) nos casos em que a desigualdade de Gini é reduzida em 2% ao ano ($\Delta G = -2\%$) e nos casos em que ela é mantida constante no nível observado em 2006 ($\Delta G = 0\%$). As figuras são identificadas pelas letras (a) e (b), conforme as linhas de pobreza sejam R\$ 120,00 ou R\$ 175,00, respectivamente. As linhas com inclinação mais acentuada denotam a presença simultânea do efeito distributivo e do efeito crescimento. É fácil constatar que sem a redução da desigualdade de renda quaisquer metas de erradicação da pobreza só poderiam ser alcançadas em períodos bem mais prolongados (ver também tabela 4.10).

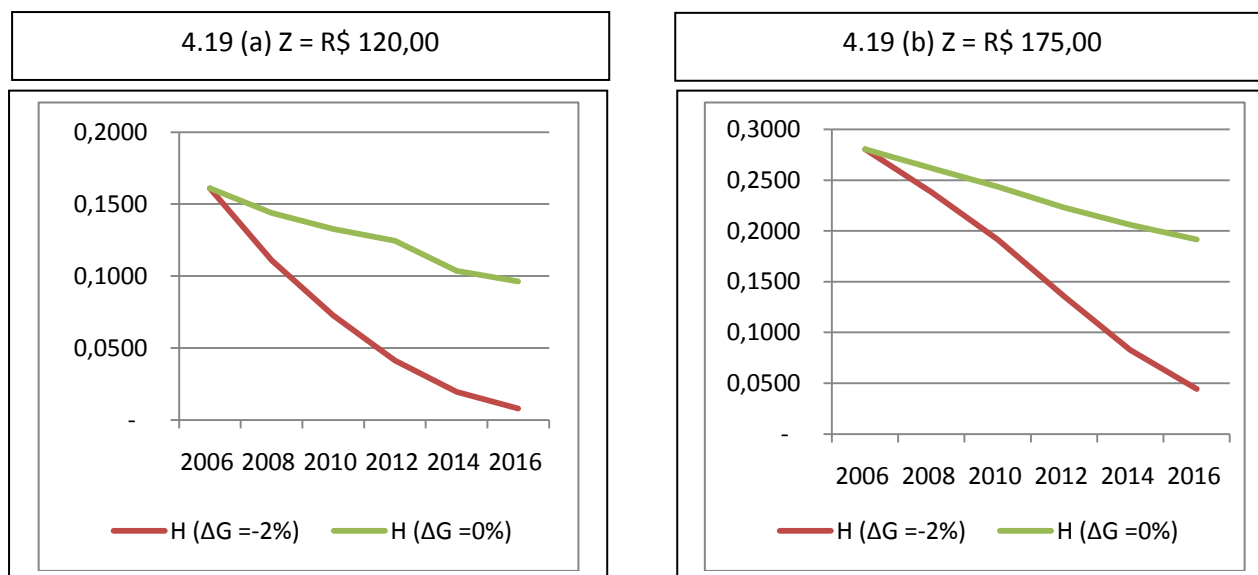


Figura 4.19. Trajetória da incidência de pobreza (H), com e sem efeito distributivo: Mato Grosso, valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016, conforme linha de pobreza (Z).

Fonte: resultados da pesquisa com base na Pnad de 2006.

Nota: ΔG – variação percentual anual do índice de Gini. Hipótese de crescimento anual de 2,87% no rendimento médio.

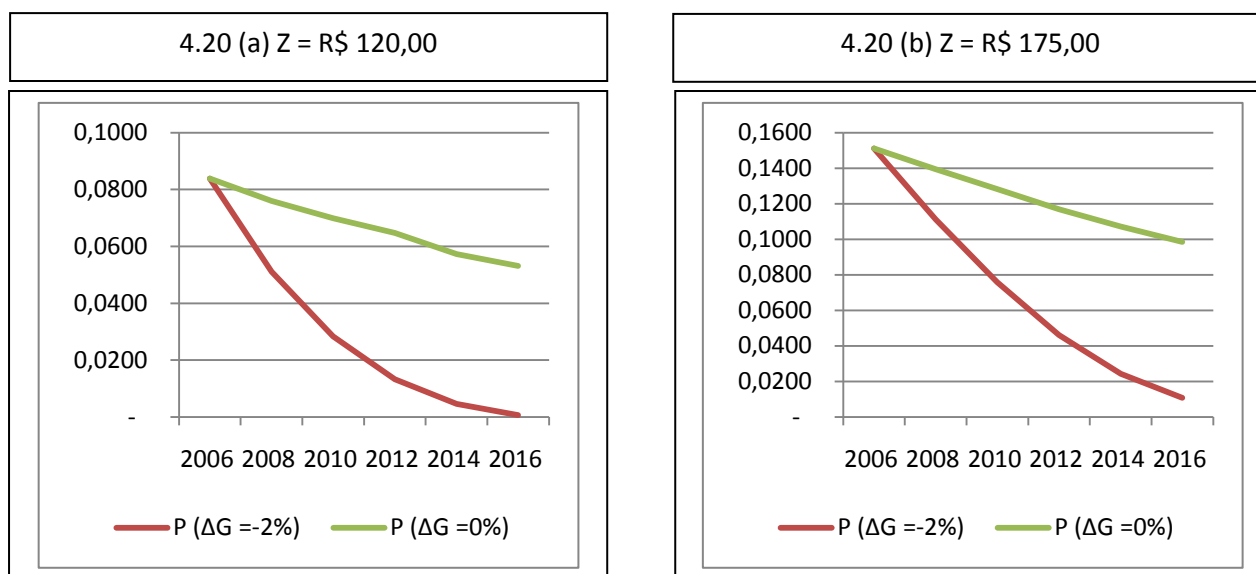


Figura 4.20. Trajetória do índice de pobreza de Sen (P) com e sem efeito distributivo: Mato Grosso, valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016, conforme linha de pobreza (Z).

Fonte: resultados da pesquisa com base na Pnad de 2006.

Nota: ΔG – variação percentual anual do índice de Gini. Hipótese de crescimento anual de 2,87% no rendimento médio.

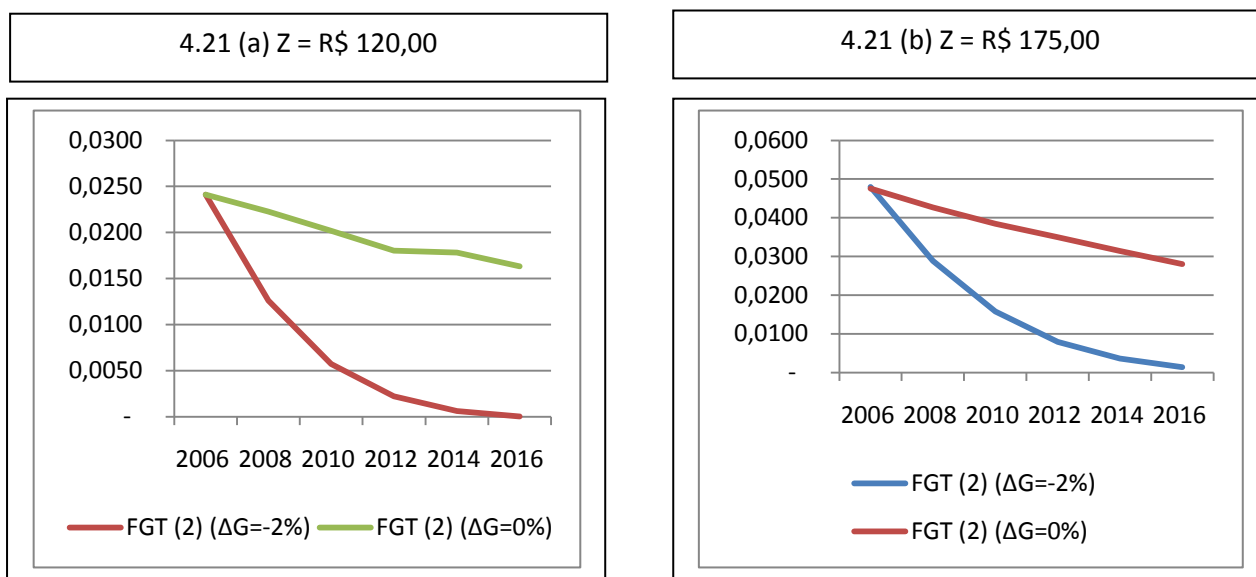


Figura 4.21. Trajetória do índice de pobreza de FGT (2), com e sem efeito distributivo: Mato Grosso, valores observados para 2006 e simulações para 2008-2016, conforme linha de pobreza (Z).

Fonte: resultados da pesquisa com base na Pnad de 2006.

Nota: ΔG – variação percentual anual do índice de Gini. Hipótese de crescimento anual de 2,87% no rendimento médio.

Tabela 4.10. Variação simulada de alguns indicadores de pobreza entre 2006 e 2016, em cenário com e sem distribuição de renda (Mato Grosso, hipótese de crescimento de 2,87% a.a. no rendimento médio em ambos os casos) (%).

Indicador	Variação entre 2006-2014 (%)	
	Sem distribuição de renda ($\Delta G = 0$)	Com distribuição de renda ($\Delta G = - 2\%$ a.a.)
H	-40,24	-95,10
m	-2,8	46,3
I	4,8	-79,3
P	-36,6	-99,25
FGT (2)	-32,3	-99,81

Fonte: resultados da pesquisa com base na Pnad de 2006.

Nota: ΔG – variação percentual anual do índice de Gini.

A razão de insuficiência de renda (I) e a renda média dos pobres (m), quando submetidos apenas ao efeito do crescimento (cenário sem distribuição de renda, tabela 4.10), exibem comportamento adverso, já que sinalizam para a deterioração das condições da pobreza. Essa aparente contradição se deve a uma impropriedade dessas medidas. Recorde-se que o índice I depende tão-somente da renda média dos pobres (m) e da linha de pobreza (Z). Quanto ocorre aumentos de renda que retiram da pobreza os indivíduos com renda mais próxima de Z, a renda média dos indivíduos remanescentes declina, causando um aumento em I. Esse fenômeno está relacionado, adicionalmente, à frequência de rendas nulas na Pnad, que não foram impactadas nas simulações de crescimento realizadas na ausência do efeito distributivo.

Embora possam parecer pouco realistas à primeira vista, as simulações realizadas neste estudo mostram claramente a importância de se perseguir objetivos de crescimento sustentável e simultânea redução da desigualdade, tendo em vista a erradicação da pobreza e a elevação dos níveis de bem-estar da população num horizonte mais curto de tempo. O cenário idealizado e seus expressivos resultados ajudam a entender, em contraste, os impactos adversos provenientes de desequilíbrios macroeconômicos (inflação elevada, déficits externos, volatilidade do crescimento, etc.) e setoriais (caso da crise no mercado externo de *commodities*, para Mato Grosso) que tanto marcaram a economia brasileira e mato-grossense em várias circunstâncias dos últimos 30 anos. Como as condições reais raramente reproduziram as condições simuladas, não admira que ainda seja longa a estrada a percorrer até que se obtenham níveis de pobreza e desigualdade pelo menos à

altura das potencialidades técnicas e econômicas nacionais e regionais. Mas, considerando que os pressupostos sobre crescimento econômico e redução da desigualdade são compatíveis com a experiência recente de Mato Grosso, talvez a erradicação da pobreza no Estado seja algo factível num horizonte de 10 a 15 anos, se ainda considerarmos a contribuição potencial proveniente de políticas públicas diversas.

4.5. A difusão territorial do crescimento

Até aqui, a discussão das relações entre crescimento, desigualdade e pobreza não incorporou um aspecto importante da questão, a dimensão espacial, embora alguns elementos tenham ficado evidentes nas diferenças regionais entre as elasticidades-renda da pobreza. A presente seção procura contemplar essa lacuna, tendo em vista analisar a inclusão social do ponto de vista da sua difusão territorial. Para tanto, serão utilizados dados municipais de renda familiar *per capita* e de incidência de pobreza, ambos referidos a 1991 e 2000 e obtidos a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000)³². Novamente, a análise procurará confrontar os resultados de Mato Grosso e de Santa Catarina, tomando os municípios como unidades territoriais de referência.

Uma forma de comparar o desempenho social do crescimento consiste em analisar o comportamento dos indicadores de rendimento e pobreza em termos pessoais e espaciais, simultaneamente. Supondo que a coletividade valorize a equidade, será preferível o crescimento econômico no qual a renda dos mais pobres (Y_p) (pessoas e territórios) cresça acima da renda média (Y), o que conduziria à redução dos índices de desigualdade, em termos pessoais e territoriais.

As figuras 4.22 (Mato Grosso) e 4.23 (Santa Catarina) contêm quatro quadrantes, cada qual representando um resultado particular para as combinações (Y , Y_p) de seus municípios. No primeiro e no terceiro quadrantes estão os municípios em que as rendas de pobres e não pobres variaram na mesma direção (entre 1991/2000), apresentando crescimento real (1º quadrante) e declínio real (3º quadrante). Entretanto, apenas na parte superior do 1º quadrante (I-A), a evolução é proporcionalmente mais favorável aos pobres, já que expressa *crescimento com distribuição*. O

³² O rendimento compilado no Atlas é o rendimento familiar *per capita*; por outro lado, o estrato mais baixo para o qual essa fonte informa o valor do rendimento médio é quinto (20%) mais pobre. Por simplicidade, esse valor será considerado aqui como o rendimento médio dos “pobres”.

segundo e o quarto quadrantes representam as situações em que as rendas de pobres e não pobres apresentam comportamento oposto: no primeiro caso, a renda dos pobres cresce, mas a renda dos não pobres decresce, em termos reais. No segundo caso, a renda dos pobres declina, embora a dos não pobres cresça, traduzindo um *crescimento com concentração*. Na média, todos os casos inscritos nos quadrantes I e IV traduzem crescimento econômico, ocorrendo o contrário nos quadrantes II e III. A melhoria da situação relativa e absoluta dos pobres é representada apenas pelos quadrantes I-A e II. Por fim, cabe observar que a melhoria da situação dos pobres prevista em II ocorre em situação econômica adversa, sendo, portanto, de duvidosa sustentabilidade.

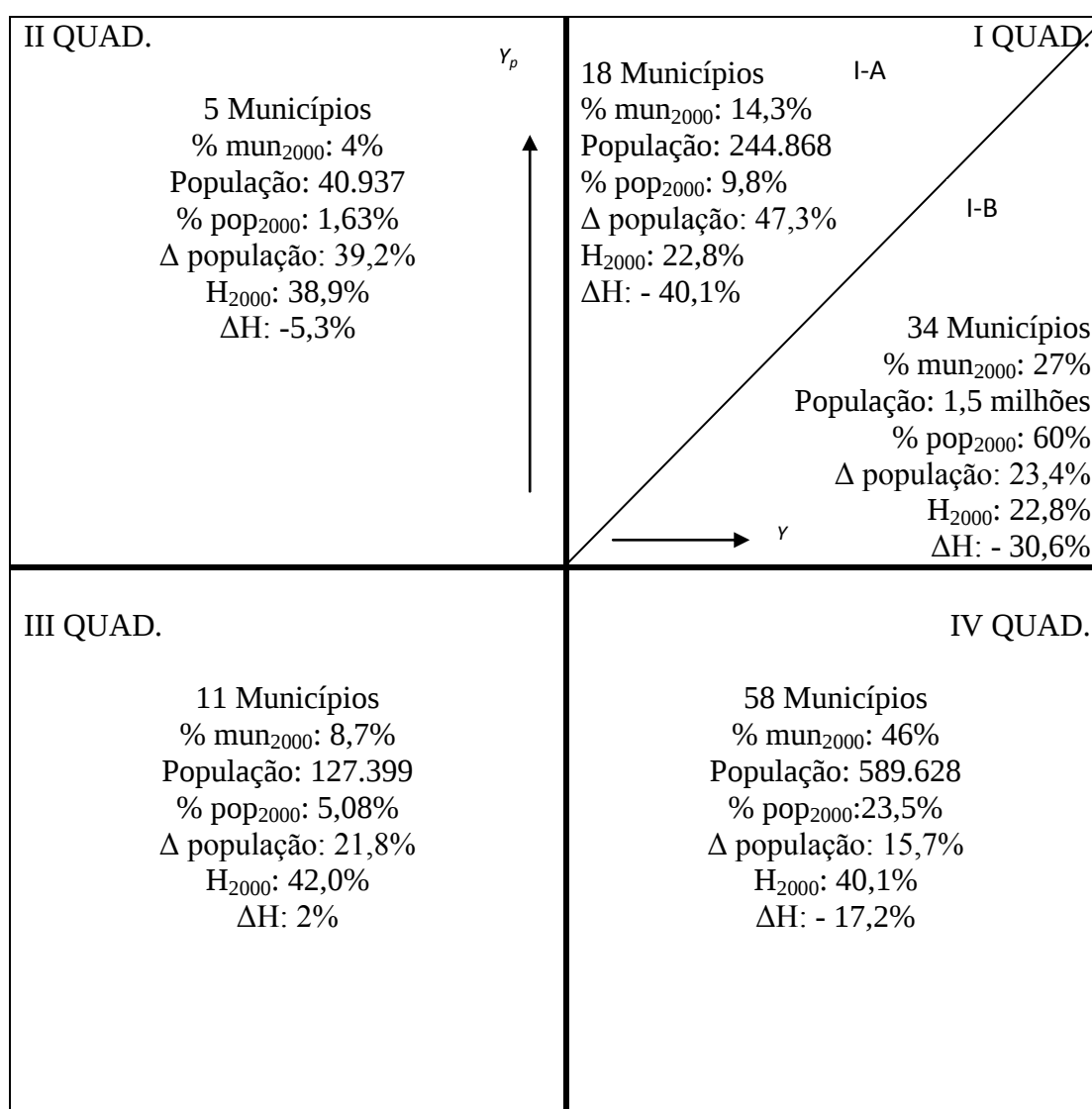


Figura 4.22. Mato Grosso: municípios, população e incidência de pobreza, conforme taxas de variação do rendimento médio global (Y) e do rendimento médio do quinto mais pobre (Y_p), 1991/2000.

Fonte: resultados da pesquisa. Dados básicos do Atlas 2000.

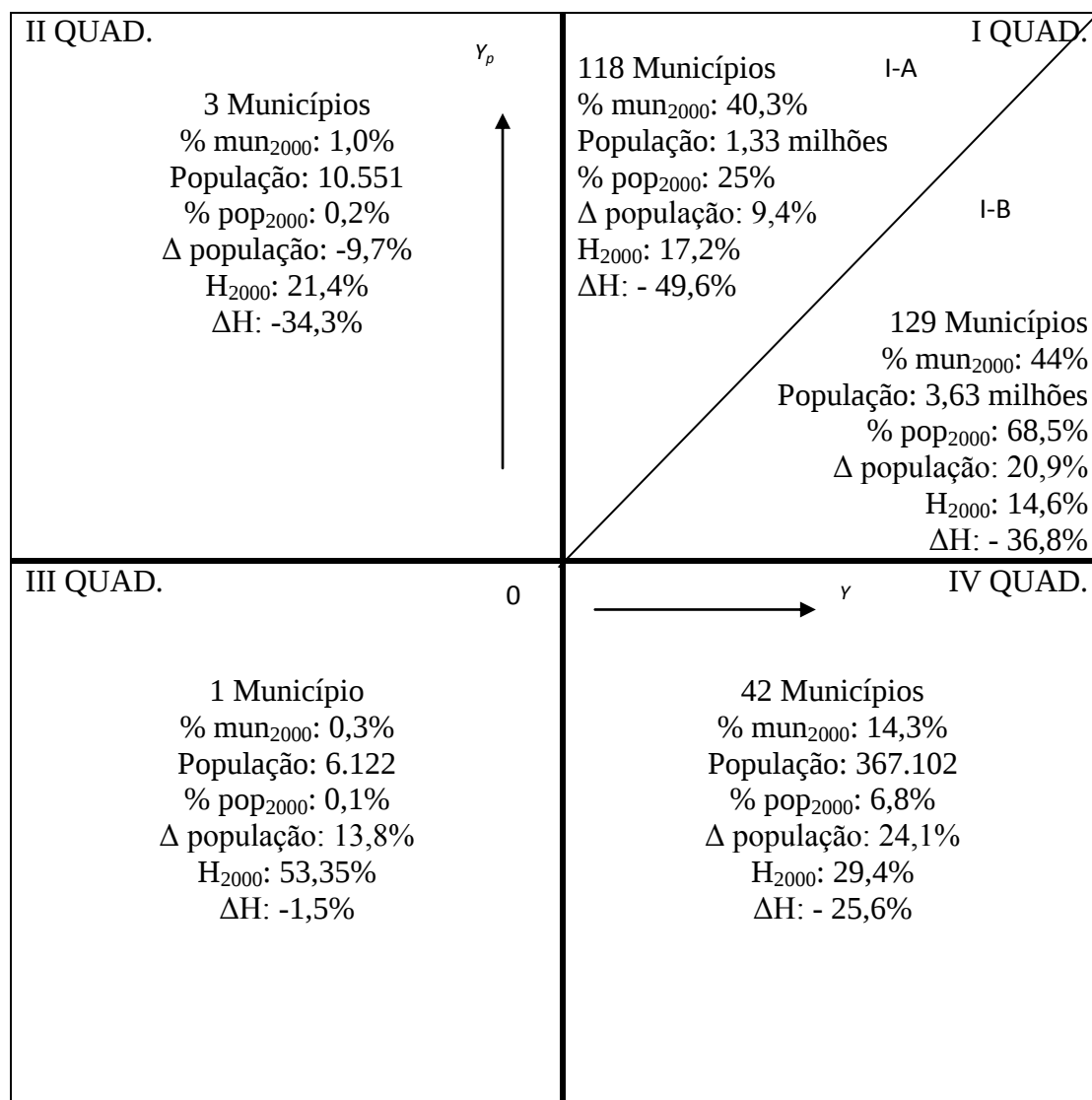


Figura 4.23. Santa Catarina: municípios, população e incidência de pobreza, conforme taxas de variação do rendimento médio global (Y) e do rendimento médio do quinto mais pobre (Y_p), 1991/2000.

Fonte: resultados da pesquisa. Dados básicos do Atlas 2000.

Comparando as figuras representativas de Mato Grosso (4.22) e Santa Catarina (4.23), observa-se maior difusão territorial do “modelo” de desenvolvimento do estado catarinense. Com efeito, Santa Catarina tem 40,3% de seus municípios (25% da população em 2000) nos casos de *crescimento com distribuição* (quadrante I-A). Nessa mesma situação Mato Grosso abriga apenas 14,3% de seus municípios (9,8% da população em 2000). Nesses municípios, a taxa de pobreza (porcentagem de

pobres) declinou 49,6% em Santa Catarina e 40,1% em Mato Grosso (variável ΔH), entre 1991 e 2000.

Em Mato Grosso, 46% dos municípios (23,5% da população) se enquadram na situação de *crescimento combinado com deterioração da renda média dos pobres* (quadrante IV). Em Santa Catarina, apenas 14,3% dos municípios (6,8% da população) estão nessa situação.

Os casos de declínio generalizado do rendimento de pobres e não pobres (quadrante III) são mais freqüentes em Mato Grosso (8,7% dos municípios e 5,8% da população) do que em Santa Catarina (0,3% dos municípios e 0,1% da população). Essa situação alcança 11 municípios de Mato Grosso e, nesse conjunto, a taxa de pobreza se elevou em 2%. Em Santa Catarina, o único município com declínio generalizado de rendimentos experimentou, ainda assim, uma leve redução da taxa de pobreza (-1,5%).

A proporção de municípios (e população) abrangidos pelo quadrante I (I-A + I-B) constitui um bom indicador da irradiação territorial dos efeitos sociais do crescimento econômico: em Mato Grosso, o crescimento econômico do período intercensitário conseguiu beneficiar pobres e não pobres em 41,3% de seus municípios, nos quais viviam, em 2000, 69,8% da população. Já em Santa Catarina, o *quadrante da prosperidade* compreende 84,3% dos municípios (93,5% da população). Esse resultado é bastante surpreendente, considerando-se a superioridade de Mato Grosso em termos de taxas de crescimento do PIB.

A Tabela 4.11 mostra como os municípios e a população dos estados de Mato Grosso e Santa Catarina se distribuem por intervalos de classe da variável incidência de pobreza (H), em 1991 e 2000. Em 1991, apresentavam incidência de pobreza abaixo de 30% 19,1% dos municípios mato-grossenses (29,7% da população) e 27,3% dos municípios catarinenses (58,6% da população). Em 2000, estavam nessa condição 34,1% dos municípios mato-grossenses (62,9% da população) e 74,4% dos municípios catarinenses (91% da população).

Tabela 4.11. Distribuição dos municípios e respectivas populações por classes de incidência da pobreza: Mato Grosso e Santa Catarina, 1991 e 2000.

Incidência de Pobreza (%)	1991				2000			
	Mato Grosso		Santa Catarina		Mato Grosso		Santa Catarina	
	Munic.	População (%)	Munic.	População (%)	Munic.	População (%)	Munic.	População (%)
0,00 a 15,0	4	2,5	19	35,5	13	10,2	72	55,1
15,0 a 30,0	20	27,2	61	23,1	30	52,7	146	35,9
30,0 a 45,0	39	37,0	100	24,8	58	26,4	60	7,2
45,0 a 60,0	43	26,7	70	12,1	25	10,8	14	1,8
60,0 ou maior	20	6,5	43	4,5	0	0,0	1	0,0
Total	126	100	293	100	126	100	293	100

Fonte: Pnud/IPEA/IBGE/FJP – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2000.

Os dados da Tabela 4.12 reforçam a evidência de que o desenvolvimento de Santa Catarina tem sido territorialmente mais equitativo. Os índices de desigualdade (L-Theil e decomposições) foram calculados para as rendas familiares *per capita* municipais. Os resultados indicam redução da desigualdade entre os municípios (LE) de ambos os estados, mas de forma bem mais pronunciada em Santa Catarina: - 26,2%, contra apenas -3,7% em Mato Grosso. No entanto, a desigualdade total (L) aumentou em ambos os estados (2,3% em Santa Catarina e 7,9% em Mato Grosso), devido ao aumento da desigualdade interna (LI), que possui grande peso no índice.

Tabela 4.12. Evolução dos indicadores de desigualdade (L-Theil) inter e intra municipal: Mato Grosso e Santa Catarina, 1991/2000.

Desigualdade de Theil	Mato Grosso			Santa Catarina		
	1991	2000	Var (%)	1991	2000	Var (%)
Intermunicipal (LE)	0,0670	0,0645	-3,7	0,0848	0,0626	-26,2
Intra-municipal (LI)	0,5640	0,6163	9,3	0,4555	0,4903	7,7
Total (L)	0,6310	0,6809	7,9	0,5403	0,5529	2,3
LE/L (%)	10,6	9,5	-10,8	15,7	11,3	-27,9

Fonte: resultados da pesquisa. Dados básicos do Atlas 2000.

Os resultados dessa subseção, ao mostrar que o “modelo” catarinense é mais exitoso em termos sociais e territoriais, apontam para a hipótese de que as características da estrutura econômica e social (diversificação da estrutura produtiva, concentração da propriedade dos fatores, nível de

desigualdade pré-existente, capital social, etc.) podem ser fatores mais decisivos dos que as “quantidades de crescimento” na determinação dos níveis de pobreza e bem-estar de determinada região.

4.6. Considerações finais

Este capítulo discutiu algumas evidências para melhor entendimento das relações entre crescimento, desigualdade e pobreza, entre 1981 e 2006. Observou-se que o desempenho econômico desse período (tanto em termos do PIB quanto do rendimento domiciliar) foi acentuadamente instável, além baixo frente aos padrões históricos da economia brasileira. Se considerarmos que, além disso, a desigualdade de renda se manteve relativamente rígida em patamares elevados, não admira que a taxa de pobreza tenha declinado para níveis que ainda colocam o Brasil (e Mato Grosso) em situação bastante desconfortável no cenário mundial, mesmo quando comparado a nações de renda *per capita* similar.

Mas, este diagnóstico geral omite algumas especificidades observadas neste estudo. A eficiência do crescimento para reduzir a pobreza, por exemplo, tem se mostrado bastante variável, no tempo e no espaço. Há indícios de que a incidência da pobreza declinou de forma mais acelerada nos períodos que comportaram maiores taxas de crescimento, estabilidade monetária, redução da desigualdade e desenvolvimento de uma rede de proteção social de maior alcance. Estas condições propícias foram observadas particularmente em 2004-2006³³. Em contraste, os anos 80 (com exceção de 1986, ano do Plano Cruzado) foram marcados por baixas taxas de crescimento, instabilidade macroeconômica e desigualdade crescente, implicando em elevada rigidez na incidência de pobreza, que oscila em patamares elevados. O período 1994-2003, que marcou o advento e consolidação do Plano Real, ocupa um lugar intermediário, onde a taxa de pobreza declina para patamares menores

³³ Como alguns dados de 2007 e 2008 já são conhecidos, pode-se estender este raciocínio para quinquênio 2004-2008, que provavelmente terá sido o mais bem sucedido em termos sociais e econômicos nos últimos 30 anos. Porém, a recente crise originada no centro do capitalismo mundial tem turvado o ambiente econômico do País e é provável que imponha reversão a esse ciclo virtuoso, embora os efeitos adversos sobre os mais pobres possam ser amenizados por conta de mecanismos mais robustos de proteção social, como o Bolsa Família e os benefícios assistenciais e previdenciários indexados ao salário-mínimo (previdência, seguro desemprego, benefícios de prestação continuada e outros).

relativamente ao observado em 1987-93. Porém, essa queda mostrou fôlego curto, provavelmente por conta das baixas taxas de crescimento de então.

A análise do rendimento domiciliar no nível dos estratos de renda, em que se confrontaram os dados de 2006 com os de outros períodos de referência, revelou que, em Mato Grosso, houve redistribuição do 10º e do 9º decis em favor dos estratos mais baixos, sendo essa redistribuição proporcionalmente mais favorável aos estratos de menor rendimento, especialmente o 1º e o 2º decis. Como foi pequena a perda relativa dos estratos mais altos e dado que houve redistribuição para os estratos intermediários, o quadro distributivo global sofreu poucas alterações. O resultado disso pode não ser perceptível para os estratos mais ricos, mas certamente houve impacto significativo para quem está na base da distribuição, cujo rendimento vinha experimentando um “crescimento chinês” no período 2004-2006.

Outra constatação importante é que os dois decis extremos (1º e 10º) são responsáveis por parcela expressiva da desigualdade e são os que se mostraram mais susceptíveis à instabilidade do rendimento. Nos oito decis intermediários (2º ao 8º decis) a desigualdade é consideravelmente baixa e o rendimento relativo tem se mostrado bastante estável ao longo do tempo.

A consideração dos aspectos espaciais na análise evidenciou que há outros fatores qualitativos que afetam a trajetória da incidência de pobreza. Por exemplo, para dada taxa de crescimento do rendimento domiciliar, o Estado de Santa Catarina (que possui a menor taxa de pobreza e a menor desigualdade de renda da federação) se mostrou um ambiente social e econômico mais favorável a um declínio mais pronunciado na pobreza. Isso ficou evidente na comparação das elasticidades-renda da pobreza. Além disso, confrontado com Mato Grosso, o Estado catarinense foi mais bem sucedido em desconcentrar a renda em termos inter-regionais, ao longo dos anos 90. Esses resultados sugerem que uma sociedade economicamente mais diversificada e socialmente menos desigual, embora seja objetivo último do desenvolvimento, é também condicionante dele.

As simulações do rendimento sob determinadas hipóteses de desigualdade e crescimento evidenciaram o quanto é importante perseguir objetivos de crescimento sustentável e simultânea redução da desigualdade ao longo do tempo. Elas mostraram, por exemplo, que se Mato Grosso crescesse 2,87% ao ano (rendimento domiciliar *per capita*), tal como em 1995-2006, e a desigualdade de Gini diminuísse em 2% ao ano, tal como em 2002-2006, a pobreza seria praticamente erradicada num horizonte de 10 a 15 anos, dependendo da linha de pobreza utilizada

(R\$ 120,00 ou R\$ 175,00, em valores de setembro de 2006). Mas, para chegar a esse resultado o Estado terá que buscar um desenvolvimento econômico mais diversificado e menos dependente (menos instável) e fortalecer suas políticas públicas redutores da desigualdade, notadamente em educação, transferência de renda, saúde e infra-estrutura social (saneamento e habitação).

CAPÍTULO 5. TRANSFERÊNCIAS DE RENDA, DESIGUALDADE E POBREZA

O objetivo desse capítulo é analisar a contribuição das transferências de renda na determinação dos níveis de rendimento, pobreza e desigualdade em Mato Grosso, em 2006. O capítulo está dividido em três seções: na seção 5.1 faz-se um levantamento da contribuição da renda do trabalho e demais fontes na formação do rendimento domiciliar; na seção 5.2 examinam-se os níveis de rendimento, pobreza e desigualdade na presença e na ausência das demais fontes (transferências governamentais, juros, aluguéis, etc.). Isto é feito comparando-se o perfil distributivo em duas variáveis de rendimento obtidas direta e indiretamente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2006, a saber: “rendimento domiciliar *per capita* de todas as fontes” e o “rendimento domiciliar *per capita* de todos os trabalhos”. A seção 5.3 apresenta as considerações finais.

5.1. Formação do rendimento domiciliar: a contribuição do trabalho e de outras fontes

O trabalho é a principal e mais importante fonte de rendimento numa perspectiva de redução sustentável da desigualdade e da pobreza³⁴. As transferências assistenciais de renda são medidas compensatórias frente a um mercado de trabalho incapaz de gerar plena ocupação e/ ou que

³⁴ Não apenas pela taxa de ocupação, nível e distribuição do rendimento, mas também pelo conjunto de normas que regulam o mercado de trabalho formal e asseguram outros benefícios aos que dele participam. Condição para fruição dos direitos sociais básicos, sem os quais se compromete a própria cidadania, o trabalho é o mais regulado dos mercados. Exigem-se contratos formais de trabalho; remuneração mínima (salário mínimo); férias remuneradas; descanso semanal; décimo terceiro salário; adicionais por trabalho noturno e insalubre; licença maternidade; multas por rescisões sem justificativas; recolhimento compulsório a fundos destinados a amparar o indivíduo na velhice, em condições adversas de saúde, em situação de desemprego ou simplesmente para fazer poupança forçada (fundo de previdência, seguro desemprego e fundo por tempo de serviço), dentre outros direitos. É por meio dessas instituições – sobre as quais pairam questionamentos crescentes, sobretudo de certo liberalismo tardio – que o estado do bem estar social produziu o “milagre” da inclusão e da proteção social na modernidade capitalista. É bem verdade que, nos países desenvolvidos, a economia alcançou níveis de produtividade à altura para custear esse sistema de proteção para o conjunto de suas populações. Pode não ser esta a realidade dos países não desenvolvidos, como o Brasil. Basta ver que, por aqui, essa modernidade é do conhecimento de menos da metade da população.

remunera de forma insuficiente e muito desigual os que dele participam. Isso não quer dizer que o mercado de trabalho seja a fonte de problemas como desigualdade e pobreza. Como muitos estudos apontam, o mercado de trabalho mais transmite do que gera desigualdade. Esta é uma boa notícia, porque, atacadas as causas da desigualdade em suas origens, o mercado de trabalho repercutirá a mudança através da redução da desigualdade de renda. Uma das vantagens de se estudar o mercado de trabalho é que por meio de seus sinais (como preços e ocupação) são reveladas e traduzidas características importantes da vida social e econômica³⁵.

No capítulo 1 observou-se que os índices de pobreza e desigualdade vêm declinando em Mato Grosso, como no Brasil. Há evidências de que tanto o mercado de trabalho como as transferências governamentais (que incluem previdência, benefícios de prestação continuada e Bolsa-família) têm contribuído para esses resultados. A participação das fontes do trabalho na formação do rendimento domiciliar total em Mato Grosso tem oscilado levemente em torno 82%, desde 2002. Mas, conforme tabela 5.1 e figura 5.1, os índices de desigualdade do rendimento de todos os trabalhos vêm declinando. Entre 2002 e 2006, a desigualdade de Gini no mercado de trabalho reduziu em 8,8%, de 0,5501 para 0,5017. No mesmo período, a razão entre as médias do rendimento dos 40% mais pobres (40%⁻) e dos 10% mais ricos (10%⁺) aumentou em 29,5%, de 6,1% para 7,9%.

Tabela 5.1. Desigualdade de rendimento de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo: Mato Grosso, 1996 e 2002-2006.

Ano	Índice e Gini	Razão de renda (40% ⁻ /10% ⁺) (%)
1996	0,5537	5,9
2002	0,5501	6,1
2003	0,5066	7,6
2004	0,5089	7,6
2005	0,4826	8,8
2006	0,5017	7,9

Fonte: elaboração própria a partir da Pnad de vários anos.

³⁵ O capítulo 6 é dedicado a uma análise mais detalhada do mercado de trabalho em Mato Grosso.

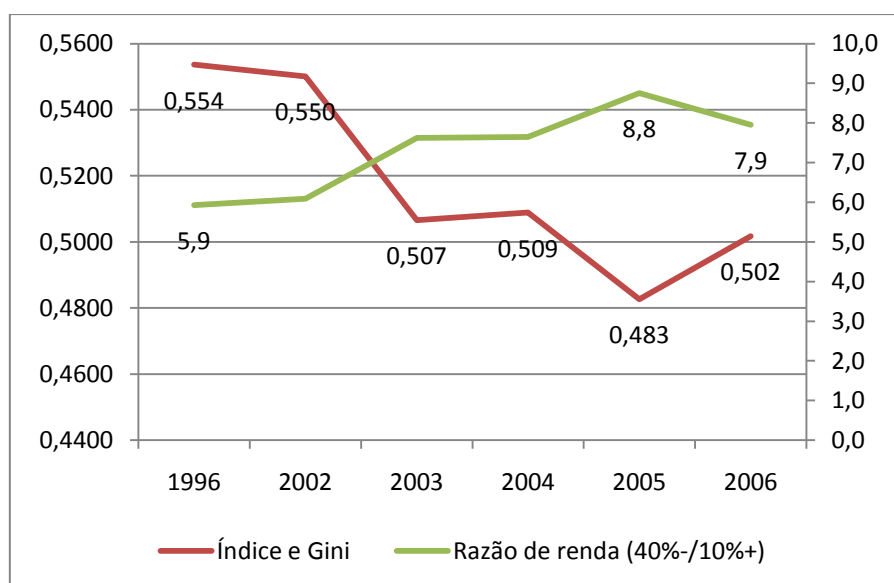


Figura 5.1. Evolução do índice de Gini e da razão entre as rendas médias dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos: Mato Grosso, 1996 e 2002-2006 (renda de todos os trabalhos da população de 10 anos ou mais com rendimento do trabalho não nulo).

Fonte: tabela 5.1. Nota: razão 40%- /10%+ é mostrada no eixo à direita (em %).

As rendas individuais do trabalho não são as mais adequadas quando o interesse está em se estudar as relações entre mercado de trabalho, pobreza e bem-estar. Para este fim, é mais apropriado tomar-se o rendimento *domiciliar* do trabalho, que consiste na agregação do rendimento de todos os trabalhos dos membros do domicílio. Como essa informação não está diretamente disponível na Pnad, definiu-se a variável “rendimento domiciliar *per capita* de todos os trabalhos”, somando-se a renda de todos os trabalhos dos membros do domicílio e dividindo-se o resultado pelo número desses membros. Essa seria, aproximadamente, a renda disponível a todos os domicílios, caso fossem subtraídas todas as outras fontes de renda, entre as quais as transferências governamentais, juros e aluguéis.

A tabela 5.2 mostra a participação das principais fontes na formação do rendimento domiciliar em Mato Grosso, em 2006. Considerando toda a população do Estado, as fontes de trabalho contribuíram para 83,8% do rendimento domiciliar total, sendo que a participação do trabalho principal foi de 62,3%. As demais fontes (como previdência, Bolsa-família, juros e aluguéis) responderam por 16,2% do rendimento domiciliar. Observa-se que as demais fontes representam para os grupos extremamente pobres e pobres, respectivamente, 21% e 19,1% do rendimento

domiciliar, o que demonstra que eles são bastante dependentes das transferências governamentais, supondo-se que a ocorrência de rendas de juros e aluguéis seja desprezível nestes grupos. Entre os mais pobres é maior, também, a recorrência a formas variadas de trabalho, muito provavelmente pela necessidade de complementar os baixos rendimentos. Na faixa de rendimento de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita*, os demais trabalhos respondem por 33,9% do rendimento domiciliar; nos domicílios com renda *per capita* acima de 5 salários mínimos a contribuição das demais trabalhos é de apenas 13,6%. Esses resultados sugerem que entre os mais pobres os baixos rendimentos estão associados com formas mais precárias de ocupação³⁶, cuja razão deve estar relacionada, em parte, com o menor preparo intelectual e profissional para competir pelas melhores opções no mercado de trabalho.

Tabela 5.2. Formação do rendimento domiciliar *per capita*, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita* e as fontes de rendimento: Mato Grosso, 2006 (%).

Classes de Rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Contribuição para o rendimento domiciliar <i>per capita</i> (%)				
	Trabalho principal (A)	Demais trabalhos (B)	Todos os trabalhos (A+ B)	Demais fontes (C)	Total (A+B+C)
Até $\frac{1}{4}$ salário mínimo	45,1	33,9	79,0	21,0	100,0
Mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salário	53,1	27,8	80,9	19,1	100,0
Mais de $\frac{1}{2}$ até 1 salário	54,6	28,8	83,4	16,6	100,0
Mais de 1 até 2 salários	59,3	24,7	84,0	16,0	100,0
Mais de 2 até 3 salários	63,4	21,1	84,5	15,5	100,0
Mais de 3 até 5 salários	66,6	16,4	82,9	17,1	100,0
Mais de 5 salários	71,2	13,6	84,8	15,2	100,0
Total	62,3	21,5	83,8	16,2	100,0

Fonte: elaboração própria a partir da Pnad de 2006.

³⁶ Em estudo sobre o mercado de trabalho, Barros *et al* (2000c) observam que a pobreza não está associada com alto desemprego, mas com o fato de que os empregos dos pobres são empregos ruins. Pode-se criticar essa afirmação argumentando que a diferença entre desemprego e emprego ruim seja de ordem semântica...

5.2. Impactos das transferências de renda sobre a pobreza e a desigualdade

O peso representando pela renda de todos os trabalhos não elimina a importância das demais fontes na determinação da incidência de pobreza e dos níveis de desigualdade. É possível aferir isso simulando o que ocorreria com os níveis de rendimento, com a incidência de pobreza e com a desigualdade de renda na ausência das “demais fontes”, isto é, supondo-se que os rendimentos domiciliares se limitassem à fonte “todos os trabalhos”, excluindo, portanto, as transferências governamentais (previdência, Bolsa-família e outros benefícios assistenciais) e as rendas provenientes de juros e aluguéis.

A tabela 5.3 mostra como a distribuição da população por classes de renda se alteraria. Verifica-se a ocorrência de fortes descolamentos populacionais em direção à base da distribuição. A população no estrato de menor rendimento domiciliar *per capita* (até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo) seria ampliada de 9,2% para 19,6%; e a população com rendimento domiciliar até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* passaria de 30,6% para 40,5%. Numericamente, a população com rendimento domiciliar *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ s.m. passaria de 889,9 mil para 1,17 milhões³⁷.

Tabela 5.3. Distribuição da população por classe de rendimento domiciliar *per capita*, segundo a fonte de rendimento: Mato Grosso, 2006.

Classe de rendimento	Fonte do rendimento domiciliar <i>per capita</i>				b/a (%)
	Todas as fontes		Todos os trabalhos		
	(a) %	% Acum	(b) %	% Acum	
Até ¼ salário mínimo	9,2	9,2	19,6	19,6	112,5
Mais de ¼ até ½ salário	21,4	30,6	20,9	40,5	-2,3
Mais de ½ até 1 salário	33,4	64,0	30,6	71,2	-8,4
Mais de 1 até 2 salários	22,1	86,1	17,6	88,8	-20,3
Mais de 2 até 3 salários	6,8	92,9	5,5	94,3	-18,0
Mais de 3 até 5 salários	3,3	96,2	2,6	96,9	-23,0
Mais de 5 salários	3,8	100,0	3,1	100,0	-17,3
Total	100,0		100,0		

Fonte: elaboração própria a partir da Pnad de 2006

³⁷ Estudo do Ipea (Ipea, 2008) para o Brasil revelou que sem as rendas de *aposentadorias e pensões* (apenas) a taxa de pobreza em 2006 seria de 45%, em lugar dos 34% obtidos na presença de tais rendas; em termos absolutos, haveria 20,19 milhões de pobres a mais na população.

Os impactos sobre os indicadores de pobreza são mostrados na tabela 5.4, considerando duas linhas de pobreza mais usuais. Para uma linha de pobreza fixada em R\$ 120,00, a incidência de pobreza aumentaria de 16,1% para 26,7%; os índices de pobreza de Sen (P) e de FGT (2) seriam 134,6% e 298,4% maiores, respectivamente; a renda média dos pobres seria 26,7% inferior. Se a linha de pobreza considerada for R\$ 175,00 ($\frac{1}{2}$ salário mínimo de setembro de 2006), a incidência de pobreza seria 38,1% em lugar de 28,0%; e os índices de Sen e FGT (2) seriam 78,7% e 156,8% maiores, respectivamente. Em termos numéricos, pode-se concluir que as transferências governamentais realizadas através da previdência e da assistência social são suficientes para evitar que aproximadamente 292,9 mil pessoas³⁸ vivam em condição de pobreza em Mato Grosso (se adotarmos $\frac{1}{2}$ salário mínimo como linha de pobreza).

Tabela 5.4. Indicadores de pobreza segundo as fontes do rendimento domiciliar *per capita* e a linha de pobreza (Z): Mato Grosso, 2006.

Indicadores	Z = R\$ 120,00		Z = R\$ 175,00 (1/2 SM)	
	Todas as fontes	Fontes do trabalho	Todas as fontes	Fontes do trabalho
G*	0,2401	0,4300	0,2335	0,3809
H	0,1611	0,2670	0,2803	0,3812
m	75,74	55,46	105,21	82,45
I	0,3688	0,5378	0,3988	0,5289
P	0,0838	0,1966	0,1511	0,2700
FGT (2)	0,0241	0,0960	0,0480	0,1232

Fonte: resultados da pesquisa com base na Pnad de 2006.

Os efeitos sobre os níveis de rendimento médio são mostrados na tabela 5.5. A última coluna (A+B+C) expressa a média do rendimento domiciliar *per capita* de cada classe de renda. Nota-se que em todas as classes de renda há contribuição das demais fontes para a formação do rendimento domiciliar. No conjunto da população as fontes complementares representaram um aporte médio de R\$73,5 por pessoa, no mês de setembro de 2006.

³⁸ Considerando a mais recente estimativa do IBGE, que aponta uma população de 2.905.776 habitantes para 2006, em Mato Grosso.

Tabela 5.5. Formação do rendimento domiciliar *per capita* médio, segundo as classes de rendimento e a fonte de rendimento: Mato Grosso, 2006 (em R\$ de set./2006).

Classes de Rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Fontes e suas contribuições para o rendimento domiciliar <i>per capita</i> (R\$)				
	Trabalho principal (A)	Demais trabalhos (B)	Todos os trabalhos (A+ B)	Demais fontes (C)	Total (A+B+C)
Até ¼ salário mínimo	24,3	18,3	42,6	11,3	53,9
Mais de ¼ até ½ salário	72,0	37,7	109,7	26,0	135,7
Mais de ½ até 1 salário	141,7	74,8	216,5	43,0	259,5
Mais de 1 até 2 salários	292,2	121,9	414,2	78,7	492,9
Mais de 2 até 3 salários	543,1	180,3	723,4	133,0	856,4
Mais de 3 até 5 salários	881,8	216,6	1.098,4	226,3	1.324,7
Mais de 5 salários	2.325,6	444,9	2.770,5	494,8	3.265,3
Total	283,4	97,9	381,3	73,5	454,8

Fonte: elaboração própria a partir da Pnad de 2006; Nota: salário mínimo = 350,00 (set.2006).

O impacto sobre a desigualdade pode ser verificado através da Curva de Lorenz e do índice de Gini. A figura 5.2 mostra as curvas de Lorenz para as distribuições do rendimento domiciliar *per capita* de todas as fontes e de todos os trabalhos. Observa-se que a curva de Lorenz para o rendimento domiciliar *per capita* de todos os trabalhos se encontra à direita, indicando maior desigualdade. Nota-se, ainda, que a distância horizontal entre as duas curvas é maior na base da distribuição, sugerindo que o agravamento da desigualdade se deve a perdas mais pronunciadas entre os mais pobres. O índice de Gini correspondente à renda domiciliar *per capita* de todos os trabalhos é 0,5693³⁹, ou 7,7% superior ao Gini medido em todas as fontes de renda, que é de 0,5284⁴⁰.

A tabela 5.6 é um resumo das curvas de Lorenz e evidencia o que ocorre com a participação de cada décimo da distribuição (decil) nas respectivas fontes de rendimento. Conforme se vê na coluna “variação”, ocorrem perdas relativas de renda nos seis primeiros decis, mas é no decil mais pobre (1º) que essa perda é mais pronunciada (85,1%, de 1,2% para 0,2%). Verifica-se que o efeito é neutro sobre sétimo decil, enquanto que os três últimos decis (mais “ricos”) melhoraram suas posições relativas, já que perdem proporcionalmente menos do que os demais. São os extremos da

³⁹ Observa-se que a desigualdade do rendimento do trabalho é menor nas rendas *individuais* (conforme tabela T.1) do que nas rendas domiciliares *per capita*. Isso se deve ao fato de que, provavelmente, os domicílios mais pobres têm maior número de pessoas sem rendimento e/ ou com rendimento mais baixo, relativamente à média. Quando se agregam as rendas individuais do trabalho de cada domicílio e se divide o resultado pelo número de componentes, as rendas domiciliares *per capita* dos pobres se afastam para baixo, ocorrendo o oposto com as rendas dos mais ricos. Esse resultado sugere que uma eventual convergência do padrão demográfico das famílias (tamanho e proporção de adultos e adultos ocupados) pode contribuir para a redução da desigualdade, ainda que modestamente.

⁴⁰ Segundo o citado estudo do Ipea (Ipea, 2008), somente as aposentadorias e pensões reduzem o índice de Gini em 6,9%, considerando o Brasil como um todo (resultados de 2006).

distribuição que captam as maiores diferenças entre as duas fontes de rendimento (tabela 5.7.): a razão entre a renda média dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos é de 2,9% para todas as fontes de renda e de ínfimos 0,41% para a fonte “todos os trabalhos”. Noutros termos, se o trabalho fosse a única fonte de renda das famílias, a renda de um indivíduo entre os 10% mais rico seria 242 vezes maior do que a de outro indivíduo pertencente aos 10% mais pobres (em média). A existência das transferências de renda (previdência, Bolsa Família e outras) faz com que essa relação seja reduzida a 34,5 vezes.

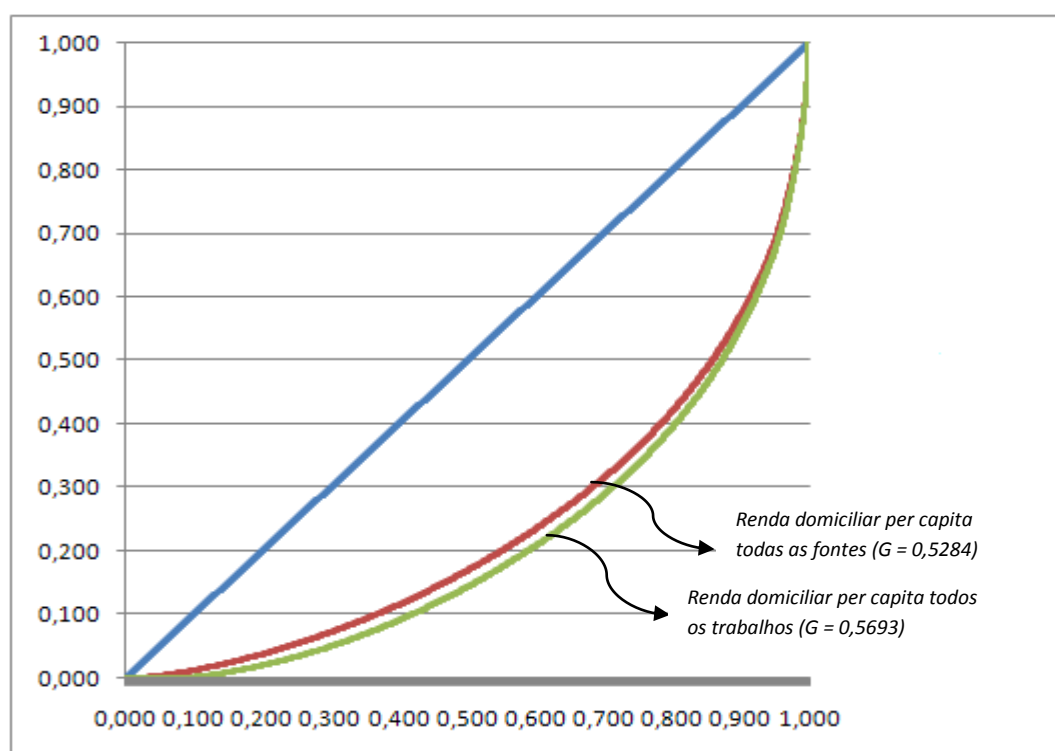


Figura 5.2. Curvas de Lorenz para o rendimento domiciliar *per capita* (todas as fontes e todos os trabalhos): Mato Grosso, 2006.

Fonte: elaboração própria a partir da Pnad de 2006.

Tabela 5.6. Distribuição e variação do rendimento por décimos da distribuição, segundo a fonte do rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 2006.

Decil	Fonte do rendimento domiciliar				Variação b/a (%)
	Todas as fontes		Todos os trabalhos		
	% (a)	% acum	% (b)	% acum	
1º	1,2	1,2	0,2	0,2	-85,1
2º	2,5	3,8	1,8	2,0	-27,4
3º	3,5	7,2	3,0	5,0	-14,7
4º	4,3	11,5	4,1	9,1	-4,2
5º	5,4	16,9	5,2	14,3	-3,0
6º	6,5	23,5	6,5	20,8	-0,8
7º	8,1	31,5	8,1	28,9	0,0
8º	10,5	42,0	10,6	39,5	1,3
9º	15,1	57,1	15,6	55,1	3,1
10º	42,9	100,0	44,9	100,0	4,8
Soma	100,0		100,0		

Fonte: elaboração própria a partir da Pnad de 2006.

Tabela 5.7. Razões entre o rendimento médio domiciliar *per capita*, segundo a fonte de rendimento: Mato Grosso, estratos selecionados (2006).

Estratos	Razões de renda (%)	
	Todas as fontes	Todos os trabalhos
10%-/10%+	2,91	0,41
20%-/10%+	4,38	2,24
20%-/20%+	6,48	3,32
40%-/10%+	6,73	5,06

Fonte: elaboração própria a partir da Pnad de 2006.

5.3. Considerações finais

Este capítulo destacou a importância das transferências governamentais na determinação dos índices de desigualdade e de pobreza em Mato Grosso. Os rendimentos provenientes do trabalho respondem por 83,8% da renda domiciliar *per capita* no Estado. Essa expressiva participação faz

com que o comportamento do mercado de trabalho seja proeminente na determinação dos níveis de desigualdade e pobreza. Conforme visto, há uma forte concentração dos rendimentos do trabalho. Entretanto, entre 2002 e 2006 a desigualdade observada no mercado de trabalho para os rendimentos individuais diminuiu em 8,8% pelo índice de Gini, o que sinaliza para um contexto de redução estrutural da pobreza e da desigualdade. Constatou-se também que os grupos mais pobres recorrem mais intensamente a formas “extras” de trabalho, onde buscam complementar seus baixos rendimentos⁴¹.

Desprezando-se a ocorrência de juros e aluguéis como fonte de rendimento entre os pobres, constatamos que as transferências governamentais evitam que 10,1% da população de Mato Grosso (281,3 mil pessoas) vivam com rendimento abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*. Além disso, em função delas a desigualdade do rendimento domiciliar *per capita*, medida pelo índice de Gini, se reduz em 7,2%, de 0,5693 para 0,5284. Esses efeitos expressivos para um montante relativamente modesto de renda talvez possam ser atribuídos ao bom nível de focalização alcançado pela previdência social e pelo programa Bolsa Família na base da distribuição. A progressiva recuperação do salário mínimo nos últimos anos seguramente potencializou o efeito da previdência e de outros programas de transferência indexados no salário mínimo oficial⁴².

O caminho para a redução sustentável da pobreza em Mato Grosso (como no Brasil) passa necessariamente pela redução mais pronunciada da desigualdade no mercado de trabalho, mediante aumento da produtividade e da empregabilidade dos pobres em ocupações de melhor qualidade e maior remuneração. Num contexto de crescimento econômico, a redução da desigualdade no mercado de trabalho pressupõe que o rendimento dos pobres cresça de forma mais acelerada do que o rendimento médio. Isso requer um *mix* de políticas que combinem investimentos nos pobres com

⁴¹ Esses trabalhos “extras” contribuem para a redução da desigualdade e da pobreza. Uma forma de ver isso é ter em conta que a desigualdade de renda medida na fonte “rendimento domiciliar *per capita* do trabalho principal”, através do índice de Gini, atinge a impressionante cifra de 0,5924. Como o Gini na fonte “rendimento domiciliar *per capita* de todos os trabalhos” é 0,5693 e o Gini na fonte “rendimento domiciliar *per capita* de todas as fontes” é 0,5284, tem-se o seguinte: os trabalhos “extras” reduzem o Gini em 0,0231 pontos (0,5924 menos 0,5693); as “demais fontes” o reduzem em 0,0409 pontos (0,5693 menos 0,5284). Assim, a redução da desigualdade entre o trabalho principal e todos os trabalhos é de 3,9%, ao passo que a redução da desigualdade entre todos os trabalhos e todas as fontes é de 7,2%. Admitindo que os juros e aluguéis operam no sentido de aumentar a desigualdade (pois são fontes de renda dos grupos de maior rendimento), é possível que a parcela de redução na desigualdade atribuída à previdência social e ao Bolsa-família seja superior a 7,2%.

⁴² O salário mínimo real de 2008 foi superior a qualquer outro valor observado nos últimos 26 anos. Tomando alguns sub-períodos, têm-se os seguintes valores médios, computados de janeiro a dezembro: 1981-1985: R\$ 330,52; 1986-1993: R\$ 244,80; 1994-2003: R\$ 261,35; 2004-2008: R\$ 372,00; 2006: R\$ 383,50; 2008: R\$ 419,20 (preços de dezembro de 2008, corrigidos pelo INPC) (Ipeadata, www.ipea.gov.br, consultado em janeiro de 2009). A maior formalização do mercado de trabalho e as transferências governamentais indexadas ao salário mínimo amplificaram o impacto dos ganhos observados no período mais recente.

incentivo ao desenvolvimento de setores que demandem mais intensamente a sua mão-de-obra e que lhes ofereçam bens e serviços a custos decrescentes.

CAPÍTULO 6. PARTICIPAÇÃO, RENDIMENTO E DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho, sobretudo no Brasil, espelha profundas desigualdades em vários planos de análise, tais como gênero, etnia, idade, escolaridade, região e setor de ocupação, dentre outros. Na medida em que determinadas características sócio-demográficas estão associadas com probabilidades maiores ou menores para baixos (ou altos) rendimentos, a conexão de tais características com as condições de desigualdade e pobreza é imediata (dada a definição desta com insuficiência de renda).

O objetivo deste capítulo é analisar a relação entre algumas características sócio-demográficas e o nível de rendimento e de desigualdade no mercado de trabalho em Mato Grosso, em 2006. O universo de análise se limita às pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo na fonte “todos os trabalhos”, segundo a Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2006. A população estudada foi dividida em categorias sócio-demográficas mais homogêneas, para as quais foram analisados os correspondentes indicadores de rendimento e desigualdade. Dentre as classificações utilizadas, cabe destacar as categorias “gênero”, “idade”, “escolaridade” e “cor ou raça”, objetos de maior atenção. A análise para as categorias “gênero” e “cor” foi detalhada segundo a idade e a escolaridade, na perspectiva de que tais atributos pudessem gerar grupos populacionais mais homogêneos em termos de rendimento.

A escolha da idade como uma das variáveis de referência se deve ao fato de que as pessoas possuem um ciclo produtivo ao longo do qual ocupação e renda variam. Além disso, cada grupo etário repercute o seu próprio tempo sócio-histórico: as gerações mais velhas, por exemplo, não contam apenas o tempo do presente, mas as escolhas, possibilidades e limites do passado. Finalmente, do ponto de vista do mercado de trabalho a idade pode ser tomada como um “vetor” por meio do qual se expressam atributos como “experiência” e “conhecimento”, os quais influenciam o rendimento, variável sob análise. A escolha da escolaridade, por sua vez, pode ser justificada pela importância a ela atribuída na determinação dos níveis de rendimento (e sua distribuição) por toda uma escola de pensamento que se apóia nos postulados básicos da Teoria do Capital Humano (TCH).

O capítulo está dividido em seis seções. As seções 6.1 e 6.2 analisam a desigualdade de gênero, destacando a influência do fator etário (seção 6.1) e da escolaridade (6.2). As seções 6.3 e 6.4 são dedicadas à análise da desigualdade étnica, igualmente detalhada em termos da idade (6.3) e da escolaridade (6.4). A seção 6.5 discute a evolução recente da desigualdade educacional no mercado de trabalho, entre 1996 e 2006; a seção 6.6 apresenta as considerações finais, procurando refletir sobre os efeitos de outras categorias (setor de atividade, posição na ocupação, situação do domicílio, etc.) no comportamento da desigualdade no mercado de trabalho de Mato Grosso.

6.1. Participação, rendimento e desigualdade de gênero (I): o peso das gerações

Antes de tratar de rendimento e desigualdade propriamente, convém verificar algumas características de participação no mercado de trabalho⁴³. Isto porque o mercado de trabalho pode ser considerado um jogo competitivo no qual as informações sobre quem está incluído ou excluído não podem ser ignoradas. Como era de se esperar, a participação no mercado de trabalho tem o formato de um “U” invertido no atributo idade, tanto para homens como para mulheres, e atinge seu valor máximo entre 30 e 49 anos (figura 6.1). A segunda característica marcante é que a participação feminina é ainda bem inferior à masculina (35,1% contra 66,5%), mas essa diferença tende a ser menor nas gerações mais jovens. No grupo de 10 a 19 anos a participação feminina alcança 68,9% da participação masculina, mas na população com mais de 60 anos essa relação cai para 18,3%. Uma terceira observação a ser ressaltada é que a participação dos jovens nas atividades remuneradas é inferior a sua representatividade na população (comparem-se a segunda e a terceira colunas da tabela 6.1), provavelmente porque muitos deles estão estudando (não integram a PEA) e também porque enfrentam maiores dificuldades de obter colocação no mercado. Mas, o que mais chama a atenção é que, entre todas as faixas de idade mais relevantes para a atividade produtiva (20 a 49 anos), a máxima participação que as mulheres alcançam é de 52,6%, na faixa etária de 30 a 39 anos. Neste mesmo grupo etário a participação masculina é de 92,2%.

⁴³ O termo participação é aqui utilizado para denotar a proporção dos que possuem rendimento declarado e não nulo, relativamente ao universo das pessoas de 10 anos ou mais.

Tabela 6.1. População de 10 anos ou mais com rendimento (todos os trabalhos) e taxa de participação, segundo a faixa etária e o sexo: Mato Grosso, 2006.

Idade	Representatividade do grupo etário (%)		Taxa de participação (%)			
	Na população > = 10 anos	Na pop > = 10 anos com rendimento	Homens	Mulheres	Toda a população	M/H (%)
10 a 19 anos	24,5	9,0	22,1	15,2	18,8	68,9
20 a 29 anos	22,1	26,7	80,5	43,7	61,3	54,3
30 a 39 anos	18,9	27,1	92,2	52,6	73,0	57,1
40 a 49 anos	14,8	20,4	89,9	49,4	70,1	55,0
50 a 59 anos	10,0	11,5	82,4	34,0	58,4	41,2
60 anos ou mais	9,6	5,3	46,7	8,5	28,3	18,3
Todos	100,0	100,0	66,5	35,1	50,9	52,8

Fonte: elaboração própria, com base na Pnad de 2006.

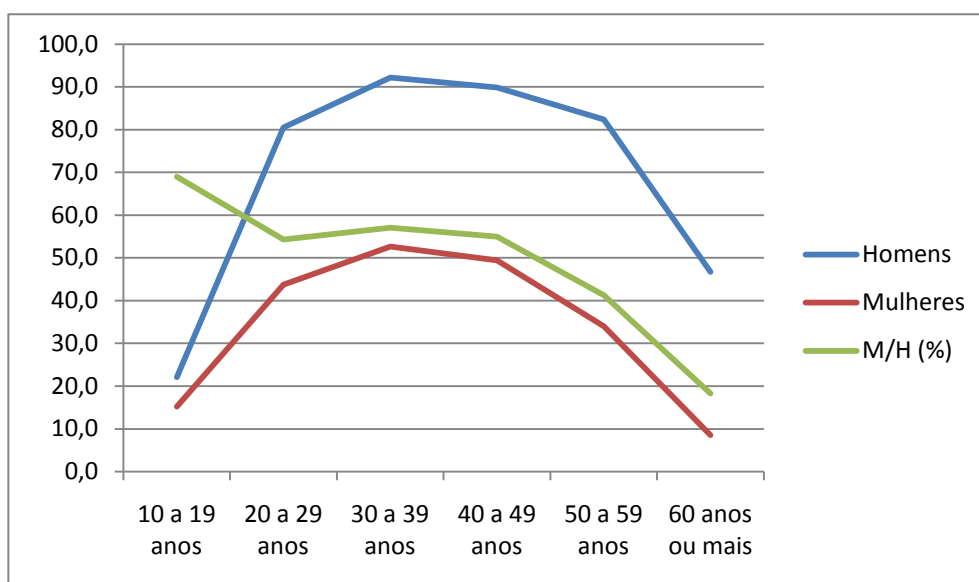


Figura 6.1. Taxas de participação das pessoas de 10 anos ou mais no mercado de trabalho com rendimento, segundo os grupos de idade e o sexo (Mato Grosso, 2006).

Fonte: tabela 6.1.

Vejamos, agora, a situação do rendimento. Conforme tabela 6.2, o rendimento das mulheres é inferior e equivale a 66,7% do rendimento dos homens⁴⁴, mas essa diferença é menor nas novas

⁴⁴ Evidentemente, a contribuição das mulheres para a formação do rendimento não faz jus à contribuição econômica e social que elas representam. Por uma razão muito simples: os trabalhos domésticos e o cuidado com a família – de grande importância na formação do capital humano e social e ainda predominantemente sob responsabilidade das mulheres – não são precificados e, por isso, não aparecem na contabilidade de rendimentos. A menor dedicação à

gerações. A desigualdade de rendimento entre homens e mulheres ao longo das várias gerações está representada pela linha descendente na figura 6.2, cujos valores são mostrados no eixo secundário (eixo à direita). A figura 6.2 mostra, ainda, que o rendimento das mulheres frente à idade segue nitidamente a forma de um “U” invertido, com os valores máximos ocorrendo nas mesmas faixas etárias nas quais a participação também é máxima. O mesmo não ocorre com os homens, cujo rendimento alcança os maiores valores médios na geração acima dos 60 anos. Observa-se que na geração com mais de 60 anos o rendimento das mulheres é apenas 32,0% daquele obtido pelos homens; entre os mais jovens essa relação é de 76,8%. Como o exercício de atividade remunerada e a média de rendimento são menores entre os jovens, a posição relativa das mulheres nesse grupo etário pouco contribui para a redução da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Esses resultados sugerem que as mulheres – sobretudo as de gerações mais velhas - são economicamente mais dependentes do que os homens das gerações correspondentes. Vale ressaltar que as gerações mais velhas são herdeiras de uma época em que a inserção das mulheres no mercado de trabalho era ainda muito inferior e possivelmente de pior qualidade do que a atual. Nessa herança certamente se inclui uma divisão mais rígida de papéis entre homens e mulheres. O fato é que esse passado deve estar muito presente nas condições de vida dessas gerações⁴⁵.

família pela busca de maior rendimento envolve um *trade off* em que só se conhece uma lado da equação. Por isso, não se deve tomar como algo *inerentemente* bom ou desejável a maior participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo quando isso decorra mais da imposição dos baixos rendimentos familiares do que propriamente das escolhas das mulheres.

⁴⁵ Pode-se perguntar se o futuro repetirá o passado, isto é, se as jovens atuais estarão no futuro em posições similares às mulheres com maior idade de hoje. Provavelmente, não. A linha de rendimento relativo entre mulheres e homens deve se tornar progressivamente horizontal e próxima da média ao longo das gerações, refletindo maior flexibilidade na atribuição de papéis e maior participação e rendimento das mulheres num mercado de trabalho mais diversificado. Contudo, este é um fenômeno social e demográfico bastante lento, sobretudo em Mato Grosso, onde a agricultura – um setor onde a presença masculina é marcadamente predominante – possui grande peso econômico e social na geração de ocupação e renda.

Tabela 6.2. Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a idade e o sexo: Mato Grosso, 2006 (em salário mínimo de set./2006).

Idade	Rendimento médio de todos os trabalhos (Sal. Mín.)			M/H (%)
	Todos	Homens	Mulheres	
10 a 19 anos	1,0	1,0	0,8	76,8
20 a 29 anos	1,9	2,1	1,6	78,3
30 a 39 anos	2,8	3,0	2,3	75,8
40 a 49 anos	3,1	3,5	2,4	67,8
50 a 59 anos	3,3	3,7	2,3	61,8
60 anos ou mais	4,2	4,7	1,5	32,0
Todos	2,6	2,9	2,0	66,7

Fonte: elaboração própria, com base na Pnad de 2006.

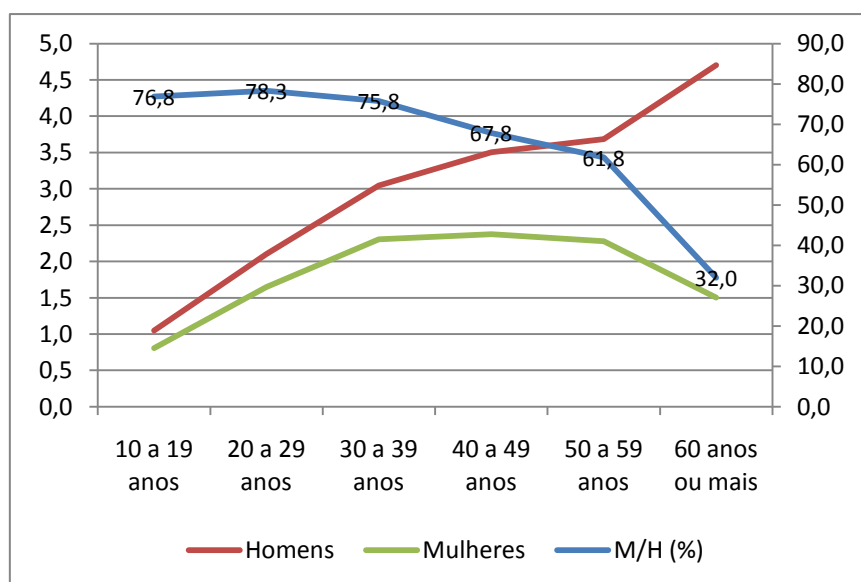


Figura 6.2. Rendimento médio de todos os trabalhos da população de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a idade e o sexo: Mato Grosso, 2006 (em salário mínimo de set./2006).

Fonte: tabela 6.2. Nota: valores de M/H são mostrados no eixo à direita, em %

6.2. Participação, rendimento e desigualdade de gênero (II): o valor da escolaridade

Diversamente da idade, a escolarização está sujeita a escolhas e pode ser adquirida por decisões individuais (familiares) e apoiadas por políticas públicas. Tem sido considerada uma vantagem importante tanto para a inclusão como para a obtenção de rendimento no mercado de trabalho. Tal como a renda, a escolaridade é um “bem” cuja distribuição é também bastante desigual. A relevância desse fato é que renda e escolaridade se reforçam mutuamente na reprodução de determinado padrão de desigualdade. Em regra, maiores (menores) rendas estão associados com maiores (menores) níveis de escolarização, e tudo indica que a causalidade opera em ambos os sentidos⁴⁶. Mas, as relações entre desigualdade escolar e desigualdade de renda no mercado de trabalho são um pouco mais complexas, pois dependem da *função* que relaciona rendimento com escolaridade e, em segundo lugar, do nível de dispersão (ou variabilidade) da escolaridade.

O nível de participação remunerada no mercado de trabalho está positivamente relacionado com a escolarização. Conforme tabela 6.3, nos grupos com escolaridade a partir de 8 anos de estudo a participação na população com rendimento supera a respectiva participação na população. O inverso ocorre nos grupos com até 7 anos de estudo, nos quais a proporção populacional supera a proporção dos que estão auferindo rendimento.

Mas, entre as mulheres as chances de participar do mercado de trabalho remunerado estão mais fortemente correlacionadas com a obtenção de escolaridade adicional. Isso pode ser visto de forma mais imediata na tabela 6.4. A coluna “M/H” mostra que a curva de participação no mercado remunerado, como função da escolaridade, é mais inclinada no caso das mulheres. Observa-se, por exemplo, que na faixa escolar inferior a um ano de estudo a taxa de participação feminina nas ocupações com rendimento é de apenas 23% da taxa observada para a população masculina. No outro extremo – escolaridade de 15 anos ou mais - a participação feminina alcança 84,4% da participação masculina. Assim, talvez a maior escolarização feminina seja uma forma de compensar ou reduzir as desvantagens de ocupação e rendimento em relação aos homens.

⁴⁶ Há uma associação positiva, também, entre escolaridade dos pais e escolaridade dos filhos. Quanto à influência do rendimento na escolarização, ver capítulo 7.

Tabela 6.3. População de 10 anos ou mais, segundo os grupos de anos de estudo, o sexo e a inserção no mercado de trabalho remunerado (Mato Grosso, 2006).

Anos de estudo	Representatividade do grupo de escolaridade					
	Na população de 10 anos ou mais (%)			Na população de 10 anos ou mais com rendimento (%)		
	Todos	Homens	Mulheres	Todos	Homens	Mulheres
0 e menos de 1 ano	9,4	9,6	9,2	7,3	9,1	3,9
1 a 3 anos	15,2	17,2	13,2	11,3	14,0	6,1
4 a 7 anos	34,6	36,1	33,1	29,9	33,3	23,3
8 a 10 anos	17,1	16,2	18,0	17,6	16,5	19,7
11 a 14 anos	18,6	16,8	20,4	25,3	21,2	33,3
15 anos ou mais	5,1	4,2	6,1	8,6	5,9	13,8
Todos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria com base na Pnad de 2006.

Tabela 6.4. População de 10 anos ou mais com rendimento não nulo como proporção da população de 10 anos ou mais, segundo os grupos de anos de estudo e o sexo (Mato Grosso, 2006).

Escolaridade	População com rendimento não nulo (%)			M/H (%)
	Todos	Homens	Mulheres	
Até 1 ano	39,7	63,0	15,0	23,8
1 a 3 anos	37,8	54,1	16,1	29,7
4 a 7 anos	44,0	61,4	24,7	40,2
8 a 10 anos	52,4	67,7	38,3	56,6
11 a 14 anos	69,4	83,9	57,2	68,2
15 anos ou mais	85,6	94,2	79,5	84,4
Todos	50,9	66,5	35,1	52,8

Fonte: elaboração própria com base na Pnad de 2006.

Considere-se agora a comparação dos rendimentos médios (todos os trabalhos) de homens e mulheres para cada nível de escolaridade (tabela 6.5 e figura 6.3). Uma observação preliminar é que os retornos à escolarização são positivos para homens e mulheres, e esse retorno é mais acentuado com a aquisição de formação em nível superior. Outra observação é que a remuneração das mulheres é sempre inferior à dos homens, mesmo com homens e mulheres igualmente posicionados em termos de escolarização. Aliás, pode-se constatar que as mulheres precisam ter de 8 a 10 anos de estudo (ensino fundamental completo) para se aproximar da média de rendimento dos homens com

menos de 1 ano de estudo; ou, ainda, que elas precisam ter o ensino médio completo (11 a 14 anos de estudo) para alcançar o rendimento médio dos homens com menos de 4 anos de estudo.

Observando-se a altura e a inclinação das curvas de rendimento *versus* escolaridade para homens e mulheres (figura 6.3), é possível formular a hipótese (não testada neste estudo) de que os retornos (médio e marginal) à escolarização são inferiores para as mulheres. De qualquer forma, pelo menos parte das diferenças de rendimento entre homens e mulheres deve estar relacionada com o efeito “discriminação” ou “segmentação” do mercado de trabalho, que ocorre nos casos em que se remuneram desigualmente mulheres e homens igualmente produtivos numa mesma ocupação, ou em que se impõem “barreiras” à entrada das mulheres nas melhores ocupações, mesmo que elas sejam igualmente aptas⁴⁷.

Tabela 6.5. Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a escolaridade e o sexo: Mato Grosso, 2006 (em salário mínimo de setembro de 2006).

Escolaridade	Rendimento de todos os trabalhos (SM)			M/H (%)
	População	Homens	Mulheres	
Até 1 ano	1,3	1,4	0,8	57,5
1 a 3 anos	1,7	1,8	1,0	52,3
4 a 7 anos	1,9	2,1	1,2	54,9
8 a 10 anos	2,2	2,8	1,3	46,9
11 a 14 anos	2,8	3,5	1,9	53,8
15 anos ou mais	7,6	10,6	5,1	48,2
População	2,6	2,9	2,0	66,6

Fonte: elaboração própria com base na Pnad de 2006.

⁴⁷ Os retornos à escolarização podem depender, também, dos tipos de formação adquirida, da demanda e oferta por essa formação e das características da economia. Numa economia fortemente agrícola, por exemplo, é possível que os retornos à escolarização sejam menores do que numa economia mais diversificada e com maior peso nos segmentos industriais e de serviços modernos. Além disso, a predominância do setor agrícola pode representar, adicionalmente, maiores dificuldades de ocupação e rendimento para as mulheres, sobretudo em casos como o de Mato Grosso, cuja agricultura “destina” apenas 4,4% das vagas para as mulheres. Outra hipótese é que as mulheres “escolhem” carreiras com menor média de remuneração, relativamente aos homens. Aliás, talvez não seja incorreto generalizar que os mais pobres (homens e mulheres) se vêm compelidos a seguir carreiras menos competitivas, sobretudo em função da qualidade da educação a que tiveram acesso e dos custos mais altos das melhores carreiras. Embora os retornos à escolarização em nível superior sejam elevados, é bom ter em conta que 15 anos de escolarização finalizados em medicina, direito ou engenharia nas melhores universidades não são a mesma coisa que 15 anos de escolarização em pedagogia, administração ou direito finalizados em cursos ou faculdades sofríveis. Quer se ressaltar, com isso, que “anos de escolarização” não constituem uma categoria homogênea, sobretudo para as escolarizações mais elevadas.

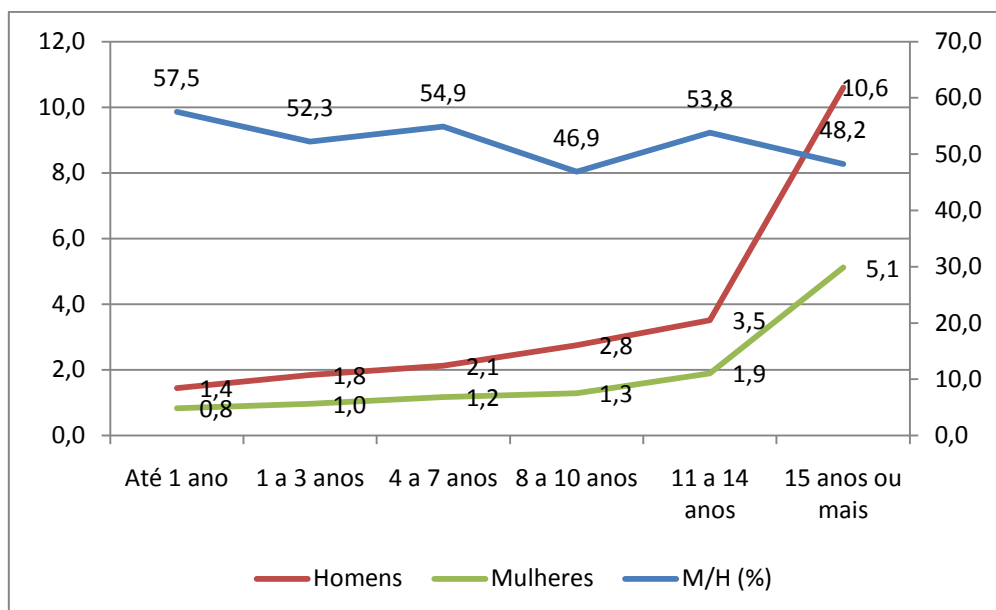


Figura 6.3. Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a escolaridade e o sexo: Mato Grosso, 2006 (sal mín. set. 2006).

Fonte: tabela 6.5. Nota: valores de M/H são mostrados no eixo à direita.

6.3. Participação, rendimento e desigualdade étnica (I): o peso das gerações

Diversamente do que ocorre na comparação de homens e mulheres, a participação de brancos, pretos e pardos em ocupações remuneradas segue de perto as respectivas proporções desses grupos étnicos na população⁴⁸. Mas, o mercado de trabalho revela significativa desigualdade de rendimento entre esses grupos. Na média, negros e pardos auferem rendimento equivalente a 48,6% e 51,3%, respectivamente, do rendimento dos brancos (tabela 6.6).

Tal como ocorre na desigualdade entre homens e mulheres, a posição relativa de negros e pardos é menos desfavorável nas novas gerações. A figura 6.4 mostra os rendimentos médios de cada grupo étnico (eixo principal) e a relação de rendimento entre pretos e brancos (eixo secundário, à direita).

⁴⁸ A composição étnica da população mato-grossense de 10 anos ou mais tem a seguinte conformação, segundo a Pnad de 2006: brancos: 36,5%; pardos: 56,1%; negros: 6,4%; indígenas e amarelos: 1%. A participação desses grupos na população com rendimento não nulo de todos os trabalhos é aproximadamente igual a essa composição. Mas a parcela da renda do trabalho apropriada por cada grupo revela desigualdade: brancos: 55,7%; pardos: 39%; negros: 4,8%; indígenas e amarelos: 0,5%.

Nos grupos com idade entre 10 a 19 anos, o rendimento dos negros equivale a 72,1% do rendimento dos brancos; na geração com mais de 60 anos essa relação cai para 16,1%. Ocorre que tanto a participação no mercado quanto o rendimento médio são menores nos grupos mais jovens, o que reduz o impacto da distribuição do rendimento desse grupo na distribuição do rendimento total. De qualquer forma, é possível que a menor desigualdade de rendimento nas gerações mais novas e intermediárias seja evidência de que esteja em curso uma tendência de redução estrutural da desigualdade racial ao longo do tempo.

Tabela 6.6. Rendimento médio de todos os trabalhos da população de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a cor ou raça e a faixa etária: Mato Grosso, 2006 (em salário mínimo de set./2006).

Idade	Rendimento médio do trabalho				Pretos/ Brancos (%)
	População (*)	Brancos	Pretos	Pardos	
10 a 19 anos	1,0	1,1	0,8	0,9	72,1
20 a 29 anos	1,9	2,4	1,7	1,6	70,2
30 a 39 anos	2,8	3,9	2,5	2,0	63,0
40 a 49 anos	3,1	4,5	1,9	2,3	41,9
50 a 59 anos	3,3	4,7	1,6	2,3	34,7
60 anos ou mais	4,2	7,8	1,2	1,8	16,1
Todos	2,6	3,7	1,8	1,9	48,6

(*) Inclui índios e amarelos.

Fonte: elaboração própria, com base na Pnad de 2006.

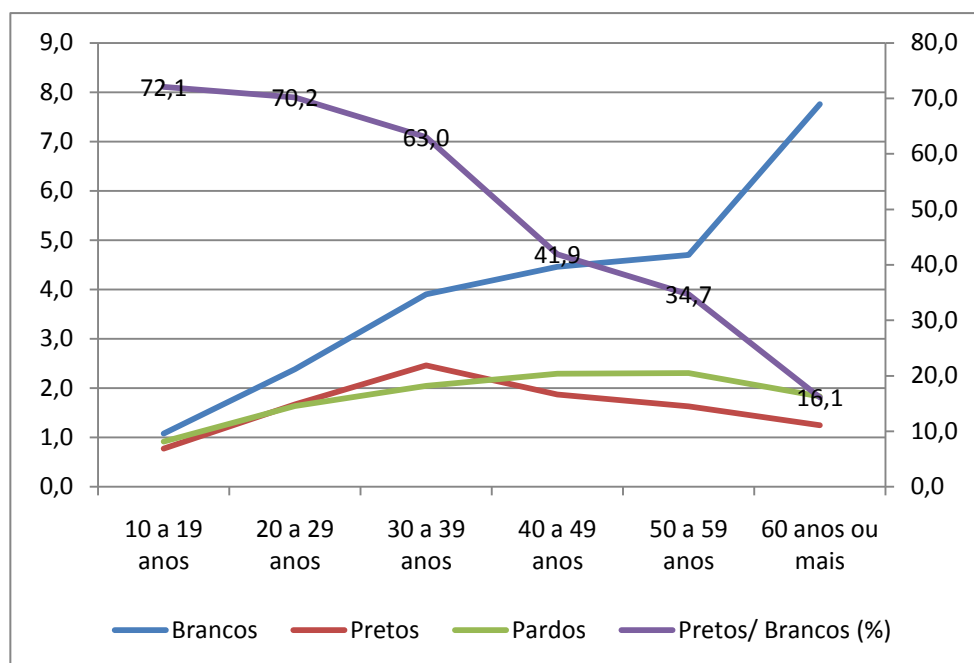


Figura 6.4. Rendimento médio de todos os trabalhos da população de 10 anos ou mais com rendimento não nulo, segundo a cor ou raça e a faixa etária: Mato Grosso, 2006 (em salário mínimo de set./2006).

Fonte: tabela 6.5. Nota: valores de Pretos/ Brancos são mostrados no eixo à direita.

6.4. Participação, rendimento e desigualdade étnica (II): o valor da escolaridade

A tabela 6.7 mostra como a população estadual, os brancos e pretos/ pardos se distribuem por grupo de anos de estudo completos. Verifica-se que menos da metade (49,7%) dos brancos possuem escolaridade inferior a 7 anos, mas entre os negros e pardos essa proporção é de 64,6%. No outro extremo, 9,4% dos brancos e apenas 2,6% dos pretos e pardos possuem escolaridade de 15 anos ou mais. Enquanto os brancos possuem escolaridade média de 8,8 anos, o que equivale à conquista do nível fundamental de ensino, os pretos e pardos ostentam 6,6 anos de estudo, equivalente à sexta série do ensino fundamental, na média.

A essa distribuição desigual da escolaridade pode ser creditada pelo menos parte da distribuição desigual do rendimento, cujos valores médios são de 3,7 salários mínimos para os brancos e de 1,9 salários mínimos para pretos e pardos (valores de setembro de 2006, quando o salário mínimo era de R\$350) (tabela 6.6).

Tabela 6.7. População de 10 anos ou mais ocupada com rendimento, segundo os grupos de anos de estudo e a etnia: Mato Grosso, 2006 (%).

Anos de estudo	População		Brancos		Pretos e pardos	
	%	% acum	%	% acum	%	% acum
Até 1 ano	9,4	9,4	5,9	5,9	11,4	11,4
1 a 3 anos	15,2	24,6	12,0	17,9	17,0	28,4
4 a 7 anos	34,6	59,2	31,8	49,7	36,2	64,6
8 a 10 anos	17,1	76,3	17,7	67,4	16,7	81,4
11 a 14 anos	18,6	94,9	23,2	90,6	16,0	97,4
15 anos ou mais	5,1	100,0	9,4	100,0	2,6	100,0
Todos	100,0		100,0		100,0	

Fonte: elaboração própria, com base na Pnad de 2006.

Como visto, as chances de se obter trabalho remunerado são positivamente influenciadas pela aquisição de escolaridade adicional. Há pouca diferenciação étnica dos efeitos da escolaridade sobre as chances de participação (ocupação renumerada), mas as probabilidades de êxito são um pouco inferiores entre os não-brancos, especialmente quanto à formação superior. Observa-se que entre pretos e pardos com mais de 15 anos de estudo 81% estão auferido algum rendimento; entre os brancos com a mesma escolaridade essa proporção é de 87,7% (tabela 6.8).

Tabela 6.8. Taxas de participação das pessoas de 10 anos ou mais no mercado de trabalho remunerado, segundo escolaridade e a etnia.

Anos de estudo	Taxa de participação		
	Todos*	Brancos	Pretos e pardos
Até 1 ano	39,7	32,3	42,3
1 a 3 anos	37,8	35,6	39,1
4 a 7 anos	44,0	43,6	44,0
8 a 10 anos	52,4	52,9	52,3
11 a 14 anos	69,4	70,2	68,7
15 anos ou mais	85,6	87,7	81,0
Todos*	50,9	54,0	49,3

* Inclui índios e amarelos. Fonte: elaboração própria, com base na Pnad de 2006.

Vejamos o comportamento dos rendimentos frente à escolaridade de brancos e não brancos (pretos e pardos). Uma primeira observação (ver tabela 6.9) é que o rendimento médio de pretos e pardos equivale a 50,3% do rendimento dos brancos, no conjunto da população de 10 anos ou mais com rendimento não nulo. Há significativa desigualdade de renda entre os grupos étnicos, mesmo no

âmbito de cada faixa de escolaridade. Os pretos e pardos com o nível médio completo (11 a 14 anos de estudo) têm rendimento inferior aos brancos com escolaridade de 1 a 7 anos. Outra observação é que a razão de rendimento entre os pretos e pardos e os brancos parece não seguir uma tendência definida com a variação da escolaridade (ver linha superior da figura 6.5, cujos valores estão no eixo à direita).

Tabela 6.9. Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais, segundo a escolaridade e a etnia: Mato Grosso, 2006 (salário mínimo de set./2006).

Escolaridade	Todos	Branco	Pretos e pardos	Pretos e pardos/ Branco (%)
Até 1 ano	1,3	1,7	1,3	73,1
1 a 3 anos	1,7	2,4	1,4	59,2
4 a 7 anos	1,9	2,4	1,7	70,4
8 a 10 anos	2,2	3,1	1,6	52,3
11 a 14 anos	2,8	3,4	2,2	64,4
15 anos ou mais	7,6	8,5	5,7	66,9
Todos	2,6	3,7	1,9	50,3

Fonte: elaboração própria, com base na Pnad de 2006.

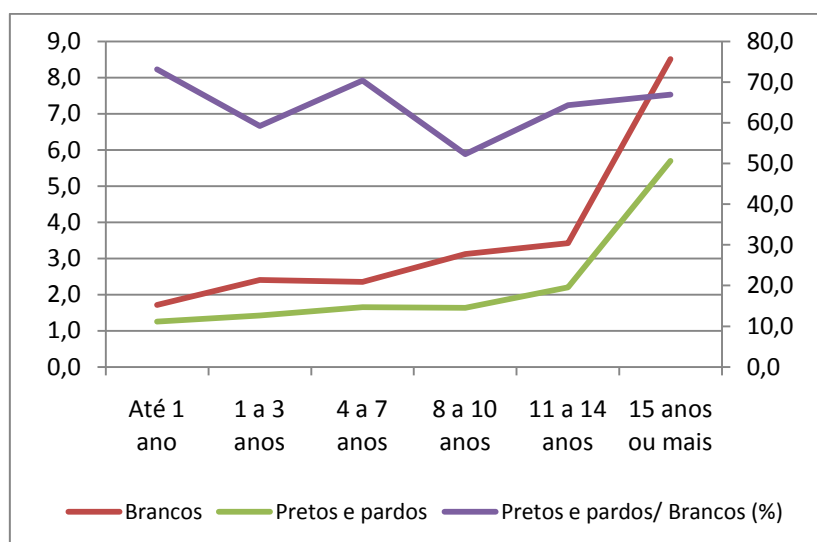


Figura 6.5. Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais, segundo a escolaridade e a etnia: Mato Grosso, 2006 (salário mínimo de set./2006).

Fonte: tabela 6.9.

Nota: valores para “Pretos e pardos/ Brancos” são mostrados no eixo à direita.

6.5. Desigualdade e “pobreza” educacionais no mercado de trabalho

A heterogeneidade educacional no mercado de trabalho é muito elevada em Mato Grosso, mas vem diminuindo nos últimos anos. Isso significa que a educação ainda contribui para a elevada desigualdade de renda, mas ao mesmo tempo sinaliza para sua redução. Entre 1996 e 2006, a média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais com rendimento no mercado de trabalho aumentou em 28,94%, de 5,8 anos para 7,5 anos. A proporção de pessoas com menos de 8 anos de estudo diminuiu de 66,56% para 48,56%. O índice de Gini para a desigualdade educacional evoluiu de 0,3933 para 0,3283, uma redução de 16,5%. A razão entre a escolaridade média dos 40% menos escolarizados (40%-) e dos 10% mais escolarizados (10%+) aumentou de 15,3% para 20,6% (tabela 6.10). A metade menos escolarizada da população aumentou sua participação de 21,6% para 25,5% de todos os anos de estudos concluídos (5º décimo da tabela 6.11).

Tabela 6.10. Indicadores de desigualdade educacional na população de 10 anos ou mais com rendimento não nulo na fonte “todos os trabalhos”: Mato Grosso, 1996 e 2002-2006.

Ano	10%-/10%+ (%)	20%-/10%+ (%)	20%-/20%+ (%)	40%-/10%+ (%)	Escol média	Índice de Gini	Esc < 8 anos (%)
1996	0,00	5,19	5,72	15,33	5,8	0,3933	66,56
2002	0,00	6,98	7,93	17,37	6,9	0,3615	55,02
2003	0,28	7,62	8,63	18,15	7,1	0,3526	53,34
2004	1,15	8,81	10,01	19,63	7,3	0,3361	50,07
2005	1,61	9,58	10,86	20,38	7,4	0,3292	48,74
2006	2,13	10,35	11,63	20,60	7,5	0,3283	48,56

Fonte: resultados da pesquisa, com base na Pnad de vários anos. Esc = escolaridade.

Tabela 6.11. Escolaridade média e participação da população de 10 anos ou mais com rendimento do trabalho no nulo na distribuição dos anos de estudo completos, segundo os décimos da distribuição: Mato Grosso, 1996, 2002 e 2006.

Décimos	1996		2002		2006	
	Esc acum (%)	Esc média (anos)	Esc acum (%)	Esc média (anos)	Esc acum (%)	Esc média (anos)
1º	0,0	0,00	0,0	0,00	0,4	0,32
2º	2,4	1,38	3,0	2,05	4,1	2,76
3º	7,1	2,77	8,3	3,69	9,5	4,02
4º	14,0	4,00	14,7	4,44	16,3	5,16
5º	21,6	4,40	22,8	5,60	25,5	6,85
6º	31,2	5,58	33,7	7,49	36,4	8,20
7º	43,7	7,27	46,8	9,04	50,0	10,21
8º	58,5	8,64	62,7	10,98	64,7	11,01
9º	77,1	10,82	78,8	11,14	80,2	11,59
10º	100,0	13,29	100,0	14,65	100,0	14,87

Fonte: resultados da pesquisa, com base na Pnad de vários anos. Esc = escolaridade.

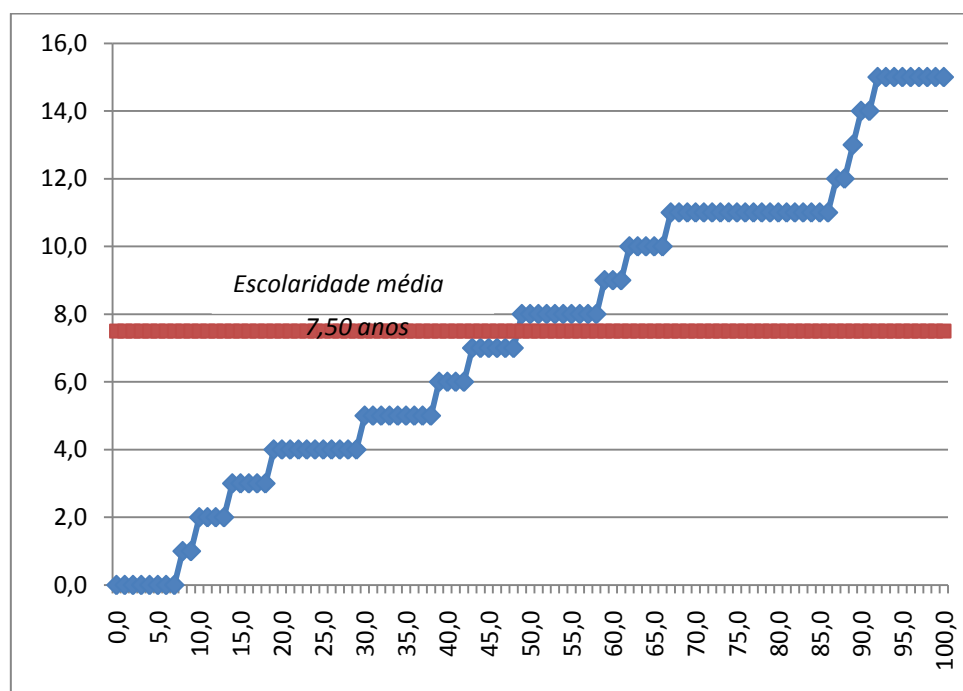


Figura 6.6. Anos de estudo da população de 10 anos ou mais com rendimento no mercado de trabalho, conforme percentual acumulado dessa população: Mato Grosso, 2006.

Fonte: resultados da pesquisa, com base na Pnad de 2006.

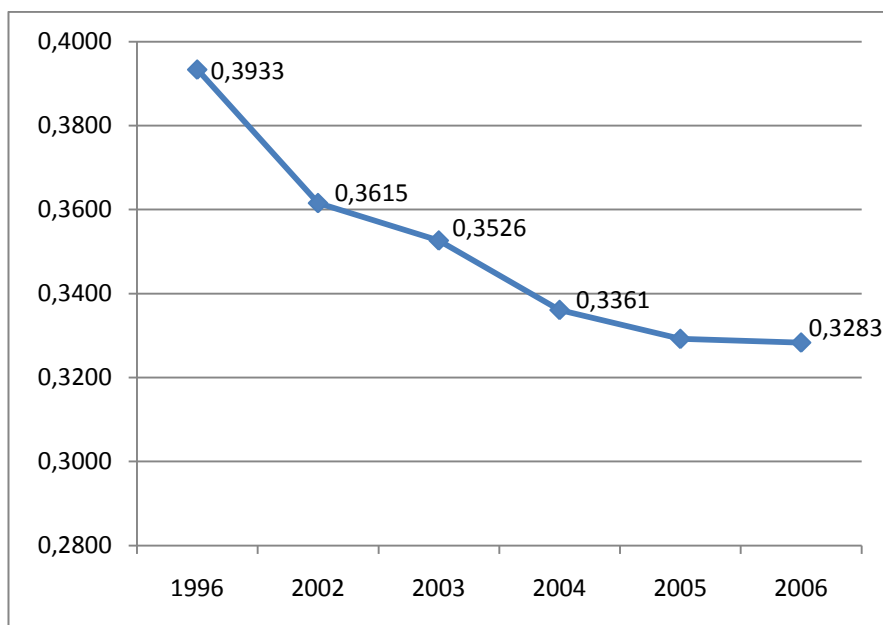


Figura 6.7. Índice de Gini da desigualdade educacional na população de 10 anos ou mais com rendimento do trabalho não nulo: Mato Grosso, 1996 e 2002-2006.

Fonte: dados da pesquisa, com base na Pnad de vários anos.

A tabela 6.12 mostra a evolução da escolaridade média entre alguns grupos populacionais com rendimento no mercado de trabalho. Observa-se que em todos eles a evolução foi aproximadamente igual, exceto entre os pretos, cuja escolaridade cresceu de forma mais acelerada (51,3%), reduzindo o *gap* escolar desse grupo relativamente à média.

Tabela 6.12. Escolaridade média das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento do trabalho não nulo, segundo o sexo e a etnia: Mato Grosso, 1996, 2002 e 2006.

Grupo	1996	2002	2006	Var 96/2006 (%)
Homens	5,23	6,25	6,73	28,59
Mulheres	7,05	8,25	8,99	27,52
Branco	6,61	8,05	8,78	32,71
Pretos	4,30	6,23	6,51	51,33
Pardos	5,24	6,07	6,72	28,21
Total geral*	5,82	6,91	7,50	28,94

Fonte: Pnad de vários anos; (*) Inclui indígenas e amarelos.

A desigualdade educacional é fortemente influenciada pelas características etária, étnica e de gênero (figura 6.8). Enquanto as mulheres brancas de 20 a 29 anos têm 11,3 anos de estudo, os negros (homens e mulheres) de 60 anos ou mais têm 2,4 anos de estudo. Aliás, o conjunto das gerações de mulheres brancas tem média escolar superior à média escolar da população. A figura 6.8 possibilita uma constatação visual de que a discrepância educacional é muito maior nas gerações mais velhas. Como a mediana das idades é 35 anos e a metade mais velha da população apresenta indicadores educacionais ruins, os indicadores educacionais médios da população necessariamente evoluem muito lentamente, mesmo que a aquisição de escolaridade se intensifique nas gerações mais jovens.

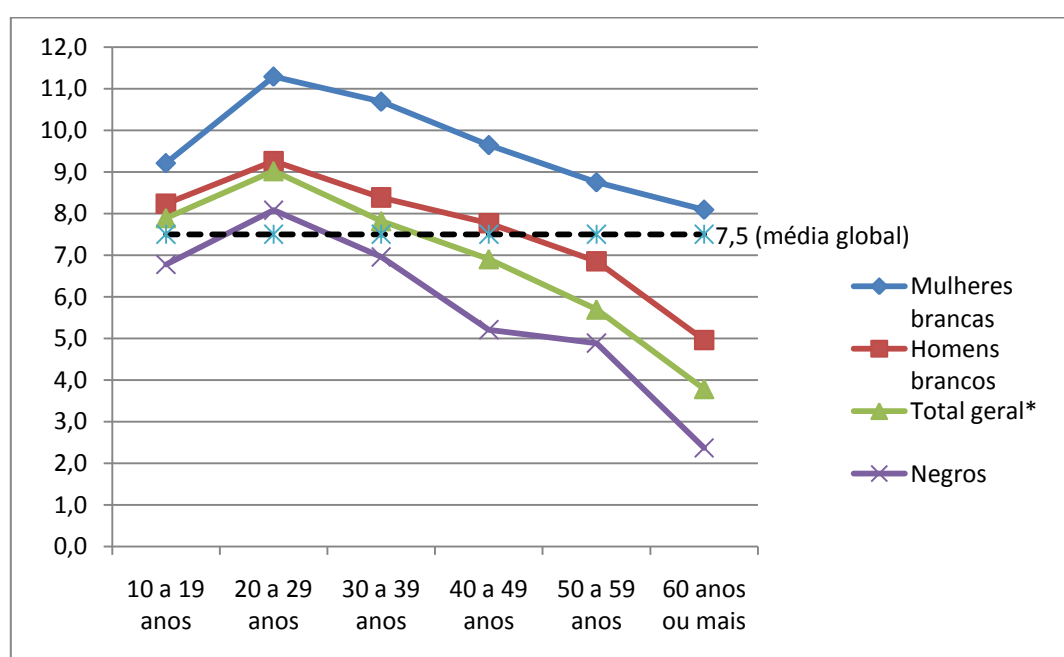


Figura 6.8. Escolaridade média das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento do trabalho não nulo, por faixa etária, segundo algumas categorias sócio-demográficas: Mato Grosso, 2006 (em anos de estudo completos).

(*) Inclui indígenas e amarelos.

Fonte: resultados da pesquisa, com base na Pnad de 2006.

As melhorias na educação estadual podem ser observadas, também, no estrato menos escolarizado. A tabela 6.13 expressa alguns indicadores educacionais na população com menor escolaridade. Tais indicadores são análogos àqueles calculados para a pobreza. A diferença é que, na tabela 6.13, a variável de referência é “anos de estudo”, em lugar do rendimento. Assim, são aqui denominados de indicadores de “pobreza” educacional, sendo que a “linha de pobreza educacional” foi fixada em 8 anos de estudo, que corresponde ao nível obrigatório de ensino. Observa-se que a

desigualdade educacional de Gini (G*) nesse estrato diminuiu em 7,8%; a escolaridade média (m) aumentou em 8,8%; a razão de insuficiência educacional (I) diminuiu em 6,4%; os índices P e FGT (2) reduziram em 30,7% e 36,2%, respectivamente.

Tabela 6.13. Indicadores de “pobreza” educacional na população de 10 anos ou mais com rendimento não nulo no mercado de trabalho: Mato Grosso, 1996 e 2002-2006.

Indicadores	1996	2002	2003	2004	2005	2006
G*	0,3610	0,3572	0,3556	0,3486	0,3438	0,3326
H	0,6656	0,5502	0,5334	0,5007	0,4874	0,4856
m	3,4043	3,5072	3,5890	3,6150	3,6473	3,7006
I	0,5745	0,5616	0,5514	0,5481	0,5441	0,5374
P	0,4846	0,3952	0,3792	0,3533	0,3416	0,3357
FGT (2)	0,2396	0,1905	0,1789	0,1652	0,1581	0,1529

Fonte: resultados da pesquisa, com base na Pnad de vários anos.

Os indicadores de desigualdade e “pobreza” educacionais no mercado de trabalho retratam progressos realmente notáveis, mas não se deve desconsiderar o fato de que as bases de comparação são muito ruins. Pela figura 6.6 pode-se constatar, por exemplo, que em 2006 apenas os 33% mais escolarizados do mercado de trabalho alcançam o ensino médio (ou acima), em termos de anos de estudo completos. E apenas os 8% mais escolarizados possuem o ensino superior completo. Além disso, esses números deixam de fora os aspectos qualitativos, que assumem importância crescente à medida que a sociedade se diversifica e se desenvolve. De qualquer forma, se a educação tem a importância que lhe costuma ser atribuída na determinação do rendimento e sua distribuição, é muito provável que as melhorias apontadas nesta seção constituam evidência de que esteja em curso uma tendência estrutural à redução da desigualdade social no mercado de trabalho, com repercussões favoráveis no quadro distributivo global.

6.6. Considerações finais

Tanto a desigualdade étnica como a desigualdade de gênero se mostraram relativamente elevadas, mesmo com grupos populacionais mais homogêneos na variável escolaridade. Tecnicamente, não se pode atribuir essa desigualdade elevada a fatores como “discriminação”, assim como não se pode

descartar a hipótese de que isso esteja ocorrendo; o que se pode afirmar é que a escolaridade não produziu a homogeneidade de rendimentos esperada, o que significa que outras variáveis não analisadas (ou o acaso) estão produzindo os maiores efeitos sobre o rendimento.

A tabela 6.14 apresenta alguns indicadores de rendimento e desigualdade para as principais categorias sócio-demográficas e respectivas especificações, considerando o universo das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo nas fontes do trabalho. O mais importante a destacar é que mesmo no âmbito da cada categoria e especificação utilizadas continua a haver expressiva dispersão dos rendimentos, o que pode ser notado tanto pela média quanto pelo índice de Gini. Embora exijam maiores estudos, algumas observações devem ser mencionadas.

Gênero. Existe evidência de que há desigualdade de gênero não desprezível no mercado de trabalho. Como as mulheres têm escolaridade superior à dos homens (9,0 contra 6,7 anos de estudo, em média), a heterogeneidade escolar não deve ser a razão mais importante para essa desigualdade.

A participação feminina na população economicamente ativa vem crescendo ao longo do tempo, mas há ainda muito espaço para esse crescimento, uma vez que apenas 35,1% das mulheres de 10 anos ou mais exercem ocupação remunerada. Assim, deve-se admitir que a população feminina represente a principal fonte de pressão sobre o mercado de trabalho, o que pode contribuir para a depressão dos seus rendimentos, sobretudo se, por razões institucionais e culturais, a quantidade e a qualidade das ocupações “destinadas” às mulheres embutem práticas discriminatórias. Evidência dessa pressão maior da população feminina pode ser encontrada na taxa de desemprego e na incidência de carteira de trabalho: entre as mulheres o desemprego é de 11,66%; entre os homens é de 6,37%; entre elas, 42,1% possuem carteira de trabalho; entre eles, 57,2% a possuem (dados da Pnad de 2006).

Ressalte-se, ainda, que o peso da agricultura – que representa 30% do PIB e tem apenas 4,4% das ocupações remuneradas exercidas por mulheres - implica em maior restrição à expansão da participação e do rendimento das mulheres no mercado de trabalho estadual. Assim, maior diversificação da economia é uma forma de favorecer a redução das desigualdades de gênero em Mato Grosso.

Cor ou raça. Pardos e pretos têm rendimento pouco superior à metade do rendimento dos brancos. Evidentemente, não se pode atribuir toda essa diferença à discriminação racial. Em certa medida a desigualdade racial está relacionada com a desigualdade educacional e ocupacional (setor e posição

ocupacionais) e é influenciada ainda pela idade (a desigualdade é maior nas gerações mais velhas). A rigor, a desigualdade por discriminação racial é aquela aferida entre brancos e não-brancos em idênticas condições sócio-demográficas (escolaridade, idade, ocupação). Este estudo, porém, não analisou a decomposição da desigualdade em suas causas individuais. Entretanto, há evidência forte de discriminação, uma vez que a dispersão do rendimento continua elevada mesmo no âmbito de categorias homogêneas como “idade” “escolaridade”. A transição demográfica e a melhoria da educação da população como um todo sinalizam para a redução da desigualdade racial no mercado de trabalho, processo que pode ser acelerado através de políticas afirmativas.

Idade. A desigualdade de rendimentos é mais pronunciada nas gerações mais velhas, sobretudo entre os nascidos antes de 1956 (Gini de 0,6586). O fator etário está visivelmente presente, também, na desigualdade entre homens e mulheres e entre brancos e não-brancos. As estatísticas atuais de rendimento indicam que as condições do passado foram mais favoráveis aos homens do que às mulheres; aos brancos do que aos não-brancos. Em parte, isso pode ser associado à elevada desigualdade na formação do capital humano nessas gerações, o que repercute na desigualdade atual de rendimento. Como há menor desigualdade de investimento em capital humano nas gerações mais jovens (inclusive em termos étnicos e de gênero), a progressiva transição de gerações poderá contribuir para a redução da desigualdade de rendimento.

Escolaridade. Há uma abundante literatura que aponta a escolaridade como a variável que, individualmente, exerce maior influência na determinação do rendimento e de sua variação. Vale ressaltar, porém, que praticamente metade das variações do rendimento continua um verdadeiro mistério estatístico, no sentido de que não encontra explicação em termos das equações de regressão. Mas, não há dúvida de que, naquilo que se consegue explicar, a educação tem importância destacada. Os resultados mostrados na tabela 6.14 indicam que a escolaridade é capaz de reduzir a desigualdade de rendimento, mas se observa que os índices de Gini para cada grupo de anos de estudo ainda são superiores aos valores desse indicador para o conjunto da população da maioria dos países desenvolvidos! O menor índice de Gini (0,3381) foi observado para o grupo com menos de um ano de estudo. Entretanto, Mato Grosso (como o Brasil) tem feito grandes progressos em termos de redução da heterogeneidade educacional nos últimos 20 anos, o que aponta para a contribuição da educação para a progressiva redução da desigualdade de renda.

Unidade Federativa (UF) de nascimento. Observou-se que as pessoas não nascidas em Mato Grosso (cerca de 50% da população estadual) auferem rendimento em média 55% superior aos que

nasceram no Estado. Uma observação mais detalhada dos dados permitiu constatar que os grupos de maior rendimento são provenientes de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. No outro extremo estão os provenientes dos estados do Nordeste. É possível que a heterogeneidade social e econômica local tenha sido acentuada pelas diferenças nas dotações de capital e experiência dos diversos grupos geográficos que constituíram a população estadual. Por outro lado, o gradativo arrefecimento dos fluxos migratórios e/ ou a maior homogeneidade dos grupos imigrantes atuais podem contribuir para a tendência de redução da desigualdade.

Setor de atividade. Os setores de atividade parecem não ter relevância na determinação das diferenças dos rendimentos médios. Entretanto, há maior dispersão e desigualdade dos rendimentos na agricultura, ocorrendo o contrário com a indústria. Assim, é possível que um padrão de desenvolvimento com maior peso na agricultura implique em maior pressão por aumento da desigualdade, pelo menos nas condições atuais de Mato Grosso. Por outro lado, maior diversificação econômica (o que está em curso) pode favorecer a redução da desigualdade, inclusive entre homens e mulheres.

Situação do domicílio. O rendimento do trabalho das pessoas domiciliadas no meio rural é cerca de 28,5% inferior ao daquelas domiciliadas no meio urbano. O curioso é que as pessoas ocupadas na agricultura auferem rendimento apenas 7% inferior àquelas ocupadas nos serviços e 8,7% superior àquelas ocupadas na indústria. Isso sugere certa interpenetração entre os espaços urbanos e rurais no que se refere à origem dos rendimentos. O rural não retira sua renda apenas da agricultura e a agricultura não provê renda apenas ao campo. Essa diversificação e integração econômicas dos espaços urbano e rural talvez contribuam, no longo prazo, para a redução da desigualdade de renda. Mas é preciso melhorar o acesso das famílias rurais às infra-estruturas de educação, saúde e transporte, assim como é preciso diversificar a atividade econômica rural, a começar da própria agricultura, ainda muito concentrada em termos de produto (basicamente soja e algodão) e propriedade dos fatores.

Tamanho das famílias. Embora não analisado neste estudo, este é outro fator demográfico que provavelmente está contribuindo para a tendência de redução da desigualdade. Famílias pobres tendem a ser maiores e com maior incidência de crianças e jovens, o que reduz a disponibilidade *per capita* de renda. Portanto, a dispersão do tamanho das famílias amplifica a dispersão dos

rendimentos e agrava a desigualdade. Mas essa realidade está se modificando em direção a um padrão demográfico mais próximo à média, em que as famílias possuem menor número de filhos⁴⁹.

⁴⁹ Segundo o IBGE a taxa de fecundidade total no Brasil foi 5,8 (1970), 4,4 (1980) e 2,4 (2000). Mas o mesmo IBGE anota diferenças marcantes nesse indicador, conforme o nível de rendimento: em 2000, as mulheres pertencentes a famílias com renda *per capita* acima de 5 salários mínimos tinha em média 1,1 filho, enquanto aquelas com renda até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo possuíam em média 5,3 filhos.

Tabela 6.14. Rendimento médio e desigualdade de Gini entre as pessoas de 10 anos ou mais com rendimento não nulo na fonte “todos os trabalhos”, segundo as categorias sócio-demográficas: Mato Grosso, 2006.

Categorias	Especificação	Renda média (S.Mín.)	Coef variação	Índice de Gini
Sexo	Homens	2,9	1,8	0,5040
	Mulheres	2,0	1,3	0,4705
Cor ou raça	Branco	3,7	1,8	0,5439
	Pretos	1,8	1,7	0,4345
	Pardos	1,9	1,0	0,4025
	Indígenas	0,8	-	-
	Amarelos	2,5	-	-
Idade	10 a 19 anos	1,0	0,6	0,3082
	20 a 29 anos	1,9	0,9	0,3658
	30 a 39 anos	2,8	1,3	0,4630
	40 a 49 anos	3,1	1,3	0,4935
	50 a 59 anos	3,3	1,6	0,5581
	60 anos ou mais	3,4	2,0	0,6586
Escolaridade	Menos de 1 ano	1,3	1,1	0,3381
	1 a 3 anos	1,7	1,8	0,4074
	4 a 7 anos	1,9	1,0	0,4146
	8 a 10 anos	2,2	3,2	0,4264
	11 a 14 anos	2,8	1,1	0,4267
	15 anos ou mais	7,6	1,1	0,4643
UF de Nascimento	Mato Grosso	2,0	1,1	0,4270
	Outras UF's	3,1	1,9	0,5319
Situação do domicílio	Urbano	2,8	1,5	0,5012
	Rural	2,0	3,2	0,4787
Setor de atividade	Agricultura	2,5	2,9	0,5498
	Indústria	2,3	1,2	0,4184
	Serviços	2,7	1,4	0,5024
Posição na ocupação	Empregado	2,4	1,3	0,4150
	Trab doméstico	0,8	0,5	0,2876
	Empregador	8,1	1,0	0,4642
	Conta própria	2,3	2,8	0,5262
Todos	Todos	2,6	1,8	0,5017

Fonte: resultados da pesquisa, com base na Pnad de 2006.

CAPÍTULO 7. BENS PÚBLICOS, DESIGUALDADE E POBREZA

As transferências governamentais de renda constituem um bem público cujo efeito imediato nos indicadores de desigualdade e pobreza pode ser facilmente aferido, conforme visto no capítulo 5. Entretanto, há boas razões para não se limitar às transferências de renda. Em primeiro lugar, elas consomem tão somente uma fração dos orçamentos públicos. Segundo, a oferta de bens públicos abrange aspectos diversos da qualidade de vida que não podem ser expressos em forma monetária, mas que são relevantes para uma aproximação mais rigorosa à idéia de pobreza e desigualdade e das formas de enfrentar esses problemas sociais. Com efeito, para qualquer nível dado de renda monetária, o acesso diferenciado a bens e serviços públicos pode determinar condições adversas de pobreza e desigualdade. Supõe-se que a oferta de bens e serviços públicos - independentemente das formas de propriedades envolvidas - possa não apenas mitigar condições adversas de pobreza, mas efetivamente contribuir para a sua superação, desde que alcancem os mais pobres em condições satisfatórias de cobertura e qualidade.

Idealmente, a renda não deveria ser fator determinante do nível de consumo dos bens públicos⁵⁰. Em termos técnicos, as probabilidades de acesso aos programas que ofertam bens públicos não deveriam diferir significativamente para pobres e não pobres. Se isso se verificasse, a linha “consumo *versus* renda” seria relativamente horizontal e próxima da média populacional, com oscilações resultantes, sobretudo, de fatores aleatórios. Numa perspectiva de políticas públicas focalizadas (como é o Bolsa Família), o consumo deveria ser uma função decrescente da renda, caso se desejasse aplicar um viés deliberadamente progressivo ao consumo de tais bens, justamente para compensar e/ou mitigar as desigualdades de renda, a pobreza e seus efeitos. Obviamente, em se tratando de programas universais por força de lei, a meta é ter 100% da população atendida, qualquer que seja o nível de renda (como é o caso do ensino fundamental).

⁵⁰ A renda não pode constituir “barreiras à entrada”, sobretudo nos programas que, em tese, sejam portadores de mobilidade social, como muitos acreditam ser o caso da escolarização. Se a renda for condição determinante de acesso (e/ou de sucesso), nesses casos, forma-se o conhecido círculo vicioso da desigualdade e da pobreza. Esse é um forte argumento em favor das cotas sociais em universidades públicas.

O objetivo desse capítulo é analisar a correlação entre o rendimento domiciliar *per capita* e os níveis de consumo dos bens públicos (ou semipúblicos) ofertados pelos programas creche e pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e saneamento, tendo em vista verificar a aderência desses programas com o propósito de redução da pobreza e da desigualdade social em Mato Grosso, nos anos de 1996 e 2006. O capítulo está dividido em oito seções: a seção 7.1 destaca algumas características da amostra; a seção 7.2 analisa o acesso à creche e à educação infantil; a seção 7.3 analisa o atendimento educacional a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos; a seção 7.4 faz o mesmo para o grupo etário com idade entre 15 e 17 anos; a seção 7.5 analisa outros aspectos do atendimento escolar em Mato Grosso, destacando o problema da defasagem escolar; a seção 7.6 verifica a cobertura do atendimento escolar no grupo de 18 a 24 anos, enfatizando o acesso ao ensino superior; a seção 7.7 analisa o acesso ao saneamento básico, incluindo esgotamento sanitário (7.7.1) e água potável proveniente de rede geral (7.7.2). A seção 7.8 apresenta as considerações finais.

7.1. Características da amostra e algumas estimativas populacionais

A amostra da Pnad 2006 de dados válidos simultaneamente para idade e renda é de 8872 pessoas, conforme tabela 7.1, num total de 8894 registros. Mas, a interseção entre renda e idade constitui sub-amostras, algumas das quais são limitadas para propiciar inferências mais robustas a respeito das características investigadas. Porém, esses casos estão restritos às idades de 0 a 3 anos e 4 a 6 anos, para as famílias com renda entre 1 e 2 salários mínimos e mais de 2 salários mínimos *per capita*. Apesar dessas limitações, foram mantidos, uma vez que sua exclusão traria maiores prejuízos para a análise em seu conjunto.

Uma característica importante observada na amostra da Pnad é que há mais crianças entre pobres do que entre não pobres. Os domicílios com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em termos *per capita*, representam 28% da população total, mas abrigam aproximadamente 42,2% das crianças de 0 a 14 anos. No outro extremo, os domicílios com renda superior a dois salários mínimos *per capita* representam 13,9% da população, mas abrigam apenas 7,2% das crianças de 0 a 14 anos (ver tabela

7.2). Essa característica demográfica⁵¹ constitui um agravante a mais quando níveis menores de renda implicam menores chances de participação nos programas cujo público-alvo seja justamente as crianças. Ou, de outro ponto de vista, um programa que tenha as crianças como público-alvo terá maiores chances de reduzir a pobreza, uma vez que as crianças são mais numerosas entre os pobres.

Tabela 7.1. Composição da amostra da Pnad, segundo o rendimento domiciliar *per capita* e a faixa etária: Mato Grosso, 2006 (pessoas).

Estrato de renda (em salário mínimo)	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais	Soma
Menos de ½	259	200	589	158	288	993	2487
De ½ até 1	214	161	513	200	454	1650	3192
Mais de 1 até 2	79	76	214	112	301	1180	1962
Mais de 2	34	34	111	57	162	833	1231
Soma	586	471	1427	527	1205	4656	8872

Fonte: Pnad de 2006 (microdados).

Tabela 7.2. Distribuição da amostra da Pnad (pessoas) por faixa etária, segundo o rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 2006 (%).

Estrato de renda (em salário mínimo)	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais	Soma
Menos de ½	44,2	42,5	41,3	30,0	23,9	21,3	28,0
De ½ até 1	36,5	34,2	35,9	38,0	37,7	35,4	36,0
Mais de 1 até 2	13,5	16,1	15,0	21,3	25,0	25,3	22,1
Mais de 2	5,8	7,2	7,8	10,8	13,4	17,9	13,9
Soma	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad de 2006 (microdados).

7.2. Atendimento a crianças de 0 a 3 anos (creches) e de 4 a 6 anos (pré-escolas)

Os programas de creches e pré-escolas têm dois efeitos desejáveis: a) proporcionam oportunidades de socialização e alfabetização nas idades iniciais, ampliando as chances de êxitos das crianças atendidas nas fases seguintes de escolarização e, de quebra, reduzindo a incidência de trabalho infantil e de envolvimento com a violência; b) favorecem as mães em seus esforços de inserção no

⁵¹ A taxa de fecundidade é ainda maior entre os pobres, embora venha convergindo para a média ao longo do tempo.

mercado de trabalho, com possíveis impactos na taxa de ocupação feminina, na redução da desigualdade de rendimento entre mulheres e homens e, por hipótese, na democratização das relações de gênero. Além disso, outros programas (como os de saúde e de transferência de renda) podem ser ampliados quantitativa e qualitativamente se aproveitarem a capilaridade de um acesso mais universalizado a creches e pré-escolas⁵².

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, estabelecia para a década que então se iniciara como primeira meta para a educação infantil no Brasil:

Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.

Portanto, em 2006 o atendimento a crianças de 0 a 3 anos deveria alcançar 30% da população nessa idade, mas nem a metade disso foi alcançada no prazo. Quanto à faixa de 4 a 6 anos, ficou constatado que a meta foi subestimada, pois em 2001 a cobertura do atendimento já era superior em 15,6% pontos percentuais à meta de 50% fixada para 2006, segundo dados da Pnad⁵³.

O atendimento em creches (0 a 3 anos) constitui uma realidade ainda mais distante em Mato Grosso. Estimativas baseadas na Pnad indicam que apenas 19,9 mil crianças de 0 a 3 anos estavam freqüentando esse tipo de estabelecimento em 2006, num total de 191,9 mil crianças que compõem esse grupo etário (ver tabela 7.3). Entre 1996 e 2006 o atendimento médio aumentou de 1,2% para 10,4% (linha pontilhada da figura 7.1), mas é extremamente desigual, já que entre os pobres a freqüência é de apenas 6,2%, contra 20,6% nas famílias com renda superior a 2 salários mínimos *per capita*. A ausência de atendimento a esse grupo etário para a grande maioria da população e o fato de que o pequeno atendimento existente seja concentrado nos não pobres, faz com que esse programa contribua para o agravamento da desigualdade e da pobreza no Estado.

⁵² Quando freqüentam creches e pré-escolas, as crianças pobres e extremamente pobres ficam menos suscetíveis às “doenças da pobreza”, como as associadas à falta de saneamento e a outros tipos de riscos (maus tratos, acidentes domésticos ou nas ruas, etc.). Além disso, as crianças e seus pais se inserem numa rede de informações cujos benefícios não são simples de aferir, embora presentes.

⁵³ O PNE baseou-se em dados de matrícula levantados pelo Censo Escolar. Conforme Rosemberg (1999) esses dados subestimam a cobertura do atendimento na educação infantil, pois muitos estabelecimentos não estão cadastrados junto ao Ministério da Educação. Portanto, os dados do MEC a respeito não são comparáveis aos da Pnad.

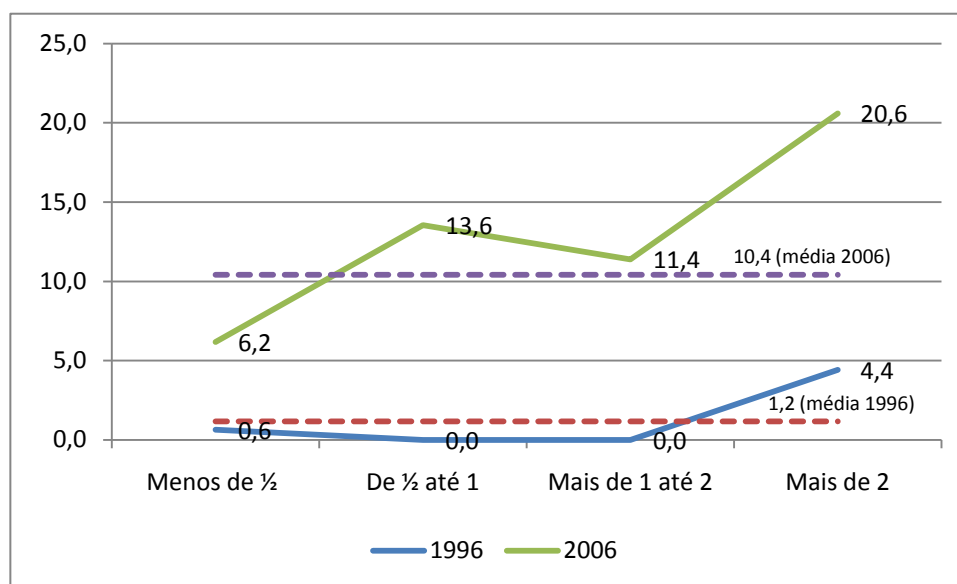


Figura 7.1. Atendimento (creches) a crianças de 0 a 3 anos, segundo as faixas de rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.

Fonte: elaboração própria, a partir das Pnad's de 1996 e 2006.

Tabela 7.3. Características do atendimento educacional em Mato Grosso, segundo a faixa etária e o curso, em 2006 (pessoas).

Curso que frequenta	Idade						Soma
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais	
Ensino fund. regular		15.721	442.155	52.731	19.651	15.721	545.979
Ensino médio regular			6.223	81.553	44.215	17.031	149.023
Suplet. Ens. fundamental			1.310	1.310	3.275	3.603	9.498
Suplet Ensino médio				328	1.638	5.895	7.861
Superior				983	46.181	37.665	84.828
Alfabetização de adultos			328		983	7.861	9.171
Creche	19.979						19.979
Pré-escolar		87.448	6.223				93.671
Pré-vestibular					2.948		2.948
Mestrado ou doutorado					655	5.895	6.550
Subtotal frequência	19.979	103.169	456.238	136.904	119.546	93.671	929.508
Outros casos (*)	171.949	51.093	11.136	35.700	275.119	1.431.271	1.976.268
Soma	191.928	154.263	467.374	172.604	394.664	1.524.943	2.905.776

(*) Não frequenta escola ou curso; sem declaração; não aplicável.

Fonte: Resultados da pesquisa com base na amostra da Pnad de 2006 e da estimativa populacional do IBGE (Projeção populacional para 15/09/2006, revisão 2008).

Desempenho um pouco melhor tem o programa de atendimento para as crianças de 0 a 4 anos (pré-escola). Conforme figura 7.2, a proporção de crianças de 4 a 6 anos atendidas em pré-escolas evoluiu de 40,7% para 66,9%, entre 1996 e 2006. O número de crianças atendidas aumentou em 59,3%, de 64,7 mil para 103,2 mil (incluindo os que estão freqüentando o ensino fundamental). Embora seja notável o progresso nos últimos 10 anos, não deixa de ser preocupante que ainda se tenha 33,1% das crianças não atendidas por esse programa, seja público ou privado. Mais preocupante ainda é o fato de que o atendimento em pré-escolas reproduz, em vez de reduzir, os padrões de desigualdade e pobreza vigentes: entre pobres e extremamente pobres o déficit de atendimento é de cerca de 41,5% do público elegível, mas entre as famílias com renda *per capita* superior a dois salários mínimos o déficit de atendimento se reduz para 8,8% (em 2006). De positivo, tem-se que em 2006 a renda era menos determinante do acesso, relativamente a 1996 (houve uma elevação da linha de acesso/ renda e, simultaneamente, uma redução de sua inclinação).

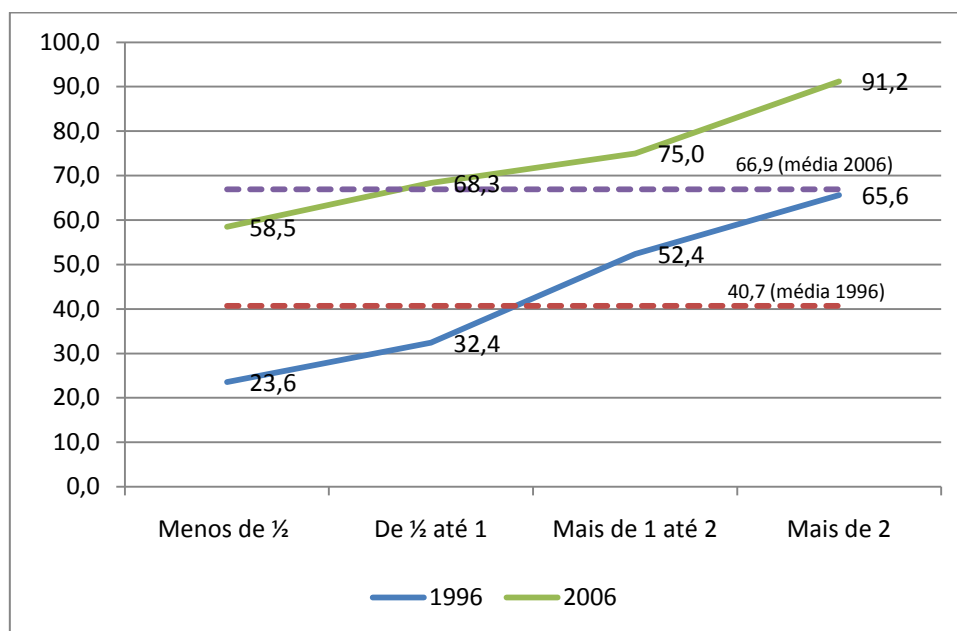


Figura 7.2. Atendimento a crianças de 4 a 6, segundo o rendimento domiciliar per capita: Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.

Fonte: elaboração própria, a partir das Pnad's de 1996 e 2006.

7.3. Atendimento escolar a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos

Este é o programa mais bem sucedido, pois a taxa de cobertura alcança 97,6% das crianças com idade entre 7 e 14 anos (figura 7.3). Na média, a proporção de crianças atendidas aumentou de 91% para 97,6%, de 1996 para 2006. O número de crianças atendidas aumentou em 13,4%, de 402,2 mil para 456,2 mil. Nos domicílios com renda acima de 1 salário mínimo *per capita* o atendimento já havia sido praticamente universalizado desde 1996. Deve-se registrar que houve melhorias importantes, já que entre 1996 e 2006 o déficit de atendimento entre os pobres e extremamente pobres era de reduziu de 16,3% para 3,2%. Pode-se concluir que a renda não é um fator determinante do acesso ao ensino fundamental, uma vez que o atendimento está praticamente universalizado. Assim, é provável que esse programa esteja contribuindo para a redução da desigualdade e da pobreza⁵⁴.

⁵⁴ Há, porém, há questão da qualidade que, novamente, pode afetar desigualmente pobres e não pobres, com consequências para a evolução futura da escolarização e da inserção no mercado de trabalho. Sabe-se que a educação no Brasil é ruim como um todo, inclusive a educação servida à elite; mas, sabe-se que ela ainda é pior nas escolas públicas, onde estudam os mais pobres. Entre os maiores problemas estão as elevadas taxas de reprovação e evasão, a defasagem idade-série e o baixo nível de aprendizagem dos alunos, atestado em vários tipos de avaliação, como o Prova Brasil, o SAEB e o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dados do PISA mostram que os alunos brasileiros obtiveram, em 2006, médias que colocam o país, entre 57 investigados, na 53ª posição em matemática, 52ª em ciências e 48ª posição em leitura. As causas desse baixo desempenho são várias e discutíveis, mas a baixa qualidade do ensino deve ser a principal delas.

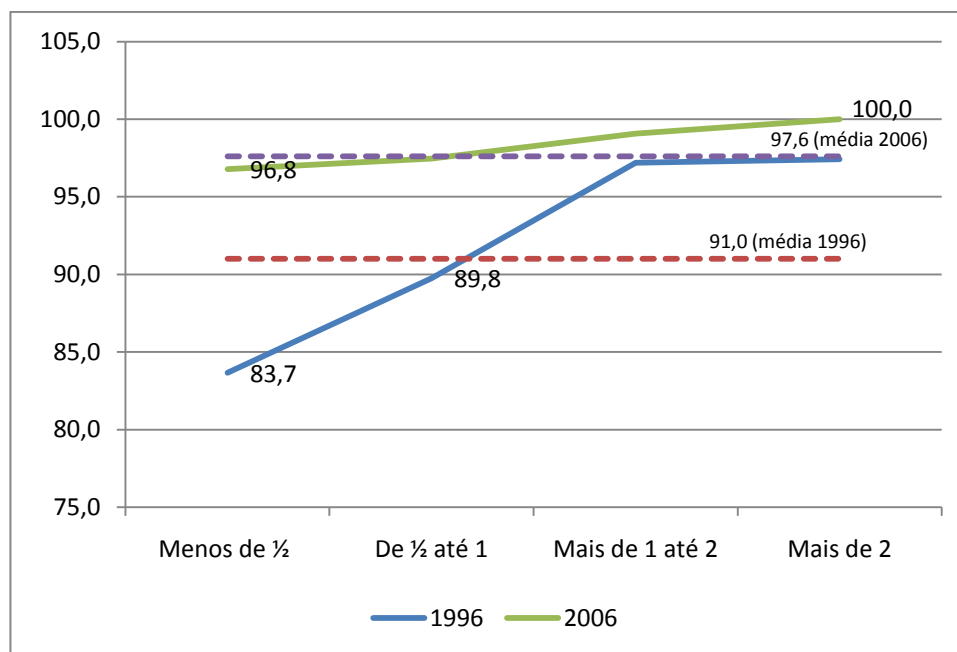


Figura 7.3. Atendimento escolar a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, segundo o rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.

Fonte: elaboração própria, a partir das Pnad's de 1996 e 2006.

7.4. Atendimento escolar a adolescentes e jovens de 15 a 17 anos

O acesso à escola entre adolescentes e jovens de 15 a 17 anos é ainda fortemente correlacionado com a renda e constitui um sério problema social. Nos domicílios com renda *per capita* acima de dois salários mínimos a cobertura se aproxima de 88%, valor praticamente alcançado desde 1996. Entre os pobres, o atendimento ainda está em 74,7% (era 60,2% em 1996). A taxa média de cobertura cresceu pouco, de 73% para 79,3%. O Número de alunos atendidos passou de 123,8 mil para 136,9 mil, um aumento de 10,5%. Para universalizar o atendimento das pessoas de 15 a 17 anos, o Estado precisaria incorporar cerca de 35,7 mil adolescentes e jovens, que não estão freqüentando nenhum tipo de escola. De positivo, pode-se argumentar que a renda é cada vez menos determinante do acesso à escola: a linha atendimento *versus* renda, apesar de ter se elevado pouco, tornou-se mais horizontal, de forma que os pobres e extremamente pobres estão mais próximos da média em 2006 (94,2% da média) do que estavam em 1996 (82,5% da média) (ver figura 7.4).

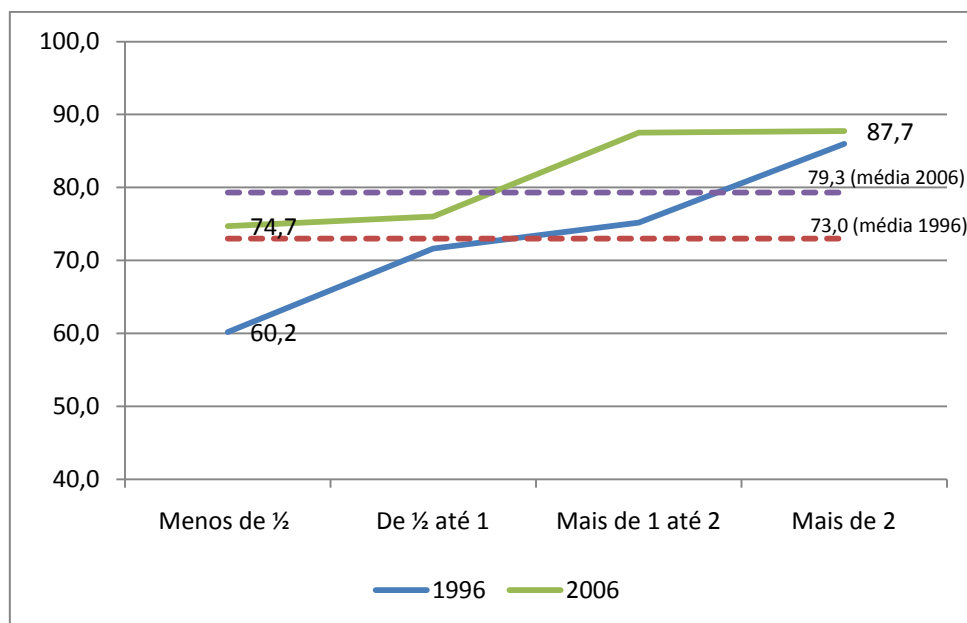


Figura 7.4. Atendimento escolar a adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, segundo o rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.

Fonte: elaboração própria, a partir das Pnad's de 1996 e 2006.

7.5. Outras características do atendimento escolar em Mato Grosso

A demografia vem dando importante contribuição em favor da melhoria dos programas educacionais. Ou, pelo menos, está deixando de ser um dos vilões do problema. Com efeito, enquanto a população total cresceu cerca de 25% entre 1996 e 2006, a população com idade entre 0 e 17 anos aumentou apenas 3,2%, de 955,3 mil para 986,2 mil. Em termos relativos, a população dessa faixa etária reduziu de 41% para 33,9% da população total. Para se ter melhor idéia do que isso representa, se a população de 2006 apresentasse a mesma composição etária de 1996, haveria cerca de 206,9 mil pessoas de 0 a 17 anos a mais. É uma mudança que reduz significativamente a pressão sobre os sistemas de ensino, abrindo espaço para políticas com enfoque mais qualitativo.

O total de pessoas (todas as idades) atendidas nos sistemas de creches, pré-escolas, ensino fundamental *regular* e ensino médio *regular* é de 808,6 mil (tabela 7.3). Mas, existem 269,8 mil crianças e adolescentes de 0 a 17 anos não atendidas, o que projeta um aumento potencial de 33,4% sobre a oferta atual. Excluindo-se as crianças de 0 a 3 anos, o aumento requerido na oferta se reduz para 97,9 mil novas matrículas (12,1% de aumento sobre o atendimento atual).

As reprovações escolares inflacionam a estrutura de atendimento, embora num segundo momento provoquem evasão escolar. O total de pessoas freqüentando o ensino fundamental *regular* é 545,9 mil, dos quais 88,1 mil (16,1%) pertencem a faixas etárias de 15 anos ou mais. O ensino médio *regular* atende a 149,0 mil alunos, dos quais 61,2 mil (41,1%) têm idade acima de 17 anos. Esse represamento representa um enorme custo para o sistema educacional e para a sociedade como um todo, mas talvez seja mais sintoma do que causa dos males educacionais do Estado (e do País).⁵⁵ O total de atendimento no ensino regular de 1º e 2º graus (fundamental e médio) é superior ao número de crianças e adolescentes com idade entre 7 e 17 anos. Isso significa que se não houvesse retardamento do fluxo escolar o sistema já teria capacidade instalada para atender a toda população nessa idade, inclusive os que estão fora da escola⁵⁶.

A defasagem idade-série pode ser identificada pelas estatísticas da Pnad, que pergunta a idade da pessoa, se ela freqüenta ou não escola ou creche e que curso e série ela freqüenta. A tabela 7.4 mostra a dimensão do problema da defasagem escolar entre crianças e jovens de 7 a 17 anos matriculados nos níveis fundamental e médio (regulares). A defasagem escolar alcança 40,64% das crianças e adolescentes nesta idade; ou seja, 236,8 mil alunos de 7 a 17 anos regularmente matriculados nos níveis fundamental e médio apresentam algum grau de atraso escolar. Se incluirmos o grupo de 18 a 24 anos que está matriculado nesses níveis de ensino, o total de alunos defasados salta para 300,7 mil.

As estatísticas da Pnad mostram que o problema da defasagem é maior entre os alunos pobres⁵⁷. Os dados de 2006 indicam que entre alunos de 7 a 17 anos pertencentes a famílias pobres a defasagem alcança 50,1%, contra 20,8% naqueles com renda acima de 2 salários mínimos *per capita*. Assim, os alunos pobres representam 46,3% dos alunos com algum grau de defasagem, enquanto que os alunos pertencentes ao estrato superior a 2 mínimos *per capita* representam apenas 4,6% do total de

⁵⁵ O sistema educacional é perverso: começa com a quase totalidade das crianças (no ensino fundamental), deixa um expressivo contingente de crianças e jovens pelo caminho, por conta das reprovações e evasões, e não consegue fazer com que os “sobreviventes” demonstrem aprendizagem compatível com o esperado. A baixa disponibilidade *per capita* de recursos acaba sendo agravada pela ineficiência do seu uso.

⁵⁶ Se os “fora da escola” estivessem inseridos no mercado de trabalho, menos mal. Mas esta não é a realidade: apenas 30,5% deles, com idade entre 7 e 17 anos, estão ocupados e auferindo algum tipo de rendimento no mercado de trabalho. E os inseridos no mercado “trocaram” a escola por um rendimento médio inferior a 89% do salário mínimo. É provável, portanto, que o abandono escolar não seja motivado pela atratividade do mercado de trabalho, mas pela desmotivação ou falta de incentivo em continuar freqüentando o ambiente escolar.

⁵⁷ É de se supor que haja correlação significativa entre defasagem, abandono escolar e nível de renda. Assim, o impacto do rendimento (e da pobreza) sobre a defasagem é subestimado quando a análise se limita aos que estão freqüentando escola. Se o abandono escolar é relativamente maior entre os pobres, os dados da tabela 7.4 são enviesados.

defasados (tabela 7.4). Interessante observar que 55% dos alunos defasados estão a apenas um ano de regularizarem o seu fluxo escolar (tabela 7.5).

Tabela 7.4. Alunos de 7 a 17 anos regularmente matriculados no ensino fundamental e médio e que apresentam algum grau de atraso escolar, segundo o rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 2006.

Estrato de renda (em salário mínimo)	% de alunos defasados	Total de alunos (mil)	% relativo
Menos de ½	50,1	109,7	46,3
De ½ até 1	41,5	87,4	36,9
Mais de 1 até 2	28,7	28,8	12,2
Mais de 2	20,8	10,8	4,6
Total	40,6	236,8	100,0

Fonte: dados da pesquisa, com base na Pnad de 2006.

Tabela 7.5. Grau de defasagem escolar entre alunos de 7 a 17 que freqüentam o ensino fundamental e médio regulares: Mato Grosso, 2006.

Grau de defasagem (anos)	%	Total de alunos (mil)
1	55,0	130,4
2	24,3	57,6
3	10,4	24,6
4	5,7	13,4
5 ou mais	4,6	10,8
Total	100,0	236,8

Fonte: dados da pesquisa, com base na Pnad de 2006.

A figura 7.5 mostra que houve significativa melhoria na adequação idade-série entre os alunos de 15 a 17 anos, entre 1996 e 2006. Na média, a porcentagem de alunos nessa faixa etária frequentando o ensino médio (ou acima) aumentou de 30,6% para 60,3%. Mas, a desigualdade é marcante: entre os alunos com renda acima de 2 salários mínimo *per capita* esse índice alcança 88%; entre os alunos pobres somente 49,2% estão frequentando o nível de ensino adequado para a idade (nível médio). Noutros termos, mais da metade deles está “retida” nas séries do nível anterior de escolarização. Entretanto, essa desigualdade vem diminuindo, uma vez o ajuste idade-série tem sido

mais acelerado entre os pobres⁵⁸. Vale ressaltar que a figura 7.5 subestima o impacto do rendimento sobre a defasagem escolar, uma vez que se limita aos que estão frequentando a escola (ver nota 8).

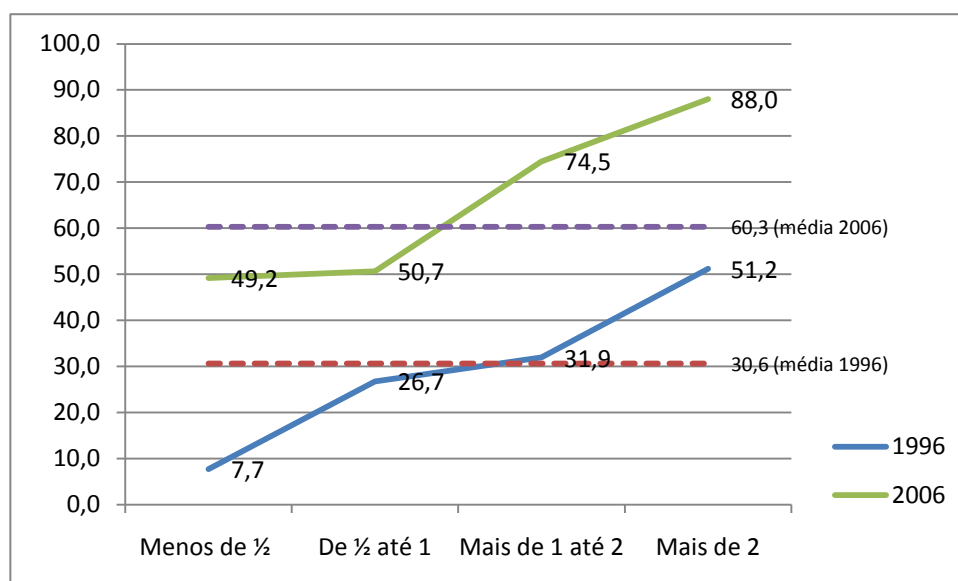


Figura 7.5. Percentual de alunos de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio (ou acima) em relação ao total de alunos de 15 a 17 anos, segundo o rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 1996 e 2006.

Fonte: elaboração própria, a partir das Pnad's de 1996 e 2006.

7.6. Atendimento escolar aos jovens de 18 a 24 anos

Os jovens de 18 a 24 anos totalizam 394,7 mil pessoas, ou 13,6% da população estadual em 2006. Entre eles, 69,7% (275,1 mil) não frequentam qualquer tipo de escola ou curso. Mais grave é que cerca de 116,5 mil jovens nessa idade, além de não estudarem, também não estão exercendo qualquer atividade remunerada. Entre os 119,5 mil que estão frequentando algum curso, 19,6 mil frequentam o nível fundamental regular, 44,2 mil frequentam o ensino médio regular, 46,8 mil frequentam o ensino superior ou pós-graduação e outros 8,8 mil frequentam cursos supletivos, pré-vestibular e alfabetização de adultos (tabela 7.3). Comparado a 1996, praticamente não houve

⁵⁸ É possível que a flexibilização das exigências de avaliação (regime de ciclos, “aprovação automática”) tenha parte nessa evolução. Se isso for verdade, o sistema educacional estaria trocando defasagem idade-série por defasagem aprendizado-série (os alunos saberiam cada vez menos para a série em que se encontram).

aumento do atendimento escolar a este público, em termos proporcionais. Em termos numéricos, o público atendido aumentou em 18,0%, de 101,2 mil para 119,5 mil, em grande parte graças à expansão da frequência ao ensino superior.

Atendimento escolar aos jovens de 18 a 24 anos no ensino superior

O atendimento ao ensino superior na faixa de 18 a 24 anos constitui, de longe, o mais regressivo do programas educacionais (figura 7.6). Em termos numéricos, houve um crescimento de 98,3%, passando de 23,6 mil para 46,8 mil alunos atendidos de 1996 a 2006 (incluindo alunos em pós-graduação). Mas, cobertura continua muito baixa (11,9% em 2006, contra 7,5% em 1996) e extremamente desigual: entre os pobres e extremamente pobres, a cobertura atinge 2,4% em 2006, contra 1,2% em 1996. Mas, na população com renda acima de 2 salários mínimos *per capita*, a cobertura alcança 42,6% em 2006 (era 20,2% em 1996)⁵⁹. Considerando que os maiores retornos à escolarização estão associados ao ensino superior, forma-se aqui o conhecido círculo vicioso da desigualdade: para ter curso superior é preciso ter renda⁶⁰, e para ter maior renda é preciso fazer um curso superior.

⁵⁹ Nos estratos acima de 3 salários mínimos *per capita* a taxa de frequência ao ensino superior ultrapassa a 50%.

⁶⁰ A renda aqui não é tão somente aquela necessária para pagar mensalidades em cursos universitários privados, mas, sobretudo, aquela que ampara o longo ciclo de escolarização e permite aos mais afortunados chegar às portas do sistema público em condições mais competitivas para conquistar as vagas e sobreviver a mais quatro ou cinco anos de formação, quando as necessidades de trabalhar são prementes.

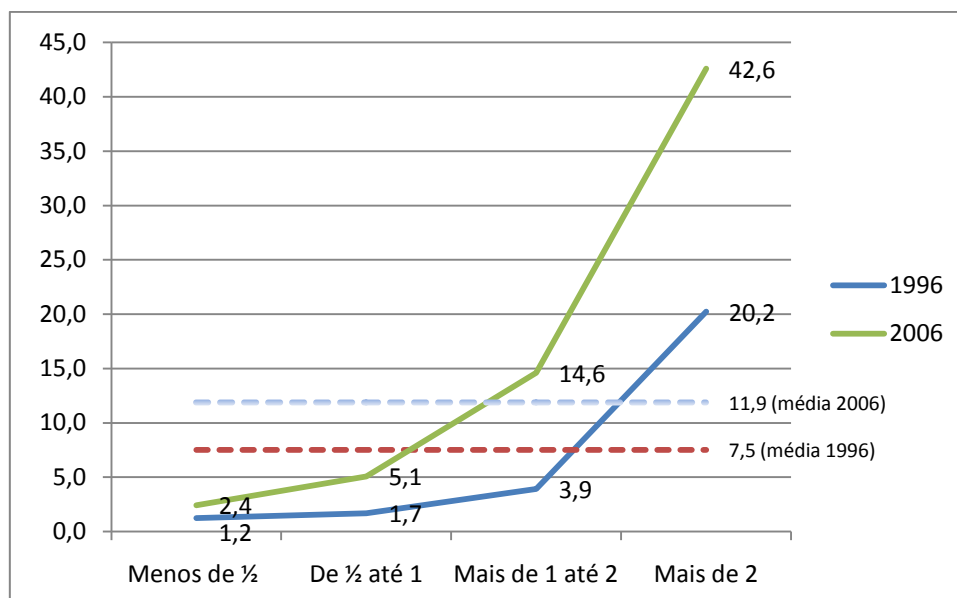


Figura 7.6. Atendimento escolar a jovens de 18 a 24 anos no ensino superior (inclusive mestrado ou doutorado), segundo o rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.

Fonte: elaboração própria, a partir das Pnad's de 1996 e 2006.

7.7. Acesso ao saneamento básico

O acesso ao saneamento é aqui analisado em dois aspectos principais: esgotamento adequado e sistema adequado de abastecimento de água. A unidade de referência é pessoa em domicílio permanente. Possuem esgotamento adequado⁶¹ aqueles domicílios que se enquadram em uma das seguintes características: (1) são ligados à rede coletora de esgoto ou pluvial; (2) utilizam fossa séptica ligada à rede coletora ou pluvial; (3) utilizam fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial. Em contraste, todas as outras possibilidades previstas na Pnad são consideradas formas inadequadas de esgoto. São elas: fossa rudimentar; vala; outras formas precárias. Possuem sistema adequado de abastecimento de água aqueles domicílios que contam com canalização interna em pelo menos um cômodo e água proveniente de rede geral de distribuição. Como se verá a

⁶¹ O termo “adequado” não parece apropriado para retratar as características assinaladas; a rigor, deveriam ser considerados adequados apenas os casos em que o esgoto é coletado por rede geral e devidamente tratado, antes de ser lançado no meio ambiente. No entanto, as estatísticas oficiais consideram possuir esgotamento adequado os domicílios com as características assinaladas, o que certamente subestima os reais problemas do saneamento no País, pois não considera as externalidades negativas envolvidas.

seguir, o saneamento básico reproduz os padrões de desigualdade vigentes, pois seu consumo é também crescente com o nível de renda. A dinâmica de apropriação e uso do espaço urbano potencializa ainda mais as desigualdades, pois empurra os pobres para as periferias desprovidas de tais infra-estruturas e, ao mesmo tempo, faz surgir verdadeiras “rendas ricardianas” nos espaços mais bem servidos⁶².

7.7.1. Esgotamento sanitário adequado

O esgotamento sanitário “adequado” (ver crítica na nota 12) alcança apenas 34,3% da população de Mato Grosso (figura 7.7). Portanto, a grande maioria (65,7%) se vale de fossa rudimentar, vala e outras formas precárias. Esse índice melhorou ao longo dos últimos dez anos, já que em 1996 estavam na condição adequada apenas 22,15% dos residentes em domicílios permanentes. Em termos numéricos, o total de pessoas em domicílios com esgotamento adequado aumentou em 86,2%, de 514 mil para 997,0 mil, enquanto a população total cresceu em proporção menor, cerca 25%. A evolução do índice de pessoas em domicílios com esgotamento “adequado” foi mais acelerada entre os pobres (de 9,9% para 24%, entre 1996 e 2006). No entanto, a desigualdade de acesso a essa importante infra-estrutura continua acentuada, já que na faixa acima de dois salários mínimos *per capita* 52,5% estão em domicílios com esgotamento sanitário adequado.

⁶² Os grupos sociais mais bem servidos se beneficiam duplamente: pelo consumo direto de tais bens públicos e pela apropriação de renda territorial decorrente de valorização imobiliária. Na base da pirâmide social, os mais pobres são mais excluídos do consumo, sofrem com mais intensidade os efeitos das externalidades negativas de um saneamento ruim, no geral, e ainda enfrentam problemas com direitos de propriedade à moradia. Assim, à escassez de renda soma-se a depreciação dos ativos dos pobres, tudo conspirando para tornar ainda mais críticas as dificuldades da pobreza.

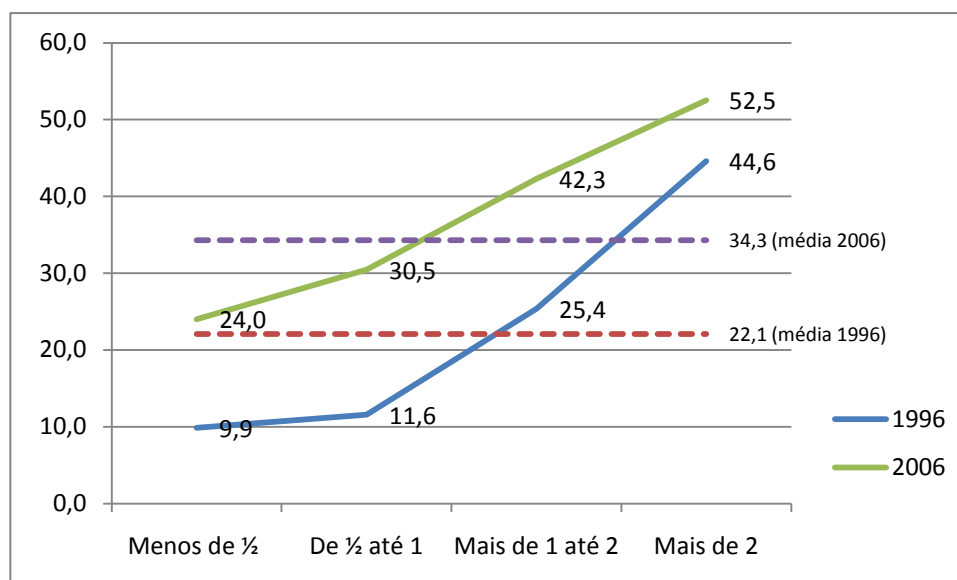


Figura 7.7. Percentual de moradores em domicílios permanentes com sistema adequado de esgoto sanitário, segundo o rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.

Fonte: elaboração própria, a partir das Pnad's de 1996 e 2006.

7.7.2. Água proveniente da rede geral

O acesso à água canalizada proveniente de rede geral de distribuição apresenta números melhores do que no caso do esgoto sanitário, mas em níveis ainda preocupantes para a saúde pública. Entre 1996 e 2006, a proporção de pessoas em domicílios com abastecimento de água adequado evoluiu de 56,3% para 63,2%. Entre os pobres essa evolução foi de 27,8% para 49,5%. Ou seja, menos da metade da população pobre conta com abastecimento adequado de água. No grupo com mais de 2 salário mínimo *per capita* esse índice é superior a 80%, valor que já havia sido alcançado desde 1996 (figura 7.8). Em números, cerca de 1 milhão de pessoas (dos quais 38,5% são pobres) ainda não contam com essa infra-estrutura essencial. Portanto, tal como o esgoto sanitário, água potável é um bem público⁶³ cujo consumo ainda é fortemente crescente com a renda, traduzindo um viés regressivo para a desigualdade e a pobreza.

⁶³ Tecnicamente, água tratada é um bem rival e excluível no consumo (tal como os programas educacionais). No entanto, pode ser considerado bem público ou meritório, no sentido de que é essencial à saúde pública, inclusive pelas externalidades envolvidas. Além disso, a exclusão do consumo não é efetuada necessariamente via preço ou pela incapacidade de pagar (como ocorre no caso de um bem não sujeito a falhas de mercado), mas pela ausência da infra-estrutura pública de atendimento nas áreas ocupadas predominantemente por pobres. A exclusão no caso em questão tem a ver com o funcionamento dos serviços públicos e com a dinâmica de uso e apropriação do espaço urbano.

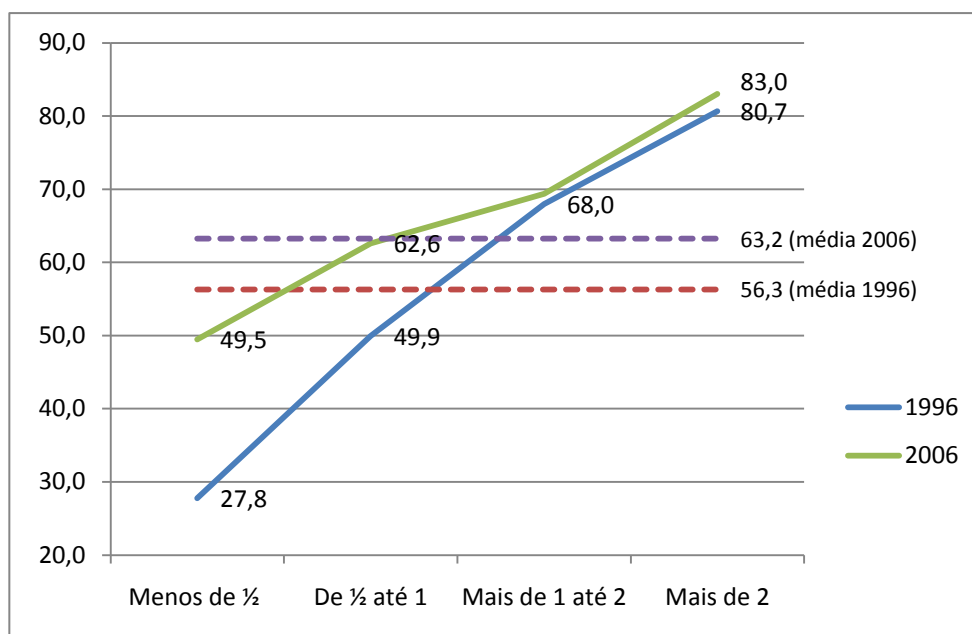


Figura 7.8. Percentual de moradores em domicílios permanentes com água canalizada proveniente da rede geral de distribuição, segundo o rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.

Fonte: elaboração própria, a partir das Pnad's de 1996 e 2006.

7.8. Considerações finais

Os “programas” analisados neste capítulo visam à oferta de bens públicos (ou semipúblicos). Independentemente das formas de propriedade utilizadas na *oferta* de tais bens – se estatal ou privada, ou diferentes combinações entre ambas – não deveria haver desigualdade significativa no *consumo*, sob pena de tais programas contribuírem para agravar (ou não contribuírem para diminuir) a já elevada desigualdade de renda. Não foi, porém, o que se constatou. Pelo contrário, na maioria dos casos analisados os grupos de maior renda tendem a capturar proporções maiores do acesso a tais bens (tabela 7.6 e figuras 7.9 e 7.10). À exceção do atendimento às crianças de 7 a 14 anos, em todos os outros programas persiste considerável *gap* de atendimento a separar os pobres dos grupos situados no outro extremo da distribuição. A situação é particularmente crítica no atendimento a creches (0 a 3 anos), ensino superior (18 a 24 anos) e sistemas adequados de esgoto, casos em que a proporção de pobres atendidos alcança apenas 30%, 5,7% e 45,7% da proporção de

atendimento verificada no extremo mais rico. A boa notícia é que, entre 1996 e 2006, houve redução na desigualdade de acesso à maioria dos programas analisados, em graus variados. Entretanto, a desigualdade no acesso ao ensino superior, além de muito elevada, continua nos mesmos níveis de 1996 (ver figura 7.9).

Tabela 7.6. Acesso a alguns programas selecionados, segundo o rendimento domiciliar *per capita* da população atendida: Mato Grosso, 1996 e 2006, em %.

Público/ Programa	1996				2006			
	Todos	Menos de ½ SM (A)	Mais de 2 SM (B)	(A/B) (%)	Todos	Menos de ½ SM (A)	Mais de 2 SM (B)	A/B (%)
0 a 3 anos (Creche)	1,2	0,6	4,4	14,8	10,4	6,2	20,6	30,0
4 a 6 anos (Pré-escola)	40,7	23,6	65,6	35,9	66,9	58,5	91,2	64,2
7 a 14 anos (freq. à escola)	91,0	83,7	97,4	85,9	97,6	96,8	100,0	96,8
15 a 17 anos (freq. à escola)	73,0	60,2	86,0	70,0	79,3	74,7	87,7	85,1
15 a 17 anos (freq. à escola/ 2º Grau ou acima)	30,6	7,7	51,2	15,0	60,3	49,2	88,0	55,9
18 a 24 anos (freq. Ens. superior)	7,5	1,2	20,2	6,1	11,9	2,4	42,6	5,7
População (esgoto adequado)	22,1	9,9	44,6	22,1	34,3	24,0	52,5	45,7
População (água de rede geral)	56,3	27,8	80,7	34,4	63,2	49,5	83,0	59,6

Fonte: elaboração própria, a partir das Pnad's de 1996 e 2006.

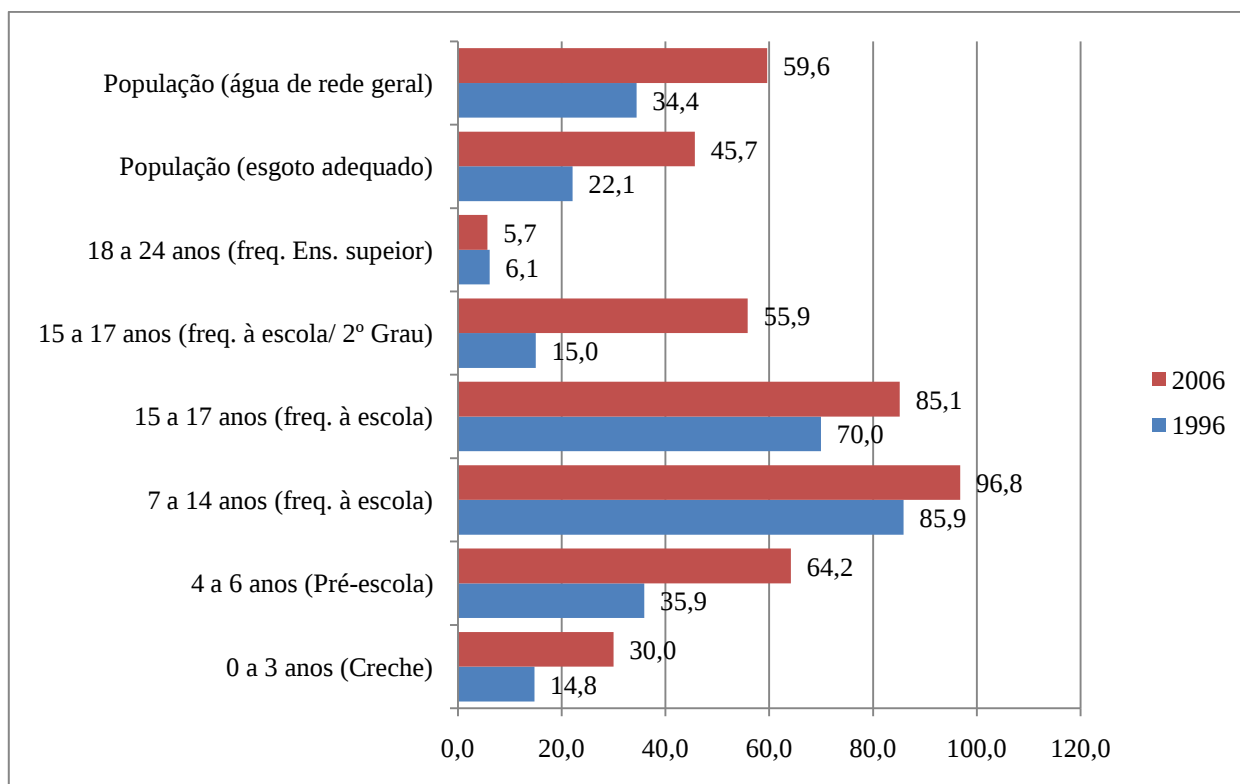


Figura 7.9. Relação entre as proporções de acesso a alguns bens públicos – população pobre *versus* população com renda acima de 2 salários mínimos *per capita*: Mato Grosso, 1996 e 2006 (em %).

Fonte: tabela 7.6. Nota: taxa de acesso entre pobres/ taxa de acesso entre os com renda acima de 2 s.m. (%).

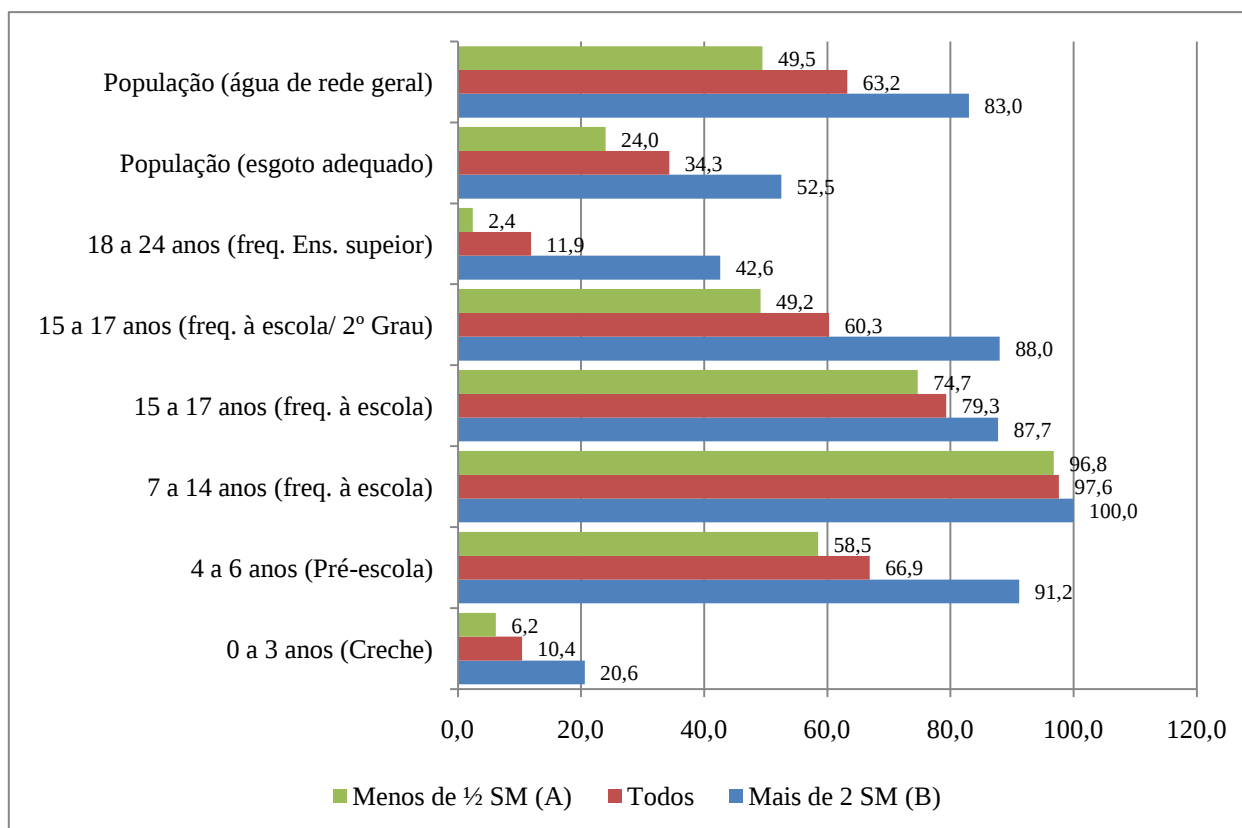


Figura 7.10. Níveis de acesso a alguns bens públicos - população total, população com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* (pobres) e população com renda superior a 2 salários mínimos *per capita*: Mato Grosso, 2006 (em %).

Fonte: tabela 7.6.

A conclusão geral deste capítulo é que, portanto, *o consumo dos bens públicos ou semipúblicos reproduz os padrões de desigualdade e pobreza vigentes no Estado*. Mesmo nos casos que se aproximam da universalidade, como ocorre no atendimento escolar na faixa de 7 a 14 anos, persistem desigualdades significativas no plano qualitativo, a separar pobres de não pobres. Em que pesem as melhorias observadas na última década, falhas de cobertura e de qualidade são evidências de que *o estado ainda não logrou êxito suficiente em fazer da oferta dos bens públicos e semipúblicos um instrumento a serviço da redução da desigualdade social e da pobreza*. Por outro lado, na medida em que o consumo desses bens é crescente com a renda, é possível que os programas de transferência de renda (previdência social e bolsa família) aumentem as chances de consumo entre os pobres, sendo este um efeito indireto e provavelmente subestimado de tais programas. De fato, na perspectiva das “funcionalidades” sugeridas por Amartya Sen talvez a renda seja importante até mesmo para se ter acesso a bens “gratuitos”.

CAPÍTULO 8. CONCLUSÕES

Este estudo procurou traçar um panorama abrangente da desigualdade e da pobreza em Mato Grosso, enfatizando suas inter-relações com o crescimento econômico, as políticas públicas (transferências de renda e oferta de bens públicos) e algumas características sócio-demográficas. A preocupação central foi investigar evidências robustas que permitam explicar o comportamento ou a tendência da desigualdade e da pobreza no Estado.

O trabalho partiu da premissa de que o objetivo de reduzir a desigualdade e a pobreza é maximizado quando: i) a coletividade alcança níveis de crescimento mais elevados e sustentáveis e esse crescimento possa ser mais bem difundido social e territorialmente, o que requer uma economia mais diversificada, uma estrutura social menos heterogênea e um ambiente macroeconômico e institucional favorável; ii) os aumentos de renda das famílias sejam provenientes principalmente do mercado de trabalho e, neste mercado, a renda dos pobres cresça acima da média da população, condição importante para a redução sustentável da pobreza e da desigualdade, conforme o preceito da progressiva redução da dependência; iii) o mercado de trabalho esteja progressivamente livre de práticas discriminatórias (sexo, idade, cor) e sejam mínimos os efeitos sobre o rendimento e a pobreza provenientes das diferenças ocupacionais e outras formas de segmentação (como setor e posição na ocupação, local de origem, etc.); iv) as ações da autoridade pública (transferências de renda, bens públicos, tributação) não apenas beneficiem os mais pobres (cobertura, focalização, incidência), mas efetivamente corrijam as *desigualdades de oportunidade* que mais impactam nas *desigualdades de renda*.

A evolução da pobreza parece seguir alguns padrões em termos de seus determinantes. Nos anos 70, a pobreza declinou basicamente por conta do forte crescimento econômico, já que a desigualdade era elevada e crescente e o País vivia sob regime de exceção. Nos anos 80 e início dos anos 90, quando o País voltava à democracia, a desigualdade piorou e a pobreza oscilou entre os extremos marcados pelos efeitos do segundo choque do petróleo (1983), o auge do Plano Cruzado (1986) e o colapso do Plano Collor (1992). Resumidamente, a década de 80 foi uma “década perdida” para os

esforços de redução da desigualdade e da pobreza. No entanto, data de 1988 o advento da então denominada “Constituição cidadã”, cujos impactos sobre as condições sociais se fariam sentir nos anos subseqüentes. Contando com esse ambiente institucional da Constituição de 1988 e com o advento do Plano Real (a partir de 1994), a pobreza sofreu novo impulso de redução, desta vez por conta da estabilização monetária, progressos consideráveis na saúde e na educação (sobretudo ensino fundamental) e montagem de uma rede de proteção social mais abrangente. Porém, a contribuição do período 1994-2003 para a redução da pobreza foi modesta e limitada pelas baixas taxas de crescimento econômico.

O período 2004-2006 (último ano coberto por este estudo) talvez tenha sido o que mais reuniu condições simultâneas e favoráveis a uma queda mais consistente da desigualdade e da pobreza no Brasil: liberdades civis, retomada do crescimento econômico em ambiente de menor vulnerabilidade externa, consolidação da estabilidade monetária, melhorias no mercado de trabalho (aumento do emprego e do grau de formalização) e aprofundamento da rede de proteção social (na qual se inclui o programa Bolsa Família, a ampliação do Pronaf e a recuperação do salário mínimo, que reajusta os benefícios da assistência e da previdência social). Mas, mesmo considerando que 2007 e 2008 mantêm essas características, o período ainda não é longo o suficiente para apoiar afirmações mais contundentes de que a desigualdade esteja em processo de declínio estrutural.

Ficou evidente a importância do crescimento econômico para a redução da pobreza, mas esse efeito é variável no tempo e no espaço, conforme visto na análise da elasticidade-renda da pobreza e no contraponto entre Mato Grosso e Santa Catarina a respeito da difusão social e territorial do crescimento. Os efeitos sociais e a difusão territorial do crescimento parecem depender de aspectos qualitativos referentes à estrutura econômica e social em que ele transcorre, destacando-se, possivelmente, a diversificação da estrutura produtiva e o grau de desigualdade prevalecente, fatores amplamente favoráveis a Santa Catarina e a contextos mais específicos, como em 2004-2008. Uma simulação simples em cenários de crescimento com e sem redução da desigualdade mostrou a importância de se perseguir o crescimento sustentável e simultânea redução da desigualdade de renda, para se alcançar maiores níveis de bem-estar num horizonte mais curto de tempo. A respeito da necessidade de se produzir taxas de crescimentos menos voláteis e socialmente mais difusas, Mato Grosso enfrenta o desafio de migrar para uma estrutura produtiva mais diversificada e integrada, menos concentrada na propriedade de fatores e menos dependente do mercado externo de poucas *commodities*.

Além das mudanças quantitativas e qualitativas no crescimento econômico e no ambiente institucional em que ele ocorre, este estudo assinalou algumas outras evidências de que está em curso um conjunto de transformações que amparam certo otimismo vigilante a respeito da evolução da desigualdade e da pobreza no Brasil e em Mato Grosso. Se é verdade que as transferências governamentais da previdência e do programa Bolsa Família são relevantes para reduzir a pobreza e a desigualdade, cabe observar que também o mercado de trabalho vem dando significativa contribuição a esse processo. Em Mato Grosso, a participação da renda do trabalho na formação do rendimento domiciliar se manteve relativamente estável (em torno de 82%) entre 2002 e 2006, mas a desigualdade de Gini declinou em 8,8% nesse mercado, uma queda substancial para os padrões históricos desse indicador.

Outro conjunto de evidências se refere a certos padrões demográficos de maturação mais longa, destacando-se a transição etária (a desigualdade é maior por herança das gerações mais velhas) e a universalização da educação, com conseqüências para a evolução da desigualdade de gênero e étnica no mercado de trabalho, que ainda se encontra em nível elevado. A desigualdade revelada no presente tem uma história em que o passado parece ter sido amplamente favorável (ou menos desfavorável) à população masculina de cor branca. A progressiva (ainda que lenta) democratização dos recursos de poder e de capital humano provavelmente se constitui numa força tendente a induzir maiores progressos em direção a uma sociedade menos desigual e com menor incidência de pobreza. Essa tendência é reforçada por outras variáveis, como a redução e a convergência do tamanho médio das famílias, o arrefecimento dos fluxos migratórios e a diversificação da economia. Contudo, a agregação da população ocupada e com rendimento em categorias sócio-demográficas mais homogêneas não produziu a esperada homogeneidade de rendimentos. Essa frustração foi maior no caso da escolarização, tida como importante variável explicativa do nível e da distribuição da renda (o índice de Gini apresentou pequena redução, insuficiente para imputar a essa variável queda significativa da desigualdade). Em função disso, talvez se deva prestar mais atenção à parte “não explicada” do rendimento, em vez de simplesmente entregá-lo à sorte dos “fatores aleatórios”.

O terceiro conjunto de transformações abordado nesse estudo se refere ao acesso aos bens públicos. Constatou-se que as famílias mais pobres tendem a capturar proporções menores do acesso a bens públicos, ressaltando, nesse plano, a reprodução dos padrões de desigualdade e pobreza. À exceção do ensino fundamental (praticamente universalizado), todos os outros programas analisados (creches e pré-escolas, ensino médio, ensino superior e saneamento) apresentam taxas de acesso

significativamente crescentes com a renda, além de reduzida cobertura média. E o mais regressivo de todos foi o ensino superior, cujo acesso entre os pobres está em ínfimos 2,4%, contra uma participação de mais de 50% entre aqueles provenientes de famílias com renda acima de 3 salários mínimos *per capita*. Mas, nem tudo é má notícia no campo dos bens públicos (ou semipúblicos). Entre 1996 e 2006, em quase todos os programas (exceto creches e ensino superior) a participação dos pobres cresceu de forma mais acelerada do que a média, exemplificando uma queda na desigualdade. Conseqüentemente, é muito provável que as políticas públicas estejam contribuindo para a tendência de redução da desigualdade e da pobreza, o que pode (e deve) ser acelerado mediante melhoria da cobertura e da qualidade, especialmente entre os mais pobres. Ao mesmo tempo, por outro ponto de vista, o crescimento da renda dos pobres – seja ele proveniente do trabalho ou de transferências – parece contribuir para aumentar-lhes as chances de usufruir melhor até mesmo dos bens públicos. Uma evidência das “multifuncionalidades” da renda, conforme postulou Amartya Sen.

Este estudo apresenta algumas limitações. A mais importante delas talvez seja restringir as análises dos capítulos 5 (impacto das transferências de renda) e 6 (impactos das características sócio-demográficas) a um só ano de referência (2006), quando se sabe que uma extensão desse período possibilitaria análises mais rigorosas quanto a observação de tendências. Outra limitação diz respeito à escolha de um escopo mais amplo, ao custo de um menor aprofundamento em cada aspecto estudado. No caso das relações entre as características sócio-demográficas e rendimento, por exemplo, uma análise de regressão múltipla ou a decomposição da desigualdade em suas “causas” diversas poderia agregar outras evidências importantes. Apesar dessas limitações, espera-se que o estudo possa contribuir para motivar outras pesquisas e ajudar a fomentar a discussão e o esforço de redução da desigualdade e da pobreza, em suas múltiplas dimensões.

CAPÍTULO 9. BIBLIOGRAFIA

- BACHA, E. L. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (coord.). *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: combate à pobreza 2000/2001*.
- BANCO MUNDIAL. Conclusões empíricas sobre o vínculo entre crescimento e pobreza. In: <http://www1.worldbank.org/prem/premnotes/pr/premnote45p.pdf>, acessado em 07/07/2007.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a.
- BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b.
- BARROS, R.P.; CORSEUIL, C.H.; LEITE, P.G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000c.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, nº. 377).
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. *Consequências e causas imediatas da queda recente na desigualdade de renda brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, julho de 2006. (Texto para Discussão nº 1201).
- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N. Focalização dos gastos públicos sociais. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000d.
- CAMARGO, J. M. (Org.) *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 2000.

- DELGADO, G.; CARDOSO Jr. (orgs) *A universalização dos direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília: Ipea, 2ª ed., 2003.
- FAVA, V. L. *Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1984.
- FERREIRA, F.H.G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – síntese de indicadores 2006* (Notas técnicas). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/notas_sintese.pdf (consultado em out./2008).
- FISHLOW, A. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A.C. (coord.). *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FOSTER, J., GREER, J., THORBECKE, E. *A class of Decomposable Poverty measures*. *Econometrika*, v.52, 1984.
- FURTADO, C. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. In: *Economia e Sociedade*: Campinas, Instituto de Economia/ Unicamp, 1992.
- HIL, R. C.; GRIFFITHS, W.; JUDGE, G. *Econometria*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- HOFFMANN, R. Desigualdade entre estados na distribuição de renda no Brasil. *Economia Aplicada*, v. 1, n. 2, p. 281-296, abr./jun. 1997.
- HOFFMANN, R. *Distribuição de renda – medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1ª ed., 1998.
- HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Pnad 2007 – primeiras análises* (Comunicado da presidência, n. 10, v 2, set./2008).

- LANGONI, C.G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- MALAN, P.; WELLS, J. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. In: *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARINHO, E. *Impacto do crescimento econômico e da concentração de renda sobre a redução da pobreza nos Estados brasileiros*. Encontro Anpec, 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/B36.pdf> (consultado em Dez./2008).
- MARTIN, V. F. *O desenvolvimento rural no Brasil: um estudo comparativo entre Brasil e Mato Grosso*. Cuiabá: FE/UFMT, 2008. (dissertação de mestrado).
- MATA, M. da. *Concentração de renda, emprego e pobreza – análise de uma amostra de municípios*. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1979.
- NERI, M. Combate sustentável à pobreza. Rio de Janeiro: FGV, *Conjuntura Econômica*, janeiro de 2001, p. 48-51.
- NETO, D. Agora vai. *Folha de São Paulo*, 17/10/2007.
- ORAIR, R.O. *Como crescimento e desigualdade afetam a pobreza*. Campinas: IE/Unicamp, 2006. (dissertação de mestrado).
- PINTO, A. *Distribuição de renda e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PNUD, FJP, IPEA. *Atlas do Desenvolvimento Humano 2000* (setup disponível no site www.fjp.mg.gov.br).
- RAMOS, L.A. *Interpretando variações nos índices de desigualdade de Theil*. Rio de Janeiro: Ipea, 1991 (Texto para discussão n. 211).
- RAMOS, L.A. Distribuição de renda e pobreza no Brasil. *Indicadores econômicos*, Porto Alegre: FEE, 1994, terceiro trimestre.

- RAMOS, L.A.; REIS, J.G.A. Distribuição de renda: aspecto teórico e o debate no Brasil. In: CAMARGO, J.M.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- ROCHA, S. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1ª ed., 2003.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos? *Estudos e Pesquisas*, nº 83. Disponível em: www.forumnacional.org.br (consultado em novembro de 2004).
- ROMÃO, M.C. *Pobreza: conceito e mensuração*. Rio de Janeiro: IPEA/PNPE, 1993. (Cadernos de Economia).
- ROSEMBERG, F. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 107, p. 07-40, 1999.
- ROSSI, J.W. *Índices de desigualdade de renda e medidas de concentração industrial – aplicação a casos brasileiros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 156p.
- SANTOS, M. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SCHWARTZMAN, S. *As causas da pobreza*. Editora FGV, 1ª ed., 2004.
- SEN, A. *desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. *Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade*. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão nº 1228).
- SOTO, H. *O mistério do capital*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- THOMAS, V.; DAILAMI, M.; DHARESHWAR, A.; KAUFMANN, D.; KISHOR, N.; LÓPEZ, R.; WANG, Y. *A qualidade do crescimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

- URANI, A. *El laberinto de lo social: el gobierno Lula en el contexto de la evolución política y económica de Brasil en los últimos años*. In: IETS: <http://www.iets.org.br/IMG/pdf/doc-28.pdf> (consultado em 10/09/2008).
- VELLOSO, J. Distribuição de renda: educação e políticas de Estado. In: LEVIN, H. M. *Educação e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. p. 255-289.
- VINHAIS, H. E. F. *Ensaio sobre a redução da pobreza no Brasil: mensuração e determinantes*. São Paulo: Departamento de Economia/USP, 2006. (dissertação de mestrado).
- WERTHEIN, J., NOLETO, M.J.. *Pobreza e desigualdade no Brasil*. Editora Unesco, 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)